

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO**

CASSIANO LEONEL DRUM

**DÉFICIT HABITACIONAL E IMPACTOS ECONÔMICOS DO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre
2010

CASSIANO LEONEL DRUM

**DÉFICIT HABITACIONAL E IMPACTOS ECONÔMICOS DO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Economia do Desenvolvimento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre
2010

CASSIANO LEONEL DRUM

**DÉFICIT HABITACIONAL E IMPACTOS ECONÔMICOS DO PROGRAMA
MINHA CASA MINHA VIDA NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Economia do Desenvolvimento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 19 de Março de 2010, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. ADELAR FOCHEZATTO
(Orientador)

Prof. Dr. ADALMIR ANTONIO MARQUETTI

Prof. Dr. VALTER JOSE STULP

Prof. Dr. DANIELA DIAS KUHN

DEDICATÓRIA

É gratificante poder concretizar sonhos juvenis. Só que nem sempre isso é possível sem que tenhamos o apoio e a compreensão daqueles que repartem suas vidas conosco. À minha esposa Madalena e as minhas filhas Larissa e Cassiandra, pela compreensão de minha ausência, desatenção de tantos momentos e pelas noites indormidas a minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Adelar Fochezatto por sua orientação, sua paciência, seu incentivo e pela oportunidade de aprendizado.

Aos colegas de mestrado, pelo companheirismo, pela disponibilidade e por seu coleguismo no estudo conjunto de textos e trabalhos para discussão e nas apresentações realizadas em aula.

A Coordenadora do curso Prof^a. Izete Bagolin pelo profissionalismo com que desempenha suas funções e pelo incentivo constante aos alunos a fim de superarem as suas dificuldades.

ARTIGO 1

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução do déficit Habitacional no Brasil por UF	18
TABELA 2 – Recursos do FGTS e do SBPE	21
TABELA 3 – Número de Municípios por Classe de Tamanho	22
TABELA 4 – Imóveis, população, PIB total e per capita na RMPA – 2000	24
TABELA 5 – COREDES, nº. de domicílios e déficit habitacional	25
TABELA 6 – Imóveis, população, PIB total e <i>per capita</i> nos municípios com mais de 100.000 habitantes – 2000	26
TABELA 7 – Percentual de municípios, segundo o número de habitantes, no Brasil e no Rio Grande do Sul – 2000	27
TABELA 8 - Imóveis, população, PIB Total e Per capita, nos municípios com menos de 10.000 habitantes no RS – 2000	28
TABELA 9 - Imóveis, população, PIB Total e PIB <i>per capita</i> , nos municípios na faixa de 10.000 a 100.000 habitantes no RS – 2000	29

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Distribuição do déficit por faixa de renda	20
--	----

ARTIGO 2

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Imóveis, população, Pib Total e Pib <i>per capita</i> do Estado – 2000	41
TABELA 2 – Imóveis, População, PIB Total e PIB <i>per capita</i>	42
TABELA 3 – Coredes, Déficit Habitacional absoluto e percentual	43
<u>TABELA 4 – Imóveis, população, PIB Total. PIB percapita nos municípios com população entre 50.000 e 100.000 habitantes</u>	45
TABELA 5 – Imóveis, população, PIB Total e PIB percapita, nos municípios com mais de 100.000 habitantes	45
TABELA 6 – Imóveis, população, PIB Total e PIB percapita, nos municípios com mais de 100.000 habitantes	42
<u>TABELA 7 – Déficit Habitacional na Região Sul e sua participação no déficit do Brasil – 2009</u>	46
TABELA 8 – Número de Unidades habitacionais propostas para a redução do déficit habitacional por faixas de renda no Brasil – 2009	47
TABELA 9 – Recursos a serem investidos em habitação	50
TABELA 10 -Composição do Sinapi por unidade	54
TABELA 11 -Composição do Sinapi Total	54
<u>TABELA 12 - Informações utilizadas para as simulações</u>	55
<u>TABELA 13 -Impactos sobre o valor da produção</u>	57
<u>TABELA 14 - Estrutura de Participação dos Tributos - 2002</u>	59
<u>TABELA 15 - Impactos sobre o emprego em número de empregados</u>	61
<u>TABELA 16 - Impactos sobre o emprego em número de empregados</u>	62

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Coredes e o déficit habitacional	44
--	----

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
RESUMO GERAL	4
ARTIGO 1 - DÉFICIT HABITACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL	6
RESUMO	6
1 INTRODUÇÃO	8
2 HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	13
3 DÉFICIT HABITACIONAL	15
3.1 OBJETIVOS E METODOLOGIA	16
3.2 PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO	21
3.3 DÉFICIT HABITACIONAL NA (RMPA)	23
3.4 DÉFICIT HABITACIONAL NOS COREDES	25
3.5 DÉFIFCIT HABITACIONAL NOS MUNICIPIOS	26
4 CONCLUSÃO	30
5 REFERÊNCIAS	34
ARTIGO 2 - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE DE SEUS EFEITOS SOBRE O DÉFICIT HABITACIONAL E DE SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS NO RS.	35
RESUMO	35
ABSTRACT	36
1 INTRODUÇÃO	37
2 OBJETIVOS	40
3 METODOLOGIA UTILIZADA	41
3.1 CONCEITOS E COMPOSIÇÃO DO DÉFICIT.	41
3.2 DÉFICIT NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE.	41
3.3 DÉFICIT NOS COREDES	42
3.4 DÉFICIT HABITACIONAL NOS MUNICIPIOS DO ESTADO	44
3.5 REDUÇÃO QUANTITATIVA PREVISTA DO DÉFICIT	46
3.6 REDUÇÃO PREVISTA DO DÉFICIT POR FAIXA DE RENDA	46
4 OS IMPACTOS PREVISTOS DO PMCMV NO ESTADO	48
4.1 SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINAPI)	48
4.1.1 BREVE HISTÓRICO	48
4.1.2 SÉRIES MENSASIS	48
4.2 METODOLOGIA UTILIZADA – MATRIZ DE INSUMO PRODUTO	49
4.2.1 A MATRIZ INSUMO-PRODUTO E SEUS MULTIPLICADORES	50
4.2.2 MODELO ABERTO DE LEONTIEF	51
4.2.3 MODELO FECHADO DE LEONTIEF	52
4.2.4 OS MULTIPLICADORES DE IMPACTO DA MIP	52
5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	63
6 CONCLUSÃO	65
7 REFERENCIAS	68
8 LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS	70
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
10 APÊNDICE I – DÉFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO DO RS - 2000....	73

RESUMO GERAL

O bem habitação/moradia possui diversas características intrínsecas e peculiares, dentre as quais podem ser destacadas: I) necessidade básica; II) custo elevado; III) durabilidade; IV) heterogeneidade; V) imobilidade; VI) mercado reduzido face ao tamanho do estoque de moradias; VII) assimetria de informações VIII) custos de transações; IX) mercado segmentado.

A premissa de que todos necessitam de estar alojados, faz de cada família uma demandante potencial no mercado de habitação, independente do seu nível de renda. O alto preço da habitação torna a sua comercialização fortemente dependente de esquemas de financiamento de longo prazo. A durabilidade elevada faz com que as políticas habitacionais do passado influenciem o atual estado do mercado.

Custos de procura, mudança, impostos e cartório, não desprezíveis resultam numa baixa mobilidade das famílias, fazendo com que as mesmas não respondam imediatamente a novas políticas habitacionais. A indústria da construção civil para fins habitacionais responde por parte significativa do PIB e da geração de emprego da economia, ocupando grande contingente de mão-de-obra não especializada, conforme poderá ser visto no Artigo II, nos impactos produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

A habitação é um bem meritório, que possui elevadas externalidades positivas em termos de bem-estar social. A provisão de habitação para a população de baixa renda representa um aspecto fundamental das políticas públicas de combate à pobreza, garantindo o acesso a serviços sociais mínimos como moradia e serviços de infra-estrutura urbana adequados para a população em estado de exclusão social.

As características supracitadas, aliadas ao fato do elevado custo da moradia ultrapassar a capacidade de pagamento da população pobre e à ausência de um mercado de financiamento de longo prazo adequado, justificam a interferência do governo no mercado habitacional com vistas a uma maior eficiência alocativa e justiça social. A intervenção do Governo ocorre diretamente - através da provisão de moradia destinada à população de baixa renda e/ou da disponibilização de fundos públicos para o setor habitacional - ou indiretamente, mediante legislação incidente sobre o mercado financeiro, o uso do solo e os padrões construtivos.

A demanda por habitação é determinada por fatores demográficos, pelas condições macroeconômicas que afetam os rendimentos das famílias (taxa de juros, nível e qualidade do emprego, etc.), pela disponibilidade de crédito para habitação e pela política tributária do governo. A oferta é condicionada, dentre outras coisas, pela disponibilidade de terras para uso residencial, materiais de construção e infra-estrutura. A oferta e a demanda de moradias são afetadas pelo ambiente regulatório e institucional. As políticas habitacionais, por sua vez, afetam as condições sócio-econômicas como mortalidade infantil, capacidade de poupança das famílias, formação de capital e necessidades de financiamento do setor público.

Recursos limitados, contingenciamento do crédito ao setor público e a falta de capacidade de pagamento e endividamento de estados, municípios empresas públicas e pessoas de baixa renda, dificultam o acesso desses agentes aos recursos onerosos do FGTS. Isso provoca o seu deslocamento para programas de empréstimos ao setor privado, o que poderá vir a beneficiar pessoas de maior poder aquisitivo, em detrimento da população pobre,

prejudicando as metas de universalização do acesso à moradia, uma vez que o déficit habitacional, conforme poderá ser visto no presente trabalho, está concentrado nas faixas de renda mais baixas.

Nos últimos anos o FGTS tem sido a principal fonte de recursos para o investimento em habitação e saneamento com um subsídio não desprezível na taxa de juros. Já os recursos do Orçamento Geral da União (OGU), são responsáveis apenas por uma pequena parcela dos investimentos, então permanece um impasse na forma como se dá a intervenção do governo na provisão e facilitação do acesso à moradia adequada para a população pobre.

Pode-se também apontar os problemas relativos ao custo elevado da construção e a baixa qualidade da moradia, as questões decorrentes da baixa produtividade nesse setor (elevadas perdas de materiais e tecnologias inadequadas na indústria da construção civil) ou ainda à oferta pequena, excesso de procedimentos burocráticos e ônus excessivo no mercado formal de aluguéis, discriminando contra a população de baixa renda.

Na realidade, a população pobre não tem tido escolha quanto ao regime de ocupação da moradia. Dados os baixos níveis de renda das famílias brasileiras relativamente aos altos custos dos materiais e preços da moradia. Por essas razões, são praticamente, compelidas a tornar-se “proprietária” no mercado de habitação informal e, muitas vezes, em áreas de risco, sujeitas aos humores do tempo, como inundações, deslizamentos e outras intempéries tão comuns que temos lido e visto nos últimos dias.

A carência de moradias, a escassez de serviços de infra-estrutura urbana, de acesso às oportunidades de emprego produtivo e a ocupação de áreas de risco e legalmente protegidas, a escassez relativa e os elevados preços da terra urbana decorrentes de uma política de uso do solo inadequada colaboram para elevar os problemas habitacionais do país. Surgiram dessa forma as **favelas e os assentamentos informais** localizadas nas áreas centrais e nas periferias das principais regiões metropolitanas e constituem a expressão mais visível dos problemas habitacionais brasileiro.

Essa realidade e esses pressupostos não são diferentes aqui no Estado. E para quantificar esses dados, por município, por Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDES), na Região Metropolitana de Porto Alegre (RPMA) e no Estado como um todo, trazendo algumas sugestões para discussões e parcerias entre a universidade e entes responsáveis para sanar esse problema é que foi pensado este trabalho.

É composto por dois artigos: No primeiro onde é explanado e caracterizado esse déficit e no segundo, já como forma de sua minimização e solução, ainda que parcial, se analisa os impactos do programa criado pelo Presidente Lula em abril/2009 denominado: Programa Minha Casa Minha Vida, (PMCMV). Regulamentado pela Lei 11.977 de 07 julho 2009, o mesmo, prevê a construção no País de um milhão de moradias até o término de 2010, sendo aqui no Estado 51.795 casas.

PALAVRAS - CHAVE

Agenda Habitat; cadeia produtiva da construção civil; déficit habitacional; habitação; construção civil; regiões do RS; Programa Minha Casa Minha Vida, Sinapi. matriz insumo produto, déficit habitacional.

ARTIGO 1 - DÉFICIT HABITACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

RESUMO

Um grande segmento da população de nosso Estado a exemplo de outras regiões do País, não tem acesso à moradia ou a esgoto sanitário, sobretudo em regiões de periferia, ou que compõem as grandes regiões metropolitanas. Reconhece-se que um lar seguro e saudável e serviços básicos são essenciais ao bem-estar físico, psicológico, social e econômico de uma família. E devem assim, ser uma meta fundamental das nossas ações urgentes para mais de 30 milhões de pessoas, se considerarmos uma família composta em média por 4 pessoas, já que o déficit habitacional no País hoje é de quase 8 milhões de moradias. Este trabalho se reporta nesse déficit, focando no déficit habitacional aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, nos Coredes e por fim, em cada um dos municípios. Já na sua introdução trás alguns dos assuntos abordados na segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) ocorrida no Rio de Janeiro em 1992. No Tópico 2, aborda o Estado traçando um panorama da situação existente em Habitação, urbanização e saneamento. Na seqüência, no tópico 3, trás os dados do déficit habitacional propriamente dito, sua evolução desde 1993 até 2004 por unidade da Federação e por faixa de renda com a metodologia utilizada e a seguir aborda as principais fontes de financiamento para estancá-lo. E, ainda, trás os dados do Estado, Região Metropolitana de Porto Alegre, Coredes e Municípios. No tópico 4 conclui, apresentando uma série de sugestões, inclusive para a universidade que pode ser parceira e um dos principais agentes de fomento para que esse problema grave que aflige a população gaúcha e brasileira possa ser minimizado. Suscita discussões sobre o tema. Tem certeza, que trazendo o assunto para o meio acadêmico poderá ser uma das soluções, no sentido de que os demais agentes envolvidos e a própria população principal interessada e, que sofre as conseqüências, possa participar dos debates para minimizá-lo. Pois ele é concreto, palpável, vez que existe e que tanto nos envergonha. O presente estudo, em resumo, acredita que se fazendo análises, pesquisas e fomentando as discussões sobre o tema, o déficit possa ser trabalhado e erradicado num horizonte não tão longo de tempo, proporcionando assim, que os cidadãos tenham um local digno para morarem e constituírem suas famílias e, possam dessa forma, contribuir de maneira mais efetiva, para o progresso de suas regiões e do País

PALAVRAS - CHAVE

Agenda Habitat; cadeia produtiva da construção civil; déficit habitacional; Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA); habitação; construção civil; regiões do RS.

ARTICLE 1 – HABITATIONAL DEFICIT IN RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

A great segment of our State and Country's population has no access to housing or sewage system, especially in the suburbs of cities or in the regions that are part of great metropolitan areas. It is a known fact that a safe healthy home and basic services are essential to the physical, psychological, social and economic well-being of a family. And as such, they should be considered a fundamental goal in our urgent actions for more than 30 million people – if we consider an average of four people per family, given that the habitational deficit in Brazil is now of almost 8 million houses. The present work refers to this problem, focusing on the housing deficit here in Rio Grande do Sul, in the Porto Alegre Metropolitan Area, in the Coredes (regional development councils – the state is divided in 28 of these planning units) and finally in each one of the towns. This article broaches in its introduction subjects tackled at the Second United Nations Conference on Human Settlements (Habitat II), which happened in Rio de Janeiro in 1992. Topic 2 contemplates this State by mapping a panorama of its existing housing, urbanization and sanitation situations. In the third topic the housing deficit actual data is presented in its evolution, from 1993 to 2004, sorted by Federation Unit (State), and by income range (along with the utilized methodology); next, the main funding sources to stop the deficit are pondered upon. In this topic is also displayed the relevant data of the State, the Greater Porto Alegre Area, and of the Coredes and towns. In topic 4 there's a conclusion presenting a series of suggestions, including one for the University to assay the possibility of being a participant and a development agent so that this serious problem that afflicts Rio Grande do Sul's (and ultimately Brazil's) population can be minimized. This work will definitely arouse discussions on the subject. Perhaps bringing it to the academic environment might be one of the solutions (the other involved agents and the interested population, the one that suffers the consequences, can participate on debates to try to diminish the problem). Said issue is concrete and palpable, it exists and it shames us so much. The present study believes that through analysis, researches and discussions on the theme the deficit might be eradicated in a not-far future, allowing thus the citizens to have a dignifying place to live and build a family, so that they can, in this way, contribute in a more effective manner for the progress of their areas and of the country.

KEYWORDS

Habitat Agenda; civil construction supply/commodity chain; habitational/housing deficit; Greater Porto Alegre (Metropolitan) Area; housing; civil construction; areas of Rio Grande do Sul

1 INTRODUÇÃO

Pretender discorrer sobre a questão complexa e crítica da habitação nesse País e mais particularmente no Estado do Rio Grande do Sul, corresponde a tratar de um dos assuntos mais prementes e críticos, para resolverem-se e equacionarem-se convenientemente uma das tantas questões nacionais.

As pressões a favor das mudanças são enormes, em essencial no que diz respeito a apoiar firmemente a população mais carente, cuja renda, abaixo dos três salários mínimos mensais, literal e efetivamente não comporta nem apresenta significativa capacidade de pagamento de aluguéis, ou parcelas de principais de empréstimos e financiamentos habitacionais.

Não é por acaso que o déficit habitacional concentra-se nessa faixa de renda de até 3 salários mínimos onde se calcula que exista um percentual de 76% do déficit. E também não só por isso podemos afirmar que é verdadeiro o que se diz que o povo brasileiro é pacato e solidário, pois não tivesse essa índole e esse País viveria numa guerra por melhores condições de vida. Evidentemente que ela se manifesta de outra forma e por isso se lê todos os dias nos jornais e se ouve e se vê em programas de rádios e TV, sobre os altos índices de criminalidade, homicídios e violências que estão sujeitas nossas capitais e regiões metropolitanas.

Pois essas regiões são as que possuem as maiores deficiências habitacionais, conforme veremos no decorrer deste trabalho e onde a população vive uma situação crônica de déficit habitacional, que promove uma baixa qualidade de vida. Também, desse déficit decorre uma alta taxa de mortalidade infantil (de 220 infantes até um ano, entre 10 mil habitantes, entre 1990 e 2005); uma alta taxa de indigência e de desemprego que chega a 21,4% para as populações faveladas metropolitanas, segundo o IBGE;

“Construímos um mundo muito desigual, onde mais de um bilhão de pessoas vivem em condições de absoluta pobreza. Devemos agora ter o compromisso de viabilizar para todos um padrão de vida adequado, o que inclui alimentação, vestimenta, habitação, água e saneamento adequados e a melhoria contínua das condições de vida. Nossas cidades devem ser lugares nos quais todas as pessoas desfrutem de uma vida plena, com dignidade, boa saúde, segurança, felicidade e esperança.

Os desafios enfrentados pelos assentamentos humanos são universais, mas os países e as regiões também enfrentam problemas específicos que requerem soluções específicas. Devemos buscar garantir a participação plena e igualitária de todos os homens e mulheres e a efetiva participação dos jovens na vida política, econômica e social.

No Brasil, o mapa do desenvolvimento mostra uma geografia de desigualdades sociais e econômicas, que define vastos territórios vazios e pouco desenvolvidos, ao lado de outros que apresentam alta concentração de pobreza. A distribuição espacial das cidades brasileiras configura uma rede heterogênea, que se constitui um grande desafio à gestão do desenvolvimento urbano no plano federal.

A desigualdade da distribuição de renda é dramática: 1,0% da população detêm a mesma quantidade de recursos que os 50% mais pobres; e os 20% mais ricos possuem renda 33 vezes maior que os 20% mais pobres.”(IBAM, 2003.)

Com base no Censo Demográfico 2000, o déficit habitacional no País foi estimado em 6,7 milhões de domicílios, sendo 5,4 milhões na área urbana, e desses (91,6%) eram compostos por famílias com renda de até cinco salários mínimos. Em 2004 esse déficit já atingiu a casa dos 7,890 milhões de moradias, segundo estudos da GVconsult da FGV, permanecendo o mesmo percentual para famílias naquela faixa de renda.

Enfrentar o desafio histórico de eliminar a fome e a miséria que atingem milhões de brasileiros é tarefa dos governantes. É preciso construir-se uma sociedade dinâmica e moderna, tirar o País da letargia, gerar empregos e riquezas, construir cidades mais justas e democráticas, enfim promover o desenvolvimento do País com equidade social.

A cooperação internacional e a solidariedade universal, guiadas pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e em um espírito de parceria, são cruciais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em todo o mundo. É imprescindível que a Universidade se faça presente na consecução desses propósitos, e ainda mais quando os seus cursos contêm disciplinas tão importantes sobre o assunto como as de Desenvolvimento Regional, Métodos de Análise Regional e tantas outras.

O propósito da segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), o qual é transcrito nos parágrafos que se seguem, foi abordar dois temas de igual importância global: “Moradia Adequada para Todos” e “Desenvolvimento de Assentamentos Humanos Sustentáveis em um Mundo em Urbanização”.

“Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável, incluindo moradia adequada para todos e assentamentos humanos sustentáveis, e possuem o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza. Quanto ao primeiro tema, um grande segmento da população mundial não tem acesso à moradia ou a esgoto sanitário, sobretudo em países em desenvolvimento. Reconhece-se que um lar seguro e saudável e serviços básicos são essenciais ao bem-estar físico, psicológico, social e econômico de uma pessoa e devem ser uma meta fundamental das nossas ações urgentes para mais de um bilhão de pessoas sem condições de vida decentes. Nosso objetivo é conseguir abrigo adequado para todos, sobretudo para as pessoas pobres e desprovidas, dos centros rurais e urbanos, através de uma abordagem que facilite o desenvolvimento e a melhoria de moradias que sejam seguras sob o ponto de vista ambiental”.(IBAM 07/2003.).

Quanto ao segundo tema, “O Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos Humanos”, este associa desenvolvimento econômico e social e proteção ambiental, respeitando integralmente os direitos humanos e as liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento e a oferta de meios para a construção de um mundo com mais estabilidade e paz, baseado em uma visão ética e espiritual. Ora esses são fundamentos de disciplinas constantes do programa de curso, sem os quais não se consegue embasar e fundamentar as análises acadêmicas a serem realizadas.

Democracia, respeito aos direitos humanos, governos e administrações responsáveis, transparentes e representativos, além de uma participação eficaz da sociedade civil, são

fundamentos indispensáveis para a realização do desenvolvimento sustentável. A falta de desenvolvimento e a grande extensão da pobreza absoluta podem inibir o aproveitamento total e efetivo dos direitos humanos e ameaçar democracias frágeis e a participação popular. Nenhum dos dois, no entanto, pode ser usado para justificar violações aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Considerando a natureza global dessas questões, a comunidade internacional, ao reunir-se durante a Habitat II, decidiu que uma abordagem global conjunta poderia incentivar consideravelmente o progresso para alcançar esses objetivos. Padrões insustentáveis de produção e consumo, principalmente nos países industrializados, degradação ambiental, mudanças demográficas, pobreza difundida e persistente e desigualdades sociais e econômicas podem ter impacto local, nacional e global.

Quanto mais cedo as comunidades, os governos locais e as parcerias – entre os setores público, privado e comunitário – unirem esforços para criar estratégias abrangentes, corajosas e inovadoras para habitação e assentamentos humanos, melhores serão as perspectivas para segurança, saúde e bem-estar dos povos e melhor será o panorama de soluções para o meio ambiente global e os problemas sociais.

Tendo considerado a experiência desde a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, realizada em Vancouver (Canadá, 1976), a Habitat II reafirmou os resultados de recentes conferências mundiais relevantes e os inseriu em uma agenda para assentamentos humanos: a Agenda Habitat. E a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, denominada a “Cúpula da Terra”, realizada no Rio de Janeiro no Brasil, em 1992, produziu a Agenda 21. Naquela conferência, a comunidade internacional concordou com a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável para os assentamentos humanos.

Cada uma das outras conferências, como a “Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher” (Beijing, 1995), a “Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social” (Copenhague, 1995) a “Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento” (Cairo, 1994), a “Conferência Global” sobre o Desenvolvimento Sustentável de Pequenos Estados Insulares (Barbados, 1994), a “Conferência Mundial” sobre a Redução de Desastres Naturais (Yokohama, 1994) e a “Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos” (Viena, 1993), além da “Cúpula Mundial em Favor de Crianças e Adolescentes” (Nova Iorque, 1990) e a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos” (Jomtien, Tailândia, 1990), também abordaram importantes questões sociais, econômicas e ambientais, incluindo os pontos de desenvolvimento sustentável, cujo sucesso da implementação exige ações nos níveis local, nacional e internacional.

A Estratégia Global para Moradias no Ano 2000, adotada em 1988, que destaca a necessidade de melhorar a construção e a distribuição de moradias, além de políticas habitacionais revistas e uma estratégia de viabilização, ofereceu diretrizes úteis para a construção de moradias adequadas para todos neste século que estamos vivendo.

Durante o curso da história, a urbanização tem sido associada ao progresso econômico e social, à promoção da alfabetização e da educação, à melhoria do estado geral de saúde, a um maior acesso a serviços sociais e à participação cultural, política e religiosa. A democratização facilitou esse acesso e destacou a participação e o envolvimento de atores da sociedade civil, com parcerias entre os setores público e privado e o planejamento e a gestão

descentralizada e participativa, que são características importantes de um futuro urbano bem sucedido.

As cidades no geral têm funcionado como máquinas de crescimento, como incubadoras de civilização, e têm facilitado a evolução de conhecimento, cultura e tradição, bem como da indústria e do comércio. Assentamentos urbanos, quando devidamente planejados e gerenciados, contêm em si a promessa de desenvolvimento humano e de proteção dos recursos naturais do mundo, através da sua capacidade de sustentar grandes contingentes de pessoas ao mesmo tempo em que limitam o seu impacto no meio ambiente natural.

O crescimento das cidades traz mudanças sociais, econômicas e ambientais que ultrapassam os seus limites físicos. A Habitat II tratou de todos os assentamentos – grandes, médios e pequenos – e reafirmou a necessidade de melhorias universais das condições de habitação e de trabalho.

Para solucionar os problemas atuais e assegurar a melhoria das condições gerais nos assentamentos humanos deve-se começar com o reconhecimento dos desafios à frente das cidades seja de grande ou pequeno porte. Pois, de acordo com as projeções que haviam na virada do século, mais de três bilhões de pessoas – metade da população mundial – estaria vivendo e trabalhando em áreas urbanas, nem sempre com um planejamento urbano adequado e tampouco com o número de habitações satisfatórias para todo esse contingente.

Os problemas mais sérios a serem enfrentados são recursos financeiros insuficientes, falta de oportunidade de empregos, aumento do contingente de desabrigados, expansão de assentamentos de invasores, aumento da pobreza e da crescente desigualdade entre ricos e pobres, aumento da insegurança e dos índices de criminalidade.

Também, podem ser referidos a inexistência de estoque de imóveis adequados, serviços e infra-estrutura inapropriados ou em deterioração. A falta de equipamentos de saúde e educação, uso impróprio do solo, insegurança de posse, aumento dos congestionamentos de trânsito e da poluição, falta de áreas verdes, fornecimento inadequado de água e esgoto, desenvolvimento urbano desordenado e aumento da vulnerabilidade a desastres.

As cidades no geral e os assentamentos rurais relacionam-se por meio da movimentação de produtos, recursos e pessoas. As ligações rural-urbanas têm importância crucial para a sustentabilidade dos assentamentos humanos. Como o crescimento populacional rural tem ultrapassado a geração de empregos e oportunidades econômicas, as migrações do campo para a cidade vêm crescendo constantemente, principalmente nos países em desenvolvimento, o que exerce enorme pressão na infra-estrutura urbana e de serviços, geralmente já saturada.

O rápido crescimento do número de pessoas deslocadas por problemas climáticos na busca de melhores condições de vida, o enorme quantitativo de pessoas desalojadas internamente e, ainda outras, com necessidade de proteção, em função de desastres naturais e/ou provocados pelo homem, está agravando a crise habitacional em muitas regiões do País, evidenciando a necessidade de uma solução rápida e definitiva para o problema.

Nas políticas de habitação e de desenvolvimento urbano é preciso observar com cuidado às necessidades e a participação das minorias, como os idosos, mulheres, crianças e

dos povos indígenas. Essas políticas devem respeitar integralmente suas identidades e culturas e proporcionar um ambiente apropriado que lhes permita participar da vida política, social e econômica. Inerente aos povos indígenas muitos municípios gaúchos mantêm essa responsabilidade, pois possuem em seus territórios, populações indígenas que precisam de todo o tipo de recursos para construir e manter as suas moradias.

Embora muitos municípios, sobretudo aqueles de menor desenvolvimento não possuam os recursos legais, institucionais, financeiros, tecnológicos e humanos para responder de forma adequada à rápida urbanização, várias autoridades locais estão atraindo para si esse desafio. Assumindo com uma liderança aberta, responsável e eficaz, mostrando-se dispostas a integrar as pessoas no processo de desenvolvimento sustentável e que podem servir de exemplo a ser seguido pelos demais.

“A partir de 1º de janeiro de 2002, o Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos foi transformado em Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – (UN-Habitat). Na mesma data, a Comissão das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos foi transformada no Conselho de Administração do UN-Habitat, passando a ser um órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU”. (Agenda Habitat para Municípios – IBAM, 2003)

2 HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO

Quando se analisa o Estado do Rio Grande do Sul, percebe-se que o mesmo apresenta um quadro diferenciado inerente aos indicadores sociais no comparativo com os demais estados da Federação. Pode-se destacar a mortalidade infantil inferior a 13 óbitos por mil habitantes, uma das maiores expectativas de vida - superior a 74 anos - e uma taxa de alfabetização superior a 92%. Esses dados colocam o RS em um patamar privilegiado em termos de qualidade de vida no país. A sua produção econômica também se destaca, com cerca de 7% do Produto Interno Bruto Nacional e com um Produto Interno Bruto *per capita*, em torno de R\$16 mil.

O Estado acompanhando a tendência brasileira apresentou um crescimento do número de habitantes urbanos a partir da década de 50, quando a taxa de urbanização era de 31,14%. Desde então, de forma progressiva, a população gaúcha vem-se concentrando nas cidades, tendo atingido, em 2000, uma taxa de urbanização de 81,6%. A população urbana ultrapassou a rural na década de 60, mantendo, a partir daí, um crescimento constante. Em números absolutos, a população rural começou a decrescer na década de 70, permanecendo em queda até 2000, quando atingiu 1.874.899 habitantes. Em 1991 apresentava número inferior ao ano de 1940.

Observando-se a urbanização dos municípios com menos de 10.000 habitantes, verifica-se que 126 possuem taxa inferior a 50%, com população predominantemente rural. Desse grupo, 47 municípios apresentam valor inferior a 20%, e apenas 19 têm população urbana superior a 70%, com destaque para Minas do Leão com 95,72%, Cidreira, com 95,81%, Balneário Pinhal, com 95,54% e Xangrilá, com 93,01%. Nova Ramada, com 2.723 habitantes, na região Noroeste Colonial, é o único município gaúcho que não possui população urbana, por ter sua origem em um assentamento rural emancipado em 1995.

Analisando-se aqueles municípios na faixa de 10.000 a 50.000 habitantes encontram-se 121 municípios, dos quais apenas 16 possuem taxa de urbanização inferior a 50%. Já para Brasil o Censo Demográfico 2000 mostrou um grau de urbanização de 81%. Com percentuais de 91% na Região Sudeste, de 87% na Região Centro-Oeste, de 81% na Região Sul, de 70% na Região Nordeste e de 69% na Região Norte. Ainda que a taxa anual média de crescimento urbano tenha sistematicamente se reduzido no País, nas últimas décadas, os novos padrões de urbanização tanto reforçam a concentração populacional em áreas urbanas conurbadas quanto promove a desconcentração em cidades médias e pequenas.

“Dados da década de 90 indicavam que 12 aglomerações metropolitanas eram responsáveis por 34% da população nacional (53 milhões de pessoas); 37 aglomerações não metropolitanas, por 13% da população (20,6 milhões de pessoas); e 62 centros urbanos isolados com população superior a 100.000 habitantes, por 9% da população brasileira (13,3 milhões). Essas 111 aglomerações e centros urbanos englobavam 440 municípios e 55% da população brasileira, cerca de 86,6 milhões de pessoas”. (Campolina, 2004).

Os temas abastecimento de água, esgoto domiciliar e coleta de lixo são importantes indicadores de condições ambientais e de qualidade de vida da população de uma região. De acordo com os dados do Censo 2000, no Brasil, dos 44.795.101 domicílios, 34.859.339 encontram-se ligados à rede geral de abastecimento de água, alcançando um percentual de 77,82%.

Nos estados brasileiros, esses percentuais variam de 30,75% a 93,50%, sendo que o Rio Grande do Sul está entre os 10 que apresentam os maiores índices de atendimento desse serviço. No Estado, dos 3.042.039 domicílios, 2.423.264 encontram-se ligados à rede geral, o que corresponde a 79,66%, taxa de atendimento, portanto, superior à brasileira.

Dos 467 municípios do Rio Grande do Sul, com base em 2000, 103 apresentaram percentuais de atendimento igual ou superior ao Estado, tendo atingido até 98,13% de atendimento desse serviço, como é o caso do município de Porto Alegre. No Brasil, do total de domicílios, 91,72% possuem banheiro ou sanitário, e, destes, 67,80% encontram-se ligados à rede geral de esgoto, ou pluvial, ou fossa séptica.

Nos estados brasileiros estes percentuais variam entre 18,87% e 90,35%, sendo que o Rio Grande do Sul compõe o grupo com as maiores taxas. No Estado, do total de domicílios, 97,56% possuem banheiro ou sanitário e, desses, 70,09% encontram-se ligados à rede geral ou têm fossa séptica, apresentando, portanto, taxas superiores às brasileiras.

Dos 467 municípios do Estado, tomando o ano base de 2000, 111 apresentaram percentuais de atendimento igual ou superior ao do Estado, tendo atingido até 98,83%, como é o caso do Município de Dois Irmãos.

3 DÉFICIT HABITACIONAL

Um dos itens mais importantes do passivo social brasileiro diz respeito à questão habitacional, que abrange não somente os aspectos ligados à moradia, mas também toda a gama de serviços públicos (em especial, os ligados ao saneamento ambiental) vinculados à habitação e essenciais a uma vida digna.

Pretender discorrer sobre a questão complexa e crítica da habitação nesse País e mais particularmente no Estado do Rio Grande do Sul, corresponde a tratar de um dos assuntos mais prementes e críticos, para resolverem-se e equacionarem-se convenientemente uma das tantas questões nacionais.

As pressões a favor das mudanças são enormes, em essencial no que diz respeito a apoiar firmemente a população mais carente, cuja renda, abaixo dos três salários mínimos mensais, literal e efetivamente não comporta nem apresenta significativa capacidade de pagamento de aluguéis, ou parcelas de principais de empréstimos e financiamentos habitacionais.

Não é por acaso que o déficit habitacional concentra-se nessa faixa de renda de até 3 salários mínimos onde se calcula que exista um percentual de 76% do déficit. E também não só por isso podemos afirmar que é verdadeiro o que se diz que o povo brasileiro é pacato e solidário, pois não tivesse esse índole e esse País viveria numa guerra por melhores condições de vida. Evidentemente que ela se manifesta de outra forma e por isso se lê todos os dias nos jornais e se ouve e se vê em programas de rádios e TV, sobre os altos índices de criminalidade, homicídios e violências que acometem nossas capitais e regiões metropolitanas.

Pois essas regiões são as que possuem as maiores deficiências habitacionais, conforme veremos no decorrer deste trabalho e onde a população vive uma situação crônica de déficit habitacional, que promove uma baixa qualidade de vida. Também desse déficit decorre uma alta taxa de mortalidade infantil (de 220 infantes até um ano, entre 10 mil habitantes, entre 1990 e 2005); uma alta taxa de indigência e de desemprego que chega a 21,4% para as populações faveladas metropolitanas, segundo o IBGE;

“Financiar esse esforço de transformação num horizonte de tempo de longo prazo, cujas repercussões se façam sentir em curto prazo, sem atropelos e erros de concepção de política habitacional, é um desafio essencial para esta geração de brasileiros e das que estão por vir. Pela sua magnitude e acentuada complexidade, representará um dos maiores projetos socioeconômicos do Brasil deste início de terceiro milênio.

E precisa de uma abordagem que tenha a capacidade de contemporizar os novos e atuais instrumentos legais e institucionais que pertencem ao tema, com as modernas tecnologias de construção e de preservação com recuperação de espaços urbanos e metropolitanos, associados à formação de comunidades nas quais exista emprego que gere e forme renda e poupanças, com crescente qualidade de vida nas cidades.

Em nível federal, o Ministério das Cidades envida claros esforços para encaminhar e focar com realismo a questão habitacional e conta com a Secretaria Nacional de Habitação. Seu esforço para viabilizar-se a regularização fundiária rende frutos recentes e o estabelecimento de parâmetros técnicos para a ocupação e aproveitamento dos solos urbanos e rurais inicia uma importante fase, para a redução e quiçá eliminação das grandes ondas especulativas imobiliárias, às quais os mais pobres, pelas suas carências, não resistem.

Torna-se, portanto, cada vez mais evidente a percepção de que a solução para a deterioração e favelização dos grandes centros urbanos brasileiros passa pela decisão política e por acordos entre interesses econômicos e de sociedades e comunidades locais. Solicita-se a aplicação de políticas urbanas que saibam acomodar os diversos interesses, mantida a competência e capacidade liberal e de mercado, com a importância do interesse social, que saiba enfrentar a especulação imobiliária, delimitar com ética a ação técnica e otimizar com velocidade as ações administrativas.”(Kasznar, Istvan, *Alternativas e soluções para o financiamento de imóveis de interesse social, 2o Prêmio Abecip de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança*)

3.1 OBJETIVOS E METODOLOGIA

Ausente da discussão técnica e acadêmica e também da grande imprensa até meados da década passada, o déficit habitacional é um tema que tem permanecido constante nas notícias publicadas com destaque na imprensa nos últimos anos. Fruto de uma certa descrença que se disseminou nas Ciências Sociais, na década de 80, sobre o valor heurístico das estatísticas e das abordagens quantitativas em geral e, ainda, da controvérsia que sempre envolveu o debate sobre o cálculo do déficit, esse era um assunto empírico, sobre o qual não havia dados mais concretos para se abordar. Se por um lado, existia um certo consenso, sobre a gravidade do problema habitacional no País, verificava-se, por outro, uma discrepância significativa entre os números que eram trazidos por instituições que ousavam pesquisar, estudar e divulgar os resultados.

Cada versão sobre o déficit habitacional corresponde a uma determinada metodologia de cálculo. O trabalho mais importante feito no Brasil foi o estudo desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, iniciado em 1995 e que estabeleceu um conjunto de indicações metodológicas que, com algumas modificações, tem sido adotado como referência para a construção das políticas habitacionais no País.

O principal mérito do trabalho da Fundação João Pinheiro foi o de enfrentar claramente o debate metodológico, discutindo, primeiro, os termos da metodologia a ser utilizada para calcular o déficit. Em seguida buscar construir categorias de análise que refletissem, de forma mais aproximada, as carências da população, e, ainda, o estado atual dos debates acadêmico e político. Isso feito, foi necessário construir-se alguns indicadores, baseados nos dados disponíveis e que refletissem as definições estabelecidas.

“O primeiro pressuposto considera que em uma sociedade profundamente hierarquizada e extremamente desigual como a brasileira não se deve padronizar as necessidades de moradias para todos os estratos de renda. O desafio que se coloca quando se trabalha com índices sociais numa realidade deste tipo é grande. Se por

um lado é mais cômodo e simples para o analista – seja do ponto de vista técnico ou de justificação política – fazer tabula rasa desta complexidade social e utilizar parâmetros idênticos para tratar a questão habitacional, por outro, esta postura acarreta problemas substantivos, pois os índices assim levantados acabam sendo de menor serventia para tomadas de decisão do poder público.

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição do estoque e como déficit por incremento de estoque.

O déficit por reposição do estoque refere-se aos domicílios rústicos, acrescidos de uma parcela devida à depreciação dos domicílios existentes. Domicílios rústicos não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto para seus moradores e risco de contaminação por doenças e devem, portanto, ser repostos. A depreciação de domicílios está relacionada ao pressuposto de que há um limite para a vida útil de um imóvel. Para o cálculo desse componente do déficit tomou-se inicialmente 50 anos de construção como o limite para a necessidade de reposição do estoque. Em seguida, aplicou-se um percentual sobre o montante de imóveis residenciais construídos até 1950, devido às suposições de que parcela desconhecida desse estoque possa ter sido alvo de manutenção e reformas, mantendo assim suas condições de uso, e que outra parcela tenha assumido usos não-residenciais ou sido substituídas por novas edificações.

O déficit por incremento de estoque contempla os domicílios improvisados e a coabitação familiar. O conceito de domicílios improvisados engloba todos os locais destinados a fins não-residenciais que sirvam de moradia, o que indica claramente a carência de novas unidades domiciliares. O componente coabitação familiar compreende a soma das famílias conviventes secundárias que vivem junto à outra família em um mesmo domicílio e das que vivem em cômodos cedidos ou alugados.” (FJP, 2005)

A questão habitacional, como já referenciado, tem recebido pouca atenção nos meios técnicos e acadêmicos. As informações disponíveis sobre o setor habitacional no Brasil, além de insuficientes, encontram-se bastante dispersas sendo necessário uma busca quase que exaustiva para que conduzam a algum tipo de análise sobre o tema.

Este trabalho tem por objetivo quantificar a necessidade de moradias nos municípios gaúchos, nos Conselhos de Desenvolvimento Regionais - Coredes e na Região Metropolitana de Porto Alegre. A base tomada por referencia são os indicadores construídos a partir dos micro-dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD/IBGE) do ano 2000, e que estão constantes nas tabelas de déficit, disponíveis no sítio da FEE, atualizadas em agosto de 2004, conforme já referenciado.

O texto pretende ser útil como um primeiro esforço de sistematização da informação existente no que respeita à habitação, como ponto de partida para discutir as tendências e os principais problemas do setor habitacional no Estado, na Região Metropolitana de Porto Alegre e nos municípios em geral.

O encaminhamento de soluções para o quadro de necessidades habitacionais do Brasil requer, antes de tudo, o diagnóstico correto. Premidas pela gravidade do problema e pela grande demanda por esse tipo de informação, diversas instâncias governamentais têm tentado saber qual a sua dimensão, visto ser esse um dado indispensável à formulação e à implementação de políticas públicas.

Conforme se pode verificar na **Tabela 1**, a evolução do déficit habitacional brasileiro no período 1993 a 2004 teve um crescimento de 26,3%, passando de 6,247 milhões para 7,890 milhões de moradias. Nesse mesmo período, o número de domicílios no País passou de 37,064 milhões para 51,840 milhões, representando um crescimento de 40%. Assim, a despeito do aumento da carência de moradias em termos absolutos, o déficit relativo, reduziu-se, passando de 16,9% para 15,2%.

Essa redução foi percebida na maioria dos estados, com exceção dos antigos territórios do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e dos Estados de Paraíba e São Paulo. Vale ressaltar que, de 2003 para 2004, o déficit cresceu acima da média do País (50%), quando passou de 1,041 milhão para 1,557 milhões.

TABELA 1 – Evolução do déficit habitacional no Brasil por UF

Tabela de evolução do Déficit Habitacional no Brasil por UF										
UF	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Rondônia	25.181	17.776	23.771	19.269	23.524	27.877	41.893	28.690	28.349	70.403
Acre	10.079	15.208	13.614	14.944	11.149	16.013	16.053	16.667	17.350	31.533
Amazonas	129.568	120.518	116.730	142.343	106.586	101.304	152.009	178.761	201.165	279.268
Roraima	7.439	4.372	3.293	2.325	2.425	9.894	8.923	9.035	11.738	26.031
Pará	210.237	212.008	230.354	218.985	222.606	224.937	384.584	414.245	410.651	562.023
Amapá	6.102	10.274	18.771	18.953	18.675	21.645	23.792	17.026	12.846	19.046
Tocantins	77.340	82.893	79.143	88.348	92.097	84.191	73.772	75.832	79.277	72.070
Maranhã	652.060	696.977	667.080	693.626	693.282	656.547	573.890	551.106	513.920	600.156
Piauí	211.060	214.125	223.190	182.645	180.308	175.766	215.984	221.965	207.241	212.640
Ceará	406.784	441.052	390.904	405.814	427.736	427.500	474.122	442.209	455.293	459.114
Rio Grande do Norte	119.378	108.162	120.385	112.728	122.827	128.569	96.720	117.207	111.292	115.151
Paraíba	119.628	131.044	115.728	124.225	102.542	110.093	181.068	157.090	197.164	183.074
Pernambuco	462.136	471.191	497.875	475.347	495.616	505.192	372.855	383.462	375.016	392.463
Alagoas	104.275	130.910	160.181	114.248	106.847	101.587	119.882	109.684	120.867	115.405
Sergipe	58.468	63.830	62.514	67.603	61.808	62.501	90.930	89.312	83.075	79.288
Bahia	501.152	495.102	474.841	480.945	527.606	547.020	570.698	561.810	560.908	577.215
Minas Gerais	469.788	498.165	494.870	509.955	535.114	533.556	604.555	604.833	572.664	591.146
Espírito Santo	76.959	81.680	86.113	76.127	81.209	91.873	102.575	104.628	99.463	97.736
Rio de Janeiro	621.512	640.244	639.778	673.273	669.404	712.870	715.178	680.545	679.249	711.420
São Paulo	1.040.735	1.073.184	1.025.293	1.112.985	1.135.665	1.129.161	1.366.799	1.441.316	1.490.600	1.556.597
Paraná	216.790	221.874	217.126	239.878	237.196	211.591	240.453	230.499	236.459	256.177
Santa Catarina	103.751	107.723	134.933	103.973	124.588	99.714	124.031	122.564	135.485	151.166
Rio Grande do Sul	272.967	286.481	284.907	299.285	299.595	299.703	349.430	317.306	298.379	337.064
Mato Grosso do Sul	61.797	61.860	68.122	73.604	67.952	74.443	61.596	68.813	60.886	70.327
Mato Grosso	86.944	95.754	90.452	93.155	84.051	87.385	90.513	73.001	103.319	93.711
Goiás	133.827	128.944	1.391.441	168.664	154.710	145.667	146.030	154.621	141.118	145.886
Distrito Federal	61.346	70.907	70.042	77.130	80.019	82.627	100.803	84.339	76.378	84.252
	6.247.303	6.482.258	7.701.451	6.590.377	6.665.137	6.669.226	7.299.138	7.256.566	7.280.152	7.890.362

Dados brutos: Pnad, IBGE, 2007

Percentual de acréscimo no período: 26,30%

No ano de 2000 houve o Censo realizado pelo IBGE, daí a razão de não estar relacionado na tabela os dados para aquele ano. Comparando com os dados disponibilizados pela Fundação João Pinheiro, (FJP), verifica-se que há uma divergência de valores, que não são tão similares, tendo em vista que metodologias diferentes foram utilizadas para o cálculo, pelas duas instituições.

Segundo estudo da GVconsult, da FGV, o Rio Grande do Sul teria um déficit, em 2004, de 337.064 moradias, diferente, e bem superior, portanto, àquele apontado pela Fundação João Pinheiro. Também se pode observar que em termos absolutos, a carência de moradias assume uma maior dimensão em São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão, onde se encontram cerca de 36% do déficit habitacional do País.

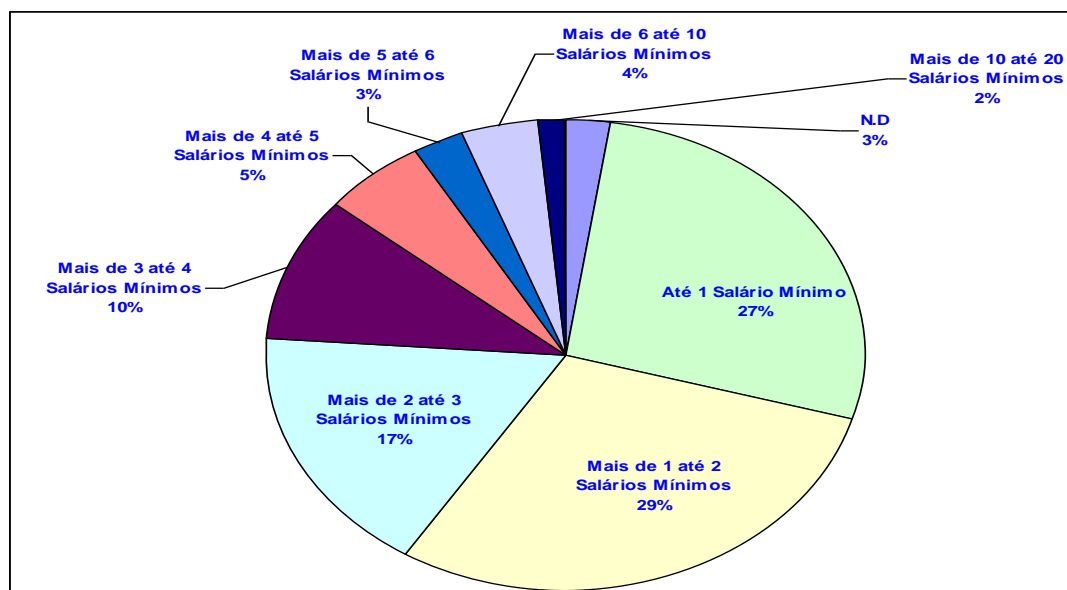
A relação entre a falta de moradia e renda é corroborada pelas estatísticas. **O gráfico 1** mostra a distribuição de déficit por faixa de renda. Pode-se notar que 76% dele, como já referenciado, está na faixa de até três salários mínimos, e 91,6%, na faixa até cinco salários.

Um quadro institucional que favoreça a iniciativa independente e a criatividade e que estimule uma ampla gama de parcerias, do meio acadêmico inclusive, setor público e setor privado, dentro e entre países deve ser assegurado pelos dirigentes e governantes. Que eles, também, possam permitir que as pessoas, sobretudo aquelas que fazem parte de grupos vulneráveis ou desfavorecidos e principalmente as que vivem na pobreza, participem igualmente e efetivamente em todas as atividades relacionadas aos assentamentos humanos. Pois isso é a base para o engajamento cívico e deve ser facilitado pelas autoridades locais. Há dispositivos legais e instrumentos legítimos que permitem que as pessoas participem e organismos assumam a responsabilidade pela promoção e criação de assentamentos humanos sustentáveis.

Os problemas dos assentamentos humanos são de natureza multidimensional. Sabe-se que a moradia adequada para todos e o desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis não estão isolados do desenvolvimento social e econômico mais amplo dos países. Essas premissas, não podem ser separadas da necessidade de políticas nacionais e internacionais favoráveis para o desenvolvimento econômico e social e para a proteção ambiental, que são componentes indispensáveis e de reforço do desenvolvimento sustentável.

Há diferenças cruciais com relação aos assentamentos humanos em diferentes regiões e países e dentro deles. Essas diferenças, situações específicas e capacidades variáveis de cada comunidade e país devem ser levadas em consideração na implementação da Agenda Habitat e também nas reedições desta. Nesse contexto, a cooperação e as parcerias internacionais, regionais, sub-regionais, nacionais e locais de instituições como a Comissão de Assentamentos Humanos e o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat), além de recursos, são centrais para a implementação e cumprimento de metas estabelecidas naquela Agenda.

Urge erradicar-se a pobreza rural e a urbana e melhorar-se a qualidade das condições de vida, além de se criarem oportunidades de emprego e educação nas áreas rurais, nos centros regionais e nas cidades secundárias, mas, mais ainda, naquelas regiões metropolitanas, como é o caso da RMPA. As contribuições complementares e as ligações entre as áreas urbanas e rurais devem ser amplamente aproveitadas por meio do equilíbrio das suas diferentes necessidades econômicas, sociais e ambientais.

GRÁFICO 1 - Distribuição do déficit por faixa de renda

É nessa perspectiva que o Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal realizou estudos - no contexto da pesquisa Avaliação e Disseminação de Experiências Alternativas em Habitação Popular - tomando como referência analítica o trabalho desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, onde se buscava estabelecer parâmetros de habitabilidade, com base em variáveis censitárias. Os primeiros resultados relativos ao Rio Grande do Sul foram divulgados pela Fundação de Economia e Estatística - FEE e estão disponíveis no sítio da mesma, organizados em 32 tabelas, considerando, os municípios existentes em 2000.

O interesse da FEE é o de divulgar, além do déficit e da inadequação habitacional, o conjunto de dados brutos que compuseram os cálculos, acrescido de algumas variáveis do Censo 2000. Todo o conjunto de dados é relevante aos estudiosos da questão social relacionada às condições de vida da população, como o total de domicílios sem sanitários, total de domicílios localizados em terreno não próprio, total de domicílios particulares permanentes e população total.

Também abordar o tema com vistas a fornecer subsídios para a formulação de políticas e programas na área de desenvolvimento urbano, demonstrando algumas fontes de financiamento. E ressaltar, como incentivo, às administrações municipais que segundo o IBAM, todos os municípios que têm buscado soluções para a questão habitacional por meio de programas que ofereçam apoio ou provisão de habitações de interesse social, tanto no meio rural quanto no meio urbano têm conseguido melhorar seus indicadores sociais e a qualidade de vida de seus municípios.

Os resultados de pesquisas realizadas indicam que o padrão de ligação intersetorial da economia gaúcha é bastante diferenciado daquele observado no restante do Brasil, sendo caracterizado por uma especialização mais intensa em setores do complexo agroindustrial. Em geral, as ligações regionais mostram que os efeitos de transbordamento da economia gaúcha para o restante do Brasil são elevados e mais intensos do que no caso contrário.

Contudo, setorialmente, observa-se que os vazamentos regionais do Rio Grande do Sul são relativamente menores no setor agroindustrial e mais elevado nos demais setores industriais, especialmente naqueles associados ao complexo metal-mecânico e onde poderá ser visto que o déficit habitacional existente é menor.

Quando analisados as linhas de crédito existentes e os financiamentos oficiais, bem como o montante de financiamentos para o setor habitacional, o Rio Grande do Sul ocupa um lugar de destaque entre os demais. Isso permite inferir-se de sua plena capacidade para minimizar o quantitativo do déficit, fundamentalmente, daquele localizado nas regiões mais populosas do Estado como a RMPA e naqueles municípios com mais de 100.000 habitantes, num horizonte de tempo não tão longo, mantendo-se constantes as demais condições em vigor.

3.2 PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO

Pelos dados apresentados pelo Fundo de Garantia do Trabalhador - FGTS e pela Associação Brasileira de Poupança e Empréstimo - ABECIP, conforme **Tabela 2** foi financiado em 2007 um total de 333.230 imóveis no valor total de R\$10.174.901,718, com recursos do FGTS. Enquanto no mesmo período no SBPE, foram financiados 195.900 imóveis no montante de R\$18.282.655.222. O emprego gerado com os investimentos do FGTS chegou a 518.670 empregos e a população beneficiada naquele período foi calculada em 1.549.928 pessoas. Em 2008 tendo como fonte de recursos o FGTS, houve um acréscimo em relação a 2007 no valor dos empréstimos de 40,55% e na população beneficiada de 25,85%, enquanto no SBPE, o acréscimo no montante de imóveis financiados foi de 52,98% e de 64,27% no valor emprestado.

Visualizando-se os dados de 2009 na mesma tabela percebe-se que os valores considerados até set/09, para o FGTS já eram quase iguais ao exercício de 2008, enquanto os do SBPE, estavam mais distanciados mas já eram superiores ao exercício de 2007, o que demonstra um incremento constante e sistemático no volume dos financiamentos.

TABELA 2 – Recursos do FGTS e do SBPE

MÊS/ANO CONTRATAÇÃO	RECURSOS FGTS				SBPE			
	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALOR DO EMPRÉSTIMO	NÚMERO DE UNIDADES	EMPREGOS GERADOS	POPULAÇÃO BENEFICIADA	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALOR DO EMPRÉSTIMO	
Ano 2007	218.806	10.174.901.718,03	333.230	518.670	20.316.671	195.900	18.282,7	
jan/08	7.637	487.411.103,59	13.482	17.994	356.050	17.077	1.621,9	
fev/08	13.474	935.149.543,44	21.566	38.547	1.070.602	18.891	1.957,2	
mar/08	12.976	1.238.361.316,78	19.136	60.174	2.806.005	18.819	1.891,8	
abr/08	15.607	1.359.582.373,44	21.403	65.018	2.491.784	19.105	2.024,4	
mai/08	15.757	2.236.674.522,16	22.093	120.639	6.485.669	21.997	2.261,7	
jun/08	17.748	1.726.312.575,79	32.202	84.306	2.249.013	32.544	3.192,3	
jul/08	17.137	908.663.131,52	25.763	31.803	149.050	34.589	3.432,4	
ago/08	19.842	1.383.434.326,08	26.509	55.477	1.807.390	34.749	3.481,2	
set/08	18.369	841.040.634,79	21.957	25.749	394.208	29.374	2.934,8	
out/08	12.238	977.817.296,38	16.659	46.383	1.353.579	23.342	2.393,8	
nov/08	16.580	782.522.511,07	20.414	21.757	102.233	23.736	2.305,6	
dez/08	31.298	1.423.387.351,18	41.623	71.717	2.620.731	25.462	2.535,3	
Total 2008	198.663	14.300.356.686	282.807	639.564	21.886.314	299.685	30.032	
% sobre 2007	-9,21%	40,55%	-15,13%	23,31%	7,73%	52,98%	64,27%	
jan/09	13.078	926.984.929,20	28.306	45.783	529.530	17.660	1.892,5	
fev/09	14.454	970.186.768,79	26.486	55.129	501.666	16.523	1.724,5	
mar/09	16.849	1.078.633.885,44	24.968	51.861	256.184	21.447	2.254,3	
abr/09	16.951	1.662.309.149,98	39.261	110.035	1.635.345	22.750	2.351,5	
mai/09	18.547	1.688.768.388,79	34.337	106.906	1.210.425	19.727	2.267,9	
jun/09	22.219	1.706.005.586,65	39.415	111.895	792.502	25.774	2.958,0	
jul/09	24.897	2.607.869.053,43	41.476	136.994	4.175.920	25.656	2.942,2	
ago/09	23.465	1.687.248.505,15	43.175	108.622	483.318	29.641	3.181,7	
set/09	21.567	1.621.002.257,53	36.596	83.436	406.835	30.286	3.604,6	
*Total 2009	172.027	13.949.008.524,96	314.020	810.661	9.991.725	209.464	23.177,4	

Fonte: https://webp.caixa.gov.br/Portal/Relatorio_esp/contratacoes.asp, acesso em 11/11/2009 e Abecip

O FGTS remunera o saldo existente nas contas dos trabalhadores com uma taxa de juros anual de 3,00%. Portanto o custo destes recursos é bem menor se comparado a outras fontes. É de se esperar que uma parcela importante dos financiamentos habitacionais realizados utilizando o FGTS como lastro contemple aqueles clientes onde reside o maior déficit que são as famílias das classes C e D de renda. O que não acontece com os recursos do SBPE, onde o custo de captação é bem mais oneroso e que por esta razão, como se sabe, são financiamentos que possuem um direcionamento mais focado para as classes A e B de renda.

Estimando-se que cerca de 1,2 milhões de famílias em coabitação não necessitem de uma moradia adicional, haveria, ainda assim, que se edificar 6 milhões de novas habitações. Multiplicando por R\$ 40 mil, o preço de uma moradia popular com terreno regularizado, seriam necessários R\$ 240 bilhões. Supondo-se que, metade seja assumida por Estados, municípios, mercado financeiro e poupança dos interessados, à União caberia a outra metade: R\$ 120 bilhões. Isso significa aportes anuais de R\$ 6 bilhões da União, pelo prazo de 20 anos; ou de R\$ 8 bilhões em 15 anos.

Portanto uma parcela significativa do déficit habitacional continua estável, ou ainda aumentando em decorrência de diversos fatores já apontados e por aquela população pertencente às classes C e D que compõem o mercado informal de trabalho cuja renda não pode ser comprovada e, portanto, não é contemplada com nenhum tipo de financiamento.

A promulgação da Constituição de 1988 introduziu profundas alterações no sistema federativo brasileiro, dentre elas, o processo de descentralização de competências políticas e administrativas nas três esferas de governo. Esse processo realocou recursos financeiros e proporcionou melhoria significativa na participação dos municípios nas receitas fiscais, através do aumento de transferências federais e estaduais. Ao mesmo tempo em que o Governo Federal repassou novas atribuições e competências à esfera municipal, houve uma elevação nos gastos, devido ao aumento das demandas sociais, principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Assim, no Rio Grande do Sul como nos demais estados da federação, desde a promulgação da Constituição de 1988 houve um grande número de emancipações até a virada do milênio, quase que dobrando o número de municípios. Considerando-se apenas os anos de 1995-2003, conforme pode ser visto na **Tabela 3**, o número de municípios no Estado teve um acréscimo de 16,16% , saindo de 427 para 497 municípios em 2002 e depois reintegrando o município de Pinto Bandeira ao município mãe de Bento Gonçalves, ficando com 496.

TABELA 3 – Número de Municípios por Classe de Tamanho

Número de municípios por classe de tamanho 1995-03									
CLASSES DE Nº DE HABITANTES	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
até 10.000	262	261	304	305	305	304	338	338	337
de 10.001 a 50.000	125	126	122	120	120	121	117	117	118
de 50.001 a 100.000	23	23	24	25	25	25	25	25	24
Mais de 100.000	17	17	17	17	17	17	17	17	17
Total Municípios	427	427	467	467	467	467	497	497	496

Fonte: Núcleo de Indicadores Sociais, FEE e Censo IBGE 2000

3.3 DÉFICIT HABITACIONAL NA (RMPA)

Para compor a Região Metropolitana de Porto Alegre, foram considerados 31 municípios, dos quais dois tinham até 10.000 habitantes; 14 tinham entre 10.001 e 50.000 habitantes; seis entre 50.001 e 100.000 habitantes; e nove tinham mais de 100.000 habitantes.

Segundo a FEE, os atuais 31 municípios que a compõem são os seguintes: Até 10.000 habitantes; Araricá e Glorinha; de 10.001 a 50.000 habitantes; Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Parobé, Portão, Santo Antonio da Patrulha e São Jerônimo; de 50.001 a 100.000 habitantes: Campo Bom, Esteio, Guaíba, Montenegro, Sapiranga, Taquara; Mais de 100.000 habitantes; Cachoeirinha, Sapucaia, Alvorada, São Leopoldo, Viamão, Gravataí, Novo Hamburgo, Canoas e Porto Alegre.

Por ser a região que apresenta o maior quantitativo do déficit habitacional do Estado, inicia-se este trabalho pela Região Metropolitana de Porto Alegre. Com certeza, é a área mais densa do território concentrando 37% da população em 31 municípios. Nela, encontram-se nove dos 18 municípios do Estado com mais de 100.000 habitantes.

A densidade demográfica da RMPA é de 480,62 hab/km², integrando municípios como Alvorada, Esteio e Porto Alegre, que apresentam as maiores densidades do Estado, com 2.925,28 hab/km², 2.861,66 hab/km² e Porto Alegre 2.859,48 respectivamente. Os municípios da RMPA que apresentam menor densidade demográfica são Glorinha, São Jerônimo e Triunfo, com densidades de 21,34 hab/km², 21,88 hab/km² e 29,20 hab/km² respectivamente.

A RMPA foi criada por lei, em 1973 e era composta, inicialmente, por 14 municípios. O crescimento demográfico resultante principalmente das migrações, a interligação das malhas urbanas e os processos emancipatórios em período relativamente recente, bem como a necessidade das municipalidades de alocarem recursos para impulsionar o desenvolvimento local, fizeram com que novos municípios se integrassem á Região, totalizando 31 em 2001. A partir desse ano não houve alteração na composição da Região.

Esses municípios apresentam grandes disparidades quanto ao PIB *per capita* e aos indicadores sociais, refletindo a distribuição desigual de agentes econômicos e de equipamentos urbanos como transporte, saúde, educação, habitação e saneamento. Seu território abrange cinco Conselhos Regionais de Desenvolvimento: o Metropolitano-Delta do Jacuí, o Vale do Sinos, o Paranhana - Encosta da Serra; o Centro- Sul e o Vale do Caí.

A RMPA constitui-se em pólo de atração no Estado. Essa característica antes restrita a Porto Alegre e a cidades mais populosas, agora se verifica nas cidades da periferia da Região, onde, atraídos pelos preços mais baixos das terras e pelas facilidades de emprego das áreas de expansão econômica, aportam migrantes de todos os municípios do Estado.

Os municípios de Nova Santa Rita, Eldorado do Sul, Nova Hartz e Dois Irmãos apresentaram as taxas mais altas de crescimento no período 1991- 00, muito acima da média estadual, estando entre os municípios do Estado que mais cresceram na década. Por outro lado, Canoas, Esteio, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Porto Alegre tiveram crescimento próximo ou abaixo da média estadual, demonstrando tendência inversa.

Conforme pode ser visto na **Tabela 4**, o montante de déficit habitacional, somente na Região Metropolitana representa 34,82% do déficit do Estado, em termos de população, 36,50% da população do Estado, e PIB de 42,05% do PIB estadual. O maior déficit absoluto, como não poderia deixar de ser, pertence ao Município de Porto Alegre com 26.340 unidades, seguido de Canoas e Gravataí com 5.066 e 4.793 unidades respectivamente.

Os menores déficits habitacionais dos municípios que compõem a Região Metropolitana pertencem aos municípios de Araricá e Glorinha com 51 e 62 unidades respectivamente. Também são os de menos população, com 4.032 e 5.684 habitantes. Já quando se analisa o estoque de domicílios verifica-se que Porto Alegre possui 442.007 imóveis, representando mais de cinco vezes o município de Canoas segundo colocado com 89.689. Na seqüência temos o município de Novo Hamburgo com 71.185 imóveis o qual ocupa a terceira colocação neste ranking.

Destaca-se na tabela como se pode verificar a situação do município de Triunfo, onde se situa o Pólo Petroquímico, pelo elevado valor do PIB e pela alta renda per *capita* – quase 15 vezes a renda per *capita* de Porto Alegre -, contudo ainda assim com déficit habitacional de 248 unidades no período de tempo considerado.

TABELA 4 – Imóveis, população, PIB total e per capita na RMPA – 2000.

Ordem	Codigo	Município	Quantitativo de Imóveis em Unidades					População	Pib Total	Pib Per capita
			Improvistos	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
1	144	ALVORADA	98	34	3.163	3.295	51.226	183.968	505.803	2.644
2	163	ARARICA	17	-	34	51	1.225	4.032	18.693	4.431
3	170	ARROIO DOS RATOS	10	-	214	224	4.098	13.335	55.097	4.051
4	145	CACHOEIRINHA	54	76	1.961	2.091	31.637	107.564	1.176.541	10.603
5	267	CAMPO BOM	28	117	874	1.019	16.214	54.018	1.027.297	18.646
6	282	CANOAS	123	306	4.637	5.066	89.689	306.093	5.895.377	18.862
7	288	CAPELA DE SANTANA	12	-	115	127	3.024	10.032	51.078	4.874
8	171	CHARQUEADAS	30	11	507	548	7.897	29.961	333.552	10.804
9	266	DOIS IRMAOS	7	18	363	388	6.570	22.435	404.917	17.019
10	172	ELDORADO DO SUL	56	30	403	489	7.882	27.268	521.418	18.014
11	418	ESTANCIA VELHA	18	55	605	678	10.271	35.132	411.172	11.312
12	254	ESTEIO	24	103	1.463	1.590	23.599	80.048	1.080.701	13.225
13	384	GLORINHA	6	-	56	62	1.813	5.684	41.049	6.986
14	383	GRAVATAI	218	96	4.479	4.793	67.269	232.629	2.578.772	10.670
15	200	GUAIBA	76	36	1.690	1.802	27.534	94.307	683.605	7.045
16	416	IVOTI	6	13	245	264	4.437	15.318	249.100	15.526
17	289	MONTENEGRO	83	25	828	936	16.728	54.692	759.255	13.621
18	406	NOVA HARTZ	21	19	208	248	4.392	15.071	200.811	12.555
19	281	NOVA SANTA RITA	28	6	243	277	4.572	15.750	168.921	10.067
20	455	NOVO HAMBURGO	50	193	3.740	3.983	71.185	236.193	2.427.995	10.052
21	162	PAROBE	49	32	550	631	13.108	44.776	506.332	10.769
22	287	PORTAO	0	9	353	362	7.344	24.657	560.698	21.934
23	116	PORTO ALEGRE	1261	1.416	23.663	26.340	442.007	1.360.590	12.315.983	8.927
24	297	SANTO ANTONIO DA I	0	11	465	476	11.523	37.035	225.454	6.019
25	169	SAO JERONIMO	11	-	351	362	5.904	20.283	106.595	5.271
26	456	SAO LEOPOLDO	43	97	3.318	3.458	57.734	193.547	1.391.718	7.027
27	268	SAPIRANGA	35	310	853	1.198	20.276	69.189	661.121	9.244
28	483	SAPUCAIA DO SUL	65	235	1.820	2.120	36.484	122.751	1.137.746	9.038
29	385	TAQUARA	24	52	719	795	16.317	52.825	268.657	4.917
30	314	TRIUNFO	32	22	194	248	6.805	22.166	2.892.568	126.258
31	117	VIAMAO	225	125	3.231	3.581	66.065	227.429	906.815	3.849
Total da RMPA			2.710	3.447	61.345	67.502	1.134.829	3.718.778	39.564.838	10,64
Total do Estado			10.670	7.020	176.162	193.852	3.053.601	10.187.842	94.084.498	9,235
Participação da RMPA (%)			25,40%	49,10%	34,82%	34,82%	37,16%	36,50%	42,05%	

Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE

Nota: Os municípios a seguir foram instalados após o Censo Demográfico de 2000: Aceguá, Almirante Tamandaré do Sul, Arroio do Padre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bozano, Canudos do Vale, Capão Bonito do Sul, Capão do Cipó, Coqueiro Baixo, Coronel Pilar, Cruzaltense, Forquetinha, Itaí, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Mato Queimado, Novo Xingu, Paulo Bento, Pedras Altas, Pinhal da Serra, Pinto Bandeira, Quatro Irmãos, Rolador, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, São José do Sul, São Pedro das Missões, Tio Hugo, Westfália.

3.4 DÉFICIT HABITACIONAL NOS COREDES

Conforme disponível na FEE, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) - criados pela Lei nº. 10.283, de 17 de outubro de 1994, têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo nas suas áreas de abrangência. Objetivam a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente.

Constituem-se num fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem o desenvolvimento regional. Tem como objetivo central à promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando competitividade, equidade e sustentabilidade.

Sob a ótica do déficit habitacional, quando se analisa os Coredes com base em 2000, conforme **Tabela 5**, verifica-se que o Metropolitano Delta do Jacuí que abrange a RMPA, possui quase o dobro do déficit do Vale do Rio do Sinos, que também inclui alguns municípios pertencentes a RMPA, sendo 43.177 e 20.702, respectivamente, os seus déficits.

TABELA 5 – COREDES, número de domicílios e déficit habitacional.

COREDES	Domicílios	Déficit	Déficit	Partic.Total
	Valor absoluto	Habitacional	Habitacional	Déficit
			(%)	(%)
Metropolitano Delta Do Jacuí	713.761	43.177	6,05	22,27%
Vale Do Rio Dos Sinos	353.992	20.702	5,85	10,68%
Sul	253.438	17.707	6,99	9,13%
Serra	220.225	13.265	6,02	6,84%
Fronteira Oeste	158.322	13.523	8,54	6,98%
Central	148.266	9.601	6,48	4,95%
Produção	123.760	8.402	6,79	4,33%
Vale Do Rio Pardo	118.504	7.661	6,46	3,95%
Noroeste Colonial	91.872	5.598	6,09	2,89%
Vale Do Taquari	91.161	5.770	6,33	2,98%
Missões	78.024	5.036	6,45	2,60%
Litoral	73.346	3.975	5,42	2,05%
Centro-Sul	69.708	4.166	5,98	2,15%
Campanha	64.685	4.753	7,35	2,45%
Fronteira Noroeste	62.361	3.817	6,12	1,97%
Norte	62.244	4.475	7,19	2,31%
Hortênsias-Campos De Cima Da S	56.750	3.096	5,46	1,60%
Paranhana - Encosta Da Serra	54.807	2.943	5,37	1,52%
Médio Alto Uruguai	51.270	3.382	6,60	1,74%
Alto Jacuí	47.668	3.332	6,99	1,72%
Jacuí-Centro	45.663	2.613	5,72	1,35%
Vale Do Caí	45.103	2.568	5,69	1,32%
Nordeste	39.082	2.513	6,43	1,30%
Alto Da Serra Do Botucaraí	29.589	1.777	6,01	0,92%
RIO GRANDE DO SUL	3.053.601	193.852	6,35	100,00%

Fonte: FEE, IBGE, Censo 2000

O Corede Alto da Serra do Botucará é o que apresenta menor déficit, apenas 1.777 unidades, representando, no cômputo geral, menos de (1,00%) do total do déficit, ou seja, (0,92%), seguido do Corede Nordeste, com um déficit de 2.513 unidades, (1,30%) do total **Tabela 5.**

3.5 DÉFICIT HABITACIONAL NOS MUNICÍPIOS

Ao se analisar os municípios com mais de 100.000 Habitantes **Tabela 6**, vê-se que os dezessete municípios representam o percentual de déficit de (44,07%), enquanto a população representa (45,21%) e o PIB nesses municípios, representa (45,87%), isso é, quase metade do PIB do Estado.

Só por essa análise já dá para se ver, considerando-se que o Rio Grande do Sul possui 496 municípios, que os demais 479 representam praticamente a outra metade e até para esclarecer mais, foi construída esta tabela onde estão referenciados aqueles municípios:

TABELA 6 – Municípios com mais de cem mil Habitantes

Ordem	Codigo	Município	Quantitativo de Imóveis em Unidades					População	Pib Total	Pib Per capita
			Improvizados	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
1	116	PORTO ALEGRE	1.261	1.416	23.663	26.340	442.007	1.360.590	12.315.983	8.927
2	275	CAXIAS DO SUL	287	93	4.482	4.862	109.530	360.419	5.047.241	13.543
3	10	PELOTAS	177	149	6.241	6.567	99.320	323.158	1.813.571	5.551
4	282	CANOAS	123	306	4.637	5.066	89.689	306.093	5.895.377	18.862
5	337	SANTA MARIA	154	96	4.438	4.688	72.753	243.611	1.290.218	5.163
6	455	NOVO HAMBURGO	50	193	3.740	3.983	71.185	236.193	2.427.995	10.052
7	383	GRAVATAI	218	96	4.479	4.793	67.269	232.629	2.578.772	10.670
8	117	VIAMAO	225	125	3.231	3.581	66.065	227.429	906.815	3.849
9	456	SAO LEOPOLDO	43	97	3.318	3.458	57.734	193.547	1.391.718	7.027
10	111	RIO GRANDE	104	91	3.517	3.712	56.946	186.544	2.191.081	11.592
11	144	ALVORADA	98	34	3.163	3.295	51.226	183.968	505.803	2.644
12	326	PASSO FUNDO	129	143	2.720	2.992	49.677	168.458	1.278.110	7.381
13	131	URUGUAIANA	151	104	2.901	3.156	34.763	126.936	748.448	5.794
14	483	SAPUCAIA DO SUL	65	235	1.820	2.120	36.484	122.751	1.137.746	9.038
15	3	BAGE	125	72	2.448	2.645	35.295	118.767	565.510	4.848
16	464	SANTA CRUZ DO SUL	88	76	1.911	2.075	32.929	107.632	1.882.852	17.036
17	145	CACHOEIRINHA	54	76	1.961	2.091	31.637	107.564	1.176.541	10.603
TOTAL 17 MUNICÍPIOS > 100.000			3.352	3.402	78.670	85.424	1.404.509	4.606.289	43.153.779	9,368
TOTAL DO ESTADO			10.670	7.020	176.162	193.852	3.053.601	10.187.842	94.084.498	9,235
PARTICIPAÇÃO 17 > 100.000 Hab			31,42%	48,46%	44,66%	44,07%	46,00%	45,21%	45,87%	

Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE

Os municípios a seguir foram instalados após o Censo Demográfico de 2000: Aceguá, Almirante Tamandaré do Sul, Arroio do Padre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bozano, Canudos do Vale, Capão Bonito do Sul, Capão do Cipó, Coqueiro Baixo, Coronel Pilar, Cruzaltense, Forquetinha, Itati, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Mato Queimado, Novo Xingu, Paulo Bento, Pedras Altas, Pinhal da Serra, Pinto Bandeira, Quatro Irmãos, Rolador, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, São José do Sul, São Pedro das Missões, Tio Hugo,

“É preciso se romper com a visão de que o Brasil rural é formado por municípios que estão se esvaziando. Não é admissível que considere mais de 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século 20. Pior, não é possível, tratá-lo como se nele existissem entre 4.500 e 5.000 cidades imaginárias.” (Veiga, 2005)

Na análise dos dados demonstrados na **Tabela 7**, o País possuía no ano de 2000, 4.642 municípios com menos de 20.000 habitantes, ou seja, (84,29%), enquanto no Rio Grande do Sul, 430 se situavam nessa faixa, representando (81,25%), numa proporção similar. A relação só se distanciava na faixa daqueles municípios com menos de 2.000 habitantes, onde o Rio Grande do Sul possui (9,07%), enquanto o Brasil possuía (21,35%) dos municípios nesse patamar.

Segundo o mesmo autor, o desempenho socioeconômico de um município rural depende muito do dinamismo de suas prefeituras. “Se não podem fazer milagres, são recorrentes os casos em que a dinamização pode ser atribuída à capacidade local em atrair para o município decisivos investimentos seja de fontes privadas ou públicas.”

Mas sabe-se da pouca expressividade e poder das pequenas localidades. Esse papel não vai muito longe se o município estiver isolado e não conseguir balançar a força centrípeta do centro urbano que domina os vínculos socioeconômicos da micro-região. São criados muitos conselhos municipais em detrimento de articulações intermunicipais. Um conselho de 1 minúsculo município com raras exceções, possui as ferramentas e a capacitação para planejar o seu desenvolvimento no todo, comparado com um de porte médio ou grande.

“Para suprir essa lacuna em 2002, o Governo Federal organiza o Ministério das Cidades, fortalecendo igualmente a carteira habitacional da Caixa Econômica Federal. Começam a ser incentivados os programas de desenvolvimento urbano e programas habitacionais que atendessem especialmente às populações de renda mais baixa, em situação de vulnerabilidade social, ou em situação de risco na área urbana ou rural.” (*Ministério das Cidades, 2007*).

TABELA 7 – Percentual de municípios, segundo o número de habitantes, no Brasil e no Rio Grande do Sul – 2000.

DISCRIMINAÇÃO	Nº MUNICIPIOS	PERCENTUAL
BRASIL	5.507	100,00
Municípios com menos de 2.000 Habitantes	1.176	21,35
Municípios com menos de 10.000 Habitantes	3.387	61,50
Municípios com menos de 20.000 Habitantes	4.642	84,29
RIO GRANDE DO SUL	496	100,00
Municípios com menos de 2.000 Habitantes	45	9,07
Municípios com menos de 10.000 Habitantes	333	67,14
Municípios com menos de 20.000 Habitantes	403	81,25

Fonte: FEE e Veiga, Jose Eli.

E para mitigar ainda mais essas diferenças e contrabalançar os esforços desse universo de municípios pequenos é que em 2004 o Ministério das Cidades cria na sua estrutura o Conselho das Cidades. A razão para sua criação é a de atender os anseios dessa leva de municípios, pois que ele fica responsável pelos estudos, pesquisas e para propor soluções viáveis, a nível nacional.

A criação do Conselho das Cidades (ConCidades), representa assim, a materialização de um importante instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, em processo de construção. Ele é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da PNDU, bem como acompanhar a sua execução.

Ele viabiliza o debate em torno da política urbana de forma continuada, respeitando a autonomia e as especificidades dos segmentos que o compõem, tais como: setor produtivo; organizações sociais; ONG; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; entidades sindicais; e órgãos governamentais.

O ConCidades é, portanto, uma verdadeira instância de negociação em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisão sobre as políticas executadas pelo Ministério das Cidades, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial.

A origem plural desses órgãos e entidades e sua tradição de atuação diante da temática de desenvolvimento urbano possibilitam aos segmentos uma atuação caracterizada pela articulação e negociação política. Mantém uma ação propositiva e qualidade técnica nos debates, possibilitando, dentre outras coisas, a construção de políticas públicas que favoreçam o acesso a todos os cidadãos, tendo sempre como referência as deliberações advindas das Conferências Nacionais das Cidades.

Atualmente, o ConCidades é constituído por 86 titulares – 49 representantes de segmentos da sociedade civil e 37 dos poderes públicos federal, estadual e municipal – além de 86 suplentes, com mandato de dois anos. A composição do órgão inclui, ainda, 09 observadores representantes dos governos estaduais, que possuem Conselho das Cidades, em sua respectiva unidade da Federação. Na trajetória de atuação do Conselho, uma das principais lições aprendidas é que a democracia muda de qualidade quando o Poder Público se une à experiência acumulada da sociedade civil organizada e potencializa a sua participação na elaboração e execução dos programas e das políticas públicas.

E ainda como política e orientação sugerem a criação de representações desse Conselho nos municípios conforme legislação que poderá ser consultada no endereço eletrônico daquele Ministério. Não há dados concretos para se saber quantos municípios já adotaram a recomendação e saber-se dos ganhos obtidos com a adoção de tal sistemática.

Vale ressaltar que a nomenclatura dada ao referido Conselho é uma opção de cada município, podendo se chamar Conselho Municipal da Cidade, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, dentre outras inúmeras possibilidades que traduzam as especificidades locais. O importante é que se congreguem todas as temáticas envolvidas na questão urbana. A tabela completa do déficit por município pode ser vista no Apêndice I.

Quando analisamos os municípios com menos de 10.000 habitantes na **Tabela 8**, constata-se que o percentual de déficit composto pelos 333 municípios, representa, apenas, 14,34%, sua população, 13,53% e o seu PIB, 12,31% do total do Estado.

TABELA 8 - Imóveis, população, PIB Total e *Per capita*, nos municípios com menos de 10.000 habitantes no RS – 2000.

Discriminação	Município	Imóveis					População	Pib Total	Pib Per capita
		Improvisados	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
TOTAL	333	2.607	502	24.690	27.799	398.260	1.378.563	11.584.658	8,403430518
TOTAL DO ESTADO		10.670	7.020	176.162	193.852	3.053.601	10.187.842	94.084.498	9,234978168
Participação dos 333 Municípios		24,43%	7,15%	14,02%	14,34%	13,04%	13,53%	12,31%	
Censo Demográfico 2000, IBGE.						193.852	3.053.601	10.187.842	94.084.498
						100,00%			

Na faixa intermediária entre 10.000 e 100.000 habitantes, **Tabela 9** são referidos os 146 municípios gaúchos, cujo déficit habitacional agrupado representa (41,59%), a população percentual, (41,25%), a participação no PIB estadual, (41,82%).

TABELA 9 - Imóveis, população, PIB Total e *Per capita*, nos municípios na faixa de 10.000 a 100.000 habitantes no RS – 2000.

Discriminação	Município	Imóveis					População	Pib Total	Pib Per capita
		Improvissados	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
TOTAL	146	4.711	3.116	72.802	80.629	1.250.832	4.202.990	39.346.061	9,361445379
TOTAL DO ESTADO		10.670	7.020	176.162	193.852	3.053.601	10.187.842	94.084.498	9,234978168
Participação dos 146 Municípios		44,15%	44,39%	41,33%	41,59%	40,96%	41,25%	41,82%	

Censo Demográfico 2000, IBGE.

4 CONCLUSÃO

A busca de solução para o problema habitacional tem sido intensa, movimentando diferentes atores sociais. Os resultados são significativos, talvez não numericamente se considerarmos o volume do déficit habitacional gaúcho e brasileiro, mas importantes para as pequenas comunidades. Apesar da simplicidade das tipologias habitacionais, a moradia é sinal de domicílio, de pertencimento, de empoderamento e participação social e política da população urbana e rural. Num universo de restritas possibilidades de melhoria socioeconômica, a aquisição de uma moradia adequada é uma conquista na direção da cidadania e da inserção social.

Mesmo assim, o número de moradias inadequadas e dos sem-teto está crescendo assustadoramente como se viu no estudo da FGVconsult onde, apenas, no período de 1993 a 2004 o número do déficit cresceu em mais de 1/4, ameaçando os padrões de saúde, segurança e mesmo a própria vida. Não há como esquecer que todos têm o direito a um padrão de vida adequado para si e suas famílias, incluindo alimentação, vestuário, casas, água e esgoto, e ao contínuo melhoramento das condições de vida.

Vale ressaltar a observação da GVconsult, quando conclui que deve ser lembrado o perfil das famílias que compõem o déficit habitacional que é de pessoas com baixo poder aquisitivo. Na outra ponta estamos falando de bens de elevado valor final. Tornar a prestação do imóvel compatível com suas rendas tem sido o desafio constante de políticas e dos agentes públicos.

Se não houver sucesso na formulação destas políticas e um interesse prioritário de parte dos governantes, o imóvel residencial, um bem com o qual sonham todos os cidadãos, o verdadeiro e maior sonho de formação de patrimônio e propriedade dos brasileiros, o mais caro dos ativos normalmente incluídos na carteira de propriedades pessoais e familiares, continuará sendo uma miragem para os menos providos e aquinhoados.

É compreensível e natural que a indústria imobiliária e os agentes financeiros se concentrem em prover a demanda das classes mais favorecidas, por serem as mais rentáveis e oferecerem maiores contra-partidas em seus ganhos. O estrato de renda superior consegue ser atendido pela oferta privada e pública de imóveis e financiamentos. Contudo, quanto mais se dirige à análise para os estratos de renda inferior, menor será a capacidade de autos sustentação financeira dos indivíduos e de suas famílias e tanto menor tem sido na experiência brasileira dos anos 1930-2000, logo de longo prazo, a capacidade de provimento de imóveis e a construção de comunidades decentes para a população pobre.

Outro fator relevante para a compra, manutenção e detenção de imóveis é a capacidade de gerar renda através de emprego. No Brasil, a taxa de emprego da população é fugaz e o emprego regular, constante e formal infelizmente ainda se constitui numa raridade. Dados do IBGE de 2008 revelam que para uma população economicamente ativa de 94 milhões de habitantes, 31 milhões possuíam carteira de trabalho. Destes, 16,4 milhões trabalhavam em diversos níveis de governo, numa demonstração de que uma grande fatia da população empregada formalmente é registrada porque atua no setor público. E esta população viu a taxa de desemprego formal do IBGE flutuar de 4,5% em 1994 para 9,2% em 2004, com tendências estruturais de longo prazo de inequívoca ascensão.

Como consequência, por falta de renda e emprego, a população de baixa renda viu por décadas travadas e inviabilizadas as suas solicitações de crédito, para o financiamento amplo da casa própria. E partiu, por esta razão, para soluções paliativas, criativas e sumamente precárias, mediante a autoconstrução, criando as favelas, as palafitas e as zonas sub-humanas de habitação, que correspondiam, conforme estimativas do IBGE, a 32% dos territórios habitados das zonas metropolitanas brasileiras, no ano 2008.

Entre 2003 e 2008, somados às experiências anteriores, significativos esforços federativos, estaduais e municipais, ligados aos das comunidades e entidades vinculadas diretamente à construção e ao financiamento de moradias e infra-estrutura, foram envidados. Houve sensibilidade de algumas áreas de governo com a criação de uma nova ótica e perspectiva, em boa parte gerida com a criação do Ministério das Cidades, no sentido de buscar equacionar e dar soluções efetivas, reais, ao crônico hiato de oferta de casas populares e estruturas imobiliárias lato sensu de interesse social. Por ser este hiato gigantesco, estrutural e crônico, o equacionamento do problema e desafio apresentado é imenso.

Esse descompasso indica que a simples expansão da oferta de recursos onerosos é incapaz de fazer frente ao problema, bem como a criação de programas se não contemplarem uma prestação que caiba na renda das famílias. Para isso é necessário diminuir a parcela de recursos onerosos e isso só é possível com o aumento da parcela de subsídios. Ou, em outras palavras, sem subsídio não há como chegar às famílias de menor poder aquisitivo.

Pode-se ainda acrescentar que grande parte dessa população, como se sabe, não faz parte do setor formal da economia, estando à mercê de trabalhos temporários, o que não lhes possibilita comprovação de nenhum tipo de renda, impossibilitando, portanto, qualquer assunção de dívida e condenando-a a própria sorte.

Espera-se que o presente trabalho possibilite uma maior reflexão do meio acadêmico sobre a questão dos déficits habitacionais, gaúcho e brasileiro e que possa, assim, haver um maior interesse pelos alunos nesses estudos e um direcionamento mais vigoroso sobre o tema. Pois isso, sem dúvida, proporcionaria um auxílio mais direto aos dirigentes e governantes nesse assunto que tanto tem desafiado suas capacidades, sobretudo nos municípios pequenos onde não há uma estrutura adequada e capacitada para análises mais aprofundadas e que possam trazer resoluções mais corretas.

Imagina-se possa ajudar também, nos diagnósticos e nas indicações para promover o desenvolvimento econômico, social e a proteção do meio ambiente, que são componentes interdependentes e de reforço mútuo do desenvolvimento sustentável – contexto para se alcançar uma melhor qualidade de vida para todos os municípios. Os altos índices de migrações internas, o crescimento populacional em cidades grandes e pequenas e padrões insustentáveis de produção e consumo aumentam essas dificuldades de forma preocupante.

Grande parte da população urbana vive em condições inadequadas e enfrenta cotidianamente, vários problemas, inclusive ambientais. Esses percalços são aumentados pelo mau planejamento municipal, pela má capacidade de gestão, pela falta de investimentos e tecnologia. Também, pela mobilização insuficiente e pela alocação inapropriada de recursos financeiros, além de pela ausência de oportunidades sociais e econômicas.

As políticas adotadas e as iniciativas adotadas pra esta área em nosso País estão ainda muito atrasadas e não contemplam a oferta de habitações dignas aos seus cidadãos,

fundamentalmente aqueles de baixa renda, que não possuem condições de pagar por seus próprios meios e não tem como formar poupanças para a aquisição da tão sonhada casa própria. O direito de viver e morar bem é universal e está previsto na Constituição brasileira. É direito de todo brasileiro ter acesso e meios de viver em condições humanas dignas, porém pelos cálculos do IPEA (2005), em torno de 36 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza, em condições sub-humanas, com menos de meio salário mínimo mensal.

Certamente a estes se haveria de acrescentar aqueles que ganham até três salários mínimos, pelo menos, e outros tantos que vivem na informalidade, estão desempregados, são mal empregados, subempregados, vivem alienados, marginalizados ou são subutilizados em face de suas reais potencialidades, vontades e ambições cidadãs. Nesse aspecto, não seria demais desejar que à universidade contribuísse oferecendo apoio através de estudos e diagnósticos mais precisos aos que detém o poder de mando a fim de poderem resolver com mais objetividade e menor dispêndio de recursos esses problemas.

Na realidade, espera-se da universidade através de estudos e pesquisas, as sugestões aos governantes propondo modelos de arranjos institucionais que ajudem articulações intermunicipais a diagnosticarem os principais entraves nas suas respectivas regiões, planejar ações de desenvolvimento integrado e a captarem os recursos, menos onerosos necessários para a execução. Trata-se de encorajar os municípios a se associarem com o objetivo de valorizar o território que compartilham, fornecendo-lhes *expertises*, articulações e meios concretos e possíveis ao desencadeamento desse processo.

As comunidades reconhecem e sabem logo identificar uma instituição que lhes ajudem a encontrar o seu norte de desenvolvimento e que as ajudem a promover a justiça social e o bem-estar, quando elas encontram uma. Comunidades florescentes exibem afluência, riqueza, coesão, crescimento, paz de espírito, sorrisos nos lábios da população e estabilidade macroeconômica. Nosso Estado possui, uma situação melhor que algumas regiões do País, mas a grande maioria da população não priva nem compartilha ainda dos benefícios do progresso, do desenvolvimento e da justiça social. Logo, no lugar de sorrisos em suas faces, sobram lágrimas nos olhos e no lugar da segurança, há o medo da violência urbana e da criminalidade.

O grande diferencial que pode ser apresentado pela universidade é que ela seja promotora e estimule através de parceiras com os governos federal, estadual e municipal iniciativas que demorarão em surgir se não houver um empurrão inicial. Na fase de diagnóstico e planejamento a ajuda mais efetiva pode ser até com a alocação temporária de recursos humanos com capacitação necessária, buscando financiamentos de grupos de estudos e a utilização de centros de pesquisas para auxiliar nessas articulações.

O papel do governo federal poderia ser, no primeiro momento, de facilitador, promovendo seminários e congressos para os atores interessados no tema. No segundo momento, por meio de incentivos seletivos (financeiros, tributários etc.), a União poderia fortalecer e incentivar parcerias entre entidades estaduais e municipais afins, visando à conservação ou à “reconstrução” apropriada daqueles imóveis antigos de grande valor cultural para a identidade nacional e regional. E por fim, o da Universidade, mais uma vez seria o de incentivar e promover esses encontros, fomentar esses seminários trazendo para o cenário todos os interessados, ou seja, a população, e os entes envolvidos na resolução desses problemas.

Isso torna necessário repensar o problema dos domicílios em áreas de risco também a partir de duas outras dimensões. A primeira é a necessidade de enfrentar parte do problema com grandes obras de infra-estrutura, que não podem ser arcadas somente pelos governos locais e exigem políticas entrelaçadas envolvendo os diversos níveis da Federação.

Em segundo lugar, é necessário iniciar estudos, pesquisas e projetos pilotos que possibilitem a construção de casas populares a baixo custo, capazes de suportar períodos cíclicos de enchentes e, em alguns casos, ciclones. Trata-se de um desafio que envolve tanto a pesquisa e transferência de tecnologia quanto questões cognitivas e culturais da população-alvo.

Ela pode não aceitar ou resistir a novas formas de morar, especialmente se, desde o começo, o processo não envolver todos os interessados. Nessa conjuntura a importância dos órgãos da Defesa Civil municipais deverá aumentar seguramente. Na estrutura da Prefeitura (funcionários, equipamentos, prédios, salários etc.) será necessário dotá-los de maior poder institucional e qualificar melhor seus membros. O treinamento deverá abarcar cursos de pequena e média duração sobre questões técnicas “*stricto sensu*” e “gestão de desastres”. De forma indireta, deverá também pressionar para o aumento de especializações e de pós-graduações multidisciplinares nas universidades voltadas para o tema “riscos” e suas formas de minimização.

O Déficit Habitacional existe e em dez anos como se viu aumentou em mais de um quarto seu quantitativo absoluto. É preciso então estudos urgentes, pesquisas e parcerias para que o mesmo possa ser minimizado ou erradicado num horizonte não tão longo de tempo. Assim se atingiria o objetivo de fazer com que, os cidadãos enfim, tenham um local digno para morarem e possam assim dessa forma, contribuir de maneira mais efetiva, para o progresso de suas regiões e do País.

5 REFERÊNCIAS

AGENDA Habitat para Municípios – IBAM Rio de Janeiro – Julho de 2003 – Apresentação.

IBGE - Resolução nº. 05 de 10/10/2002, Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/tab01.pdf>

IBGE - Resolução nº. 05 de 10/10/2002, Disponível em:

<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=296> – Acesso em 22/11/08

KASZNAR, Istvan, 2009, Alternativas e soluções para o financiamento de imóveis de interesse social, 2o Prêmio Abecip de Monografia em Crédito Imobiliário e Poupança.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, disponível em: <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades> - Acesso em 22/11/08

POLÉSE, Mario – Economia Urbana e Regional – pág. 184.

CONSELHO das Cidades disponível em:

<http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais/orientacoes-para-a-criacao-dos-conselhos-da-cidade-nos-municipios/> - Acesso em 22/11/08

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, disponível em:

<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=551> – Acesso em 22/11/08

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, disponível em:

<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=296> – Acesso em 22/11/08

CEDEPLAR – BH – Diretrizes pra Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro – pág. 16 - 2004

GVCONSULT - Evolução do déficit habitacional - FGV – Fernando Garcia e Ana Maria Castelo - 24/02/2006 –

GVCONSULT – Por dentro do déficit habitacional brasileiro – Evolução e estimativas recentes – Garcia, Fernando, Castelo, Ana Maria, Tedesco, Maria Antonieta e Brollo, Fernanda – set/2005

VASCONCELOS , José Romeu, Texto para Discussão nº. 410 – IPEA – O Problema Habitacional do Brasil – Abril de 1996

GONÇALVES, Robson, Texto para Discussão nº. 559 – IPEA – O Déficit Habitacional Brasileiro — Abril de 1998.

VEIGA , José eli da, Cidade Imaginárias, **Editora:** Autores Associados, 2005

ARTIGO 2 - PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE DE SEUS EFEITOS SOBRE O DÉFICIT HABITACIONAL E DE SEUS IMPACTOS ECONÔMICOS NO RS.

RESUMO

O presente artigo trata dos impactos gerados e dos setores econômicos mais beneficiados, com a construção de 51.795 unidades habitacionais, no Estado do Rio Grande do Sul, dentro do proposto pelo Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 13 de abril de 2009. O objetivo é a construção de um milhão de moradias no País, para a redução do déficit habitacional, o qual conforme metodologia empregada pela Fundação João Pinheiro era em 2004, 7,2 milhões de moradias. Para efeito de cálculo, foi utilizado como referencial a proposta do Sistema Nacional de Pesquisa Mensal e Índices da Construção Civil (SINAPI) de uma unidade de padrão médio, com 46,15 m² cujo preço do metro quadrado em julho de 2009, era de R\$729, 99, chegando-se a um custo de R\$ 33.689,00 por unidade, o que, multiplicado pelo número de unidades a serem construídas chega-se a um montante de R\$1.744.921.755,00, valor este que, distribuído pelos vários setores que compõem a Matriz de Insumo-Produto desenvolvida pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) , consegue-se determinar o impacto gerado na economia e no emprego aqui no Estado. Utilizando-se a mesma metodologia pode-se ainda, em um próximo artigo, fazer a análise de todo o Programa, pois o dificultador para tanto reside apenas na média ponderada do número de moradias a serem construídas em cada unidade da Federação. Tomando-se os vários preços pesquisados pelo IBGE para o Sinapi em cada uma delas, poder-se-á analisar e avaliar o impacto gerado pelo Programa Minha Casa Minha Vida na economia em nível nacional.

PALAVRAS CHAVES

Programa Minha Casa Minha Vida, Sinapi. matriz insumo produto, déficit habitacional.

ARTICLE 2 – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (MY HOUSE MY LIFE PROGRAM): AN ANALYSIS OF ITS EFFECTS ON THE HABITATIONAL DEFICIT AND ITS ECONOMIC IMPACT IN RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

The present article considers the impact generated by the program and the economic sectors that most benefited from it. 51,795 houses were built in Rio Grande do Sul by *Programa Minha Casa Minha Vida* (My House My Life Program), created in April 13, 2009. Its objective is to build one million houses in Brazil in order to reduce the habitational deficit (which in 2004, according to the methodology applied by Fundação João Pinheiro, was of 7.2 million houses). For calculation purposes the referential utilized was the one proposed by the Sistema Nacional de Pesquisa Mensal e Índices da Construção Civil - SINAPI (National System for the Survey of Civil Construction Costs and Indexes), a medium standard unit of 46.15 m², with the square feet priced in July of 2009 at R\$729.99. The total cost per unit amounts to R\$ 33,689.00, which, multiplied by the number of units to be built, will sum up to R\$1,744,921,755.00. If such amount is distributed through the various sectors that compose the Input-Output Matrix developed by Fundação de Economia e Estatística – FEE (Economics and Statistics Foundation), it is possible to determine the impact generated in the economy and in the employment situation in this State. Using the same methodology it is also possible to, in a subsequent article, analyze the entire program, the difficulty in that residing only on the weighted average of the number of houses to be built in each Federation Unit (State). Taking the various prices researched by the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) for SINAPI in each one of the Units, we will be able to analyze and evaluate the impact the program has generated in the economy on a national level.

KEYWORDS

Programa Minha Casa Minha Vida (My House My Life Program); SINAPI (National System for the Survey of Civil Construction Costs and Indexes); Input-Output Matrix; habitational/housing deficit

1 INTRODUÇÃO

A importância da cadeia da construção civil para o desenvolvimento econômico e social do País é pública e notória. Ao se expandir, todos os setores que a compõe se verifica que ela é responsável pela criação de um elevado número de postos de trabalho, contribuindo para reduzir o índice de desemprego, além de atender as necessidades impostas pelo crescimento demográfico e pelo déficit habitacional acumulado ao longo da história. Nos últimos anos, o país vem experimentando uma melhora significativa no rendimento das famílias, proporcionando uma grande mudança em seu perfil sócio-econômico e uma maior predisposição ao consumo.

Busca-se assim a criação de novos programas e a implementação de financiamentos de longo prazo para o setor habitacional. O que se objetiva é atender às necessidades das famílias que não conseguiram ascender a novas faixas de renda, ao mesmo tempo em que se procura otimizar a concessão de subsídios e aumentar as linhas de financiamentos disponíveis, e também, incentivar para que outras instituições bancárias venham a financiar moradias.

Por meio do Plano Nacional de Habitação – PLANHAB –, do Ministério das Cidades, estão sendo pactuadas com a sociedade civil e outras esferas de governo instrumentos e metas para ampliar a oferta de habitações, aprimorando a capacidade operacional do governo e do setor privado.

No Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, o PLANHAB está sendo contemplado com um grande reforço. Dos R\$ 503,9 bilhões do PAC, destinados à infraestrutura, um terço, ou, mais precisamente, R\$ 170,8 bilhões estão sendo investidos em infraestrutura Social e Urbana, que envolvem saneamento, habitação, transportes urbanos, luz para todos e recursos hídricos. Somente para a área de habitação são R\$ 106,3 bilhões entre 2007 e 2010, beneficiando quatro milhões de famílias. Com programas, com recursos e com metas definidas há um ganho de escala para melhoria da questão, sobretudo, da infra-estrutura urbana.

Para sanar o déficit habitacional existente, que se agiganta e torna-se um problema crônico nas grandes cidades e regiões metropolitanas, o País vem aumentando os volumes de investimentos em habitação e infra-estrutura urbana, procurando garantir por meio de um amplo pacto social a sua sustentabilidade no longo prazo. As construtoras, as instituições financeiras e outros agentes voltados para a cadeia da construção, melhoraram suas estruturas para fazer frente ao desafio que está sendo proposto. A meta é a de construir mais, e mais rapidamente a fim de atender a demanda e cumprir com as metas estabelecidas pelos programas, a exemplo do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Não se pode afirmar que o **Programa Minha Casa Minha Vida**, regulamentado pela Lei 11.977 de 07/07/2009 foi pensado e construído exclusivamente para minimizar ou sanar o déficit histórico e robusto existente na área habitacional. Pois também o foi, para minimizar os efeitos da crise econômica que se abateu sobre os países na segunda metade de 2008, e no Brasil mais precisamente no quarto trimestre daquele exercício, uma vez que, a princípio, não se acreditava que seus malefícios chegassem até aqui.

Com os efeitos da crise sendo observados e tornando-se concreto era preciso fazer-se alguma coisa para que a economia brasileira não sofresse tão profundamente seus

impactos e o emprego e renda da população menos favorecida não fossem tão duramente atingidos. Sabe-se que a construção civil, por suas peculiaridades, ainda é a indústria que mais empregos conseguem gerar e daí a razão da implementação do PMCMV, pois, vem ao encontro e procura atacar essas duas vertentes: melhorar os indicadores da economia e minimizar o déficit relevante de moradias existente, fundamentalmente, nas regiões metropolitanas.

No escopo da apresentação do referido programa estão seus objetivos que são a construção de um milhão de moradias, a facilidade do acesso das famílias de baixa renda - até 10 salários mínimos (SM) -, à casa própria e a geração de emprego e renda por meio do aumento de investimentos na construção civil. Ainda fazem parte deles a política de distribuição de renda e inclusão social, o fortalecimento da família e, por último, a função anti-cíclica e anti-crise, que é estimular a demanda por bens e serviços e o emprego.

Segundo a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO), o setor da construção representa 13% do PIB brasileiro, sendo a indústria da construção (46,1%) da cadeia e 6% do PIB, e a indústria do material de construção, (44%) da cadeia e (5,7%) do PIB, conforme informações disponíveis no sítio daquela instituição, no endereço referenciado na bibliografia consultada. A mesma cadeia da construção é responsável pela ocupação de 8,2 milhões de trabalhadores (diretos e indiretos), dos quais (29%) são formais, e (71%), informais.

“A escassez de recursos pode ser contornada pela escolha competente de projetos de investimentos nos setores estratégicos, que impactam mais fortemente a economia e, por efeito de transbordamento, uma ampla variedade de outros setores a ele inter-relacionados.” (Teixeira, Luciene Pires, 2005)

Este estudo procura demonstrar que os investimentos em construção devem receber tratamento prioritário na alocação de recursos por seus efeitos diretos, indiretos e induzidos na produção, na renda, no emprego e nos tributos. A forte interligação da indústria da construção com outras atividades permite classificá-la como um setor-chave da economia brasileira. Além disso, a construção civil é uma atividade que complementa a base produtiva e cria externalidades positivas que aumentam a produtividade dos fatores de produção e incentivam as inversões privadas, sendo de importância estratégica para a sustentação do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Pelo maior déficit habitacional existente e pela relevância, da Região Metropolitana de Porto Alegre, é que o trabalho, inicia sua análise. Posteriormente, quantifica o déficit nos Conselhos de Desenvolvimento - Coredes e por fim em todos os municípios, sinalizando a possibilidade e os efeitos decorrentes de sua redução com a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida. Refere os demais investimentos previstos, mas sem analisar o impacto dos mesmos na economia gaúcha, tanto direto, quanto indireto, induzido, agregado e desagregado. Isto, futuramente, poderá ser feito, diante da metodologia utilizada, e, quem sabe, estendido aos demais estados da Federação para o cálculo global dos resultados que serão sentidos, caso sejam atingidos as metas e a finalização do proposto apenas com o PMCMV que ora está sendo desenvolvido para minimizar o déficit habitacional no País com a construção prevista de 1.000.000 de moradias.

Podem ser referidos diversos estudos. Como por exemplo, da GVConsult da Fundação Getúlio Vargas, que já realizou várias análises a respeito do déficit habitacional no País, atendendo ao pedido do Sinduscon de São Paulo. O da Fundação Instituto de Pesquisas

Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECABI – USP que desenvolveu um programa para avaliação da satisfação dos moradores em empreendimentos financiados pelo FGTS, a pedido do Conselho Curador do Fundo. Da Fundação João Pinheiro que sistematizou os estudos do déficit com base nas PNADs do IBGE, e, ainda, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural- (IPPUR - UFRJ), que também possui várias pesquisas nessa área, e outros.

Esse trabalho deixa a sugestão para que a Universidade, através da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, tenha uma aproximação maior com as instituições públicas encarregadas do planejamento, implementação e da execução de projetos que objetivem reduzir esse déficit existente. Este déficit, ainda deverá crescer muito no País, nos próximos anos, considerando-se o número elevado da população jovem e a forte migração, ainda que a taxas decrescentes que há do meio rural para o meio urbano, se não forem implantados programas relevantes como este que ora passa-se a analisar. O cenário econômico se junta a um quadro demográfico que leva em consideração o aumento da expectativa de vida, maior participação da mulher no mercado de trabalho e o envelhecimento da população.

A estrutura familiar passará por uma transformação, de acordo com as previsões de estudiosos da área. No período de 2007 a 2030 o número de famílias brasileiras sairá de 60,3 milhões para 95,5 milhões, com crescimento de 58%. Este incremento virá acompanhado pela redução da taxa de natalidade que diminuirá o tamanho das famílias de 3,1 pessoas de 2007 para 2,4 pessoas em 2030. A população brasileira chegará a 233 milhões de pessoas com cerca de 91,1% de habitantes concentrados na região urbana e com idade média de 36 anos, sendo cerca de 60% na faixa dos 30 anos, aptas a constituírem um núcleo familiar e engrossarem a demanda por imóveis, segundo dados da GVCConsult da FGV.

2 OBJETIVOS

Este trabalho procura avaliar o Programa Minha Casa Minha Vida e suscitar o debate trazendo o tema para o meio acadêmico, com base no déficit habitacional relacionado e especializado no primeiro artigo, onde se demonstra o déficit qualitativo e quantitativo existente no Estado do Rio Grande do Sul. Essa avaliação se refere, tanto em termos de redução daquele déficit como na análise dos seus impactos sobre o emprego e a renda no Estado. Mais especificamente, calcula os impactos diretos, indiretos e induzidos dos recursos do PMCMV que serão investidos na construção daquele quantitativo de unidades previstas para esta unidade da Federação.

Refere-se também, ao volume de investimentos de algumas outras fontes de recursos, como os do FGTS e os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, direcionados para o financiamento de imóveis. Deixa de analisar os impactos diretos, indiretos, induzidos agregados e desagregados desses montantes no cômputo dos investimentos previstos, pelas razões de que não são recursos exclusivos para a construção de imóveis, pois contemplem em grande parte de seus montantes, a aquisição de imóveis usados. E, segundo, não há o direcionamento para uma faixa de renda como é o caso de até 10 salários mínimos, não sendo então o foco do presente trabalho, que trata, especificamente, dos impactos do PMCMV, considerando que todos os seus pressupostos e suas metas sejam atingidas. Pelas características de que se reveste o PMCMV, pode ser considerado dentro dos programas para habitação de interesse social.

3 METODOLOGIA UTILIZADA

3.1 CONCEITOS E COMPOSIÇÃO DO DÉFICIT.

Com base na Tabela 1 verifica-se que o déficit habitacional existente no Estado, com base em 2000, segundo o Censo Demográfico, era de 193.852 moradias, o número de domicílios existentes era de 3.053.601, a população do Estado do 10.187.842 e o PIB total de R\$ 94.084.498 milhões.

TABELA 1 – Imóveis, população, Pib Total e Pib per capita do Estado – 2000

Discriminação	Municípios	Imóveis		População	Pib Total	Pib Per capita
		Deficit	Existentes			
TOTAL DO ESTADO	496	193.852	3.053.601	10.187.842	94.084.498	9,234978168

Censo Demográfico 2000, IBGE.

3.2 DÉFICIT NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

De modo similar as demais regiões metropolitanas do País, a RMPA concentra o maior quantitativo do déficit habitacional do Estado.

Na sua constituição e estrutura, foram considerados os 31 municípios que por Lei fazem parte da mesma e dos quais 2 tinham até 10.000 habitantes; 14 tinham entre 10.001 e 50.000 habitantes; 6 entre 50.001 e 100.000 habitantes; e, por fim, 9 tinham mais de 100.000 habitantes. No primeiro artigo, estão relacionados todos os municípios que compõem a mesma, o déficit habitacional, a população e o PIB respectivo, com base em estudos realizados pela FEE.

Por ser a região que apresenta o maior quantitativo do déficit, mereceu um capítulo naquele artigo, pois é a área mais densa do território gaúcho, concentrando 37% da população em 31 municípios. Nela, encontram-se nove dentre os 18 municípios do Estado com mais de 100.000 habitantes.

A densidade demográfica da região é de 480,62 hab/km² integrando municípios como Alvorada, Esteio e Porto Alegre, que apresentam as maiores densidades do Estado, com 2.925,28 hab/km², 2861,66 hab/km² e 2.859,48 respectivamente. Os municípios da RMPA que apresentam menor densidade demográfica são Glorinha, São Jerônimo e Triunfo, com 21,34 hab/km², 21,88 hab/km² e 29,20 hab/km² respectivamente.

A RMPA foi criada por lei, em 1973 e era composta, inicialmente, por 14 municípios. O crescimento demográfico resultante principalmente das migrações, a interligação das malhas urbanas e os processos emancipatórios em período relativamente recente, bem como a necessidade das municipalidades de alocarem recursos para impulsionar o desenvolvimento local, fizeram com que novos municípios se integrassem à Região, totalizando 31 em 2001. A partir desse ano não houve mais alteração na sua composição.

De acordo com a **Tabela 2**, o montante do déficit habitacional, somente na Região Metropolitana representa 35,51% em relação ao déficit do Estado, em termos de população 37,07% da população do Estado, e, do PIB, 40,13% do PIB estadual. O maior déficit absoluto,

como não poderia deixar de ser pertence a Porto Alegre, com 26.340 unidades, seguida de Canoas e Gravataí com 5.066 e 4.793 unidades respectivamente.

Os menores déficits habitacionais dos municípios que compõem a RMPA, pertencem a Araricá e Glorinha, com 51 e 62 unidades respectivamente.

TABELA 2 – Imóveis, População, PIB total e PIB per capita

Ordem	Codigo	Município	Quantitativo de Imóveis em Unidades					População	Pib Total	Pib Per capita
			Improvisados	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
1	144	ALVORADA	98	34	3.163	3.295	51.226	183.968	505.803	2.644
2	163	ARARICA	17	-	34	51	1.225	4.032	18.693	4.431
3	170	ARROIO DOS RATOS	10	-	214	224	4.098	13.335	55.097	4.051
4	145	CACHOEIRINHA	54	76	1.961	2.091	31.637	107.564	1.176.541	10.603
5	267	CAMPO BOM	28	117	874	1.019	16.214	54.018	1.027.297	18.646
6	282	CANOAS	123	306	4.637	5.066	89.689	306.093	5.895.377	18.862
7	288	CAPELA DE SANTANA	12	-	115	127	3.024	10.032	51.078	4.874
8	171	CHARQUEADAS	30	11	507	548	7.897	29.961	333.552	10.804
9	266	DOIS IRMAOS	7	18	363	388	6.570	22.435	404.917	17.019
10	172	ELDORADO DO SUL	56	30	403	489	7.882	27.268	521.418	18.014
11	418	ESTANCIA VELHA	18	55	605	678	10.271	35.132	411.172	11.312
12	254	ESTEIO	24	103	1.463	1.590	23.599	80.048	1.080.701	13.225
13	384	GLORINHA	6	-	56	62	1.813	5.684	41.049	6.986
14	383	GRAVATAI	218	96	4.479	4.793	67.269	232.629	2.578.772	10.670
15	200	GUAIBA	76	36	1.690	1.802	27.534	94.307	683.605	7.045
16	416	IVOTI	6	13	245	264	4.437	15.318	249.100	15.526
17	289	MONTENEGRO	83	25	828	936	16.728	54.692	759.255	13.621
18	406	NOVA HARTZ	21	19	208	248	4.392	15.071	200.811	12.555
19	281	NOVA SANTA RITA	28	6	243	277	4.572	15.750	168.921	10.067
20	455	NOVO HAMBURGO	50	193	3.740	3.983	71.185	236.193	2.427.995	10.052
21	162	PAROBE	49	32	550	631	13.108	44.776	506.332	10.769
22	287	PORTAO	0	9	353	362	7.344	24.657	560.698	21.934
23	116	PORTO ALEGRE	1261	1.416	23.663	26.340	442.007	1.360.590	12.315.983	8.927
24	297	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	0	11	465	476	11.523	37.035	225.454	6.019
25	169	SAO JERONIMO	11	-	351	362	5.904	20.283	106.595	5.271
26	456	SAO LEOPOLDO	43	97	3.318	3.458	57.734	193.547	1.391.718	7.027
27	268	SAPIRANGA	35	310	853	1.198	20.276	69.189	661.121	9.244
28	483	SAPUCAIA DO SUL	65	235	1.820	2.120	36.484	122.751	1.137.746	9.038
29	385	TAQUARA	24	52	719	795	16.317	52.825	268.657	4.917
30	314	TRIUNFO	32	22	194	248	6.805	22.166	2.892.568	126.258
31	117	VIAMAO	225	125	3.231	3.581	66.065	227.429	906.815	3.849
Total da RMPA			2.710	3.447	61.345	67.502	1.134.829	3.718.778	39.564.838	10,64
Total do Estado			10.670	7.020	176.162	193.852	3.053.601	10.187.842	94.084.498	9,235
Participação da RMPA (%)			25,40%	49,10%	34,82%	34,82%	37,16%	36,50%	42,05%	

Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE

Nota: Os municípios a seguir foram instalados após o Censo Demográfico de 2000: Aceguá, Almirante Tamandaré do Sul, Arroio do Padre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Ingra, Bozano, Canudos do Vale, Capão Bonito do Sul, Capão do Cipó, Coqueiro Baixo, Coronel Pilar, Cruzaltense, Forquetinha, Itati, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Mato Queimado, Novo Xingu, Paulo Bento, Pedras Altas, Pinhal da Serra, Pinto Bandeira, Quatro Irmãos, Rolador, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, São José do Sul, São Pedro das Missões, Tio Hugo, Westfália.

3.3 DÉFICIT NOS COREDES

Quando se analisa os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), ano base 2000, conforme **Tabela 3**, verifica-se que o Metropolitano Delta do Jacuí, que abrange a RMPA, possui quase o dobro do déficit do segundo colocado, que é o Vale do Rio do Sinos, o qual também possui alguns municípios pertencentes a RMPA, sendo 43.177 e 20.702, respectivamente, os déficits existentes.

O Corede Alto da Serra do Botucaraí, é o que apresenta o menor déficit, apenas 1.777 unidades, representando, no cômputo geral, menos de (1,00%) do total do déficit, ou seja, (0,92%), seguido do Corede Nordeste com um déficit de 2.513 unidades, 1,30% do total.

Ao se analisar na mesma tabela, o Corede Fronteira Oeste verifica-se, também, que é o que apresenta maior déficit percentual, (8,54%), em razão do número relativo de domicílios ser menor que os demais, seguido do Corede Campanha com (7,35%).

TABELA 3 – Coredes, Déficit Habitacional absoluto e percentual

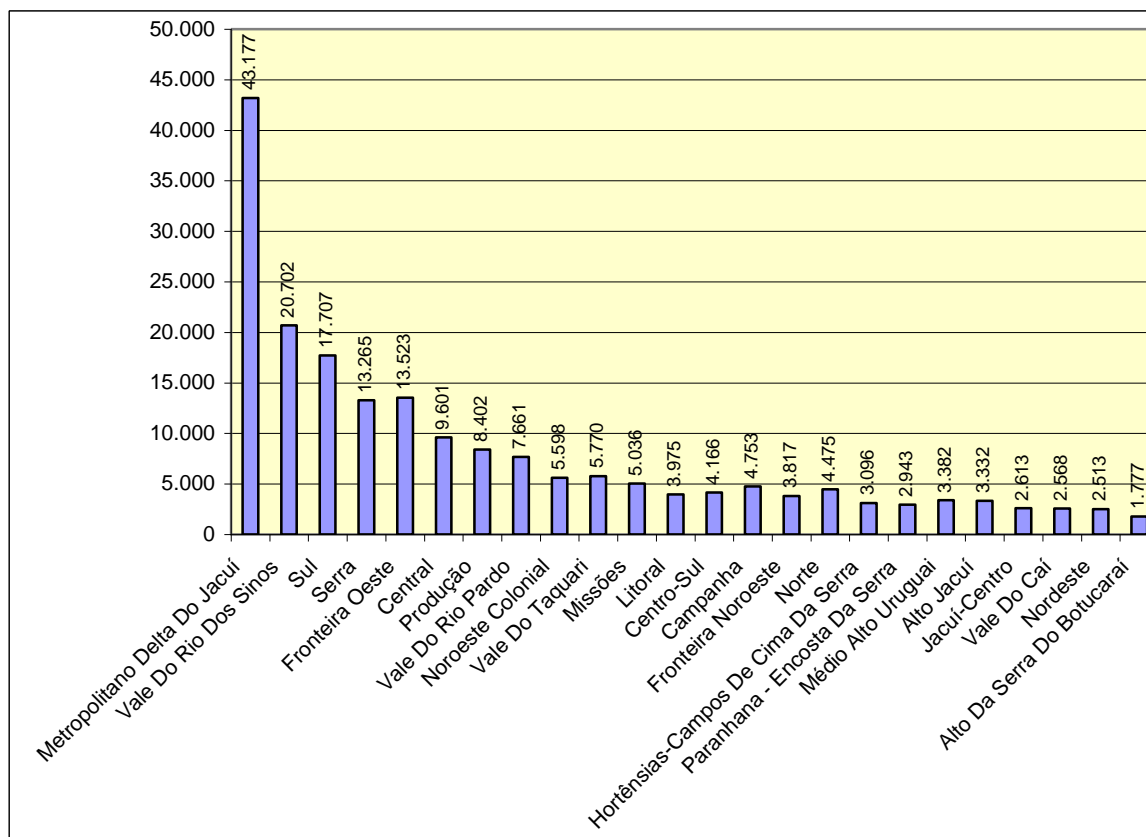
COREDES	Domicílios	Déficit	Déficit	Partic.Total
	Valor absoluto	Habitacional	Habitacional	Déficit
			(%)	(%)
Metropolitano Delta Do Jacuí	713.761	43.177	6,05	22,27%
Vale Do Rio Dos Sinos	353.992	20.702	5,85	10,68%
Sul	253.438	17.707	6,99	9,13%
Serra	220.225	13.265	6,02	6,84%
Fronteira Oeste	158.322	13.523	8,54	6,98%
Central	148.266	9.601	6,48	4,95%
Produção	123.760	8.402	6,79	4,33%
Vale Do Rio Pardo	118.504	7.661	6,46	3,95%
Noroeste Colonial	91.872	5.598	6,09	2,89%
Vale Do Taquari	91.161	5.770	6,33	2,98%
Missões	78.024	5.036	6,45	2,60%
Litoral	73.346	3.975	5,42	2,05%
Centro-Sul	69.708	4.166	5,98	2,15%
Campanha	64.685	4.753	7,35	2,45%
Fronteira Noroeste	62.361	3.817	6,12	1,97%
Norte	62.244	4.475	7,19	2,31%
Hortênsias-Campos De Cima Da Se	56.750	3.096	5,46	1,60%
Paranhana - Encosta Da Serra	54.807	2.943	5,37	1,52%
Médio Alto Uruguai	51.270	3.382	6,60	1,74%
Alto Jacuí	47.668	3.332	6,99	1,72%
Jacuí-Centro	45.663	2.613	5,72	1,35%
Vale Do Caí	45.103	2.568	5,69	1,32%
Nordeste	39.082	2.513	6,43	1,30%
Alto Da Serra Do Botucarai	29.589	1.777	6,01	0,92%
RIO GRANDE DO SUL	3.053.601	193.852	6,35	100,00%

Fonte: FEE, IBGE, Censo 2000

Por se caracterizar numa forma mais didática e pedagógica da apresentação do déficit, construiu-se na forma gráfica os dados constantes da Tabela 3, no **Gráfico 1**, onde é apresentado o déficit quantitativo. Destaca-se em primeiro lugar o Corede Metropolitano Delta do Jacuí, conforme já referido acima. E, na ordem decrescente do déficit, verifica-se que, o último colocado é o Corede Alto da Serra do Botucarai, que representa tão somente (0,92%) do déficit.

Pode-se ressaltar que o Corede Metropolitano Delta do Jacuí que abrange a RMPA, participa com quase $\frac{1}{4}$ do déficit do Estado, ou seja (22,27%), e onde pelas características de que se reveste, deverá receber o maior quantitativo de construção de casas do Programa. Por essa razão, também deverá ser o Corede que mais frustrações irá provocar, tendo em vista o expressivo número de inscrições de interessados para o recebimento de moradias, e por outro lado, os recursos escassos ofertados pelo Programa.

GRÁFICO 1 – Coredes e o déficit habitacional



3.4 DEFICIT HABITACIONAL NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), faculta o atendimento em todas as cidades com mais de 100.000 habitantes, capitais e regiões metropolitanas, ficando aqueles municípios entre 50.000 e 100.000 habitantes para atendimento em condições especiais, e os demais municípios, conforme proposto pelo programa, não serão atendidos.

A meta do mesmo é o de resolver 14% do déficit, o que está muito aquém das necessidades da população, ficando o restante para ser atendido com outros recursos e outros programas existentes, ou a serem implementados.

O PMCMV prevê a abrangência dos municípios entre 50.000 e 100.000 habitantes em condições especiais, mas não invalida e nem exclui aqueles que tiverem propostas e projetos exequíveis para o atendimento de seus déficits habitacionais.

Como há um montante de recursos no Programa que são de subsídios, é interessante que cada município interessado na diminuição de seu déficit, construa programas nas suas secretarias pertinentes e elabore projetos viáveis para obter o atendimento de seus pleitos. Na **tabela 4**, está demonstrado aqueles municípios que possuem população entre 50.000 e 100.000 habitantes, bem como as suas participações nos totais do déficit, na população estadual e no PIB total.

TABELA 4 – Imóveis, população, PIB Total. PIB per capita nos municípios com população entre 50.000 e 100.000 habitantes

Ordem	Codigo	Município	Quantitativo de Imóveis em Unidades					População	Pib Total	Pib Per capita
			Improvistos	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
1	200	GUAIBA	76	36	1.690	1.802	27.534	94.307	683.605	7.045
2	209	BENTO GONCALVES	15	20	1.707	1.742	27.204	91.486	1.370.348	14.493
3	340	SANTANA DO LIVRAMEN	64	28	2.019	2.111	26.868	90.849	447.242	4.824
4	67	ERECHIM	56	18	1.546	1.620	27.074	90.347	863.703	9.552
5	245	CACHOEIRA DO SUL	29	104	1.524	1.657	27.179	87.873	468.795	5.309
6	130	ALEGRETE	137	74	1.818	2.029	24.338	84.338	560.207	6.565
7	254	ESTEIO	24	103	1.463	1.590	23.599	80.048	1.080.701	13.225
8	15	IJUI	66	88	1.361	1.515	23.398	78.461	596.027	7.776
9	396	SANTO ANGELO	58	60	1.423	1.541	23.182	76.745	407.901	5.260
10	21	CRUZ ALTA	155	68	1.223	1.446	20.962	71.254	412.645	6.090
11	268	SAPIRANGA	35	310	853	1.198	20.276	69.189	661.121	9.244
12	478	SANTA ROSA	41	30	837	908	19.270	65.016	598.727	9.045
13	380	SAO BORJA	27	9	1.572	1.608	18.047	64.869	454.506	6.932
14	167	LAJEADO	76	29	840	945	19.789	64.133	676.259	10.968
15	250	SAO GABRIEL	36	49	1.504	1.589	18.519	62.249	349.657	5.764
16	230	VENANCIO AIRES	74	59	859	992	18.895	61.234	710.931	11.340
17	193	CAMAQUA	60	43	1.081	1.184	17.906	60.383	520.403	8.487
18	293	CARAZINHO	75	30	1.007	1.112	18.116	59.894	419.553	7.150
19	221	VACARIA	28	48	1.147	1.223	16.828	57.341	403.304	6.893
20	306	FARROUPILHA	8	10	1.057	1.075	16.032	55.308	771.659	13.508
21	289	MONTENEGRO	83	25	828	936	16.728	54.692	759.255	13.621
22	267	CAMPO BOM	28	117	874	1.019	16.214	54.018	1.027.297	18.646
23	385	TAQUARA	24	52	719	795	16.317	52.825	268.657	4.917
24	421	SANTIAGO	82	29	902	1.013	15.843	52.138	216.759	4.298
25	276	CANGUCU	145	11	1.295	1.451	15.100	51.447	257.448	4.986
TOTAL MUNIC ENTRE 50.000 E 100.000 HAB			1.502	1.450	31.149	34.101	515.218	1.730.444	14.986.709	
TOTAL DO ESTADO			10.670	7.020	176.162	193.852	3.053.601	10.187.842	94.084.498	
PARTICIPAÇÃO			14,08%	20,66%	17,68%	17,59%	16,87%	16,99%	15,93%	

Fonte: Censo 2000, IBGE.

Com base no déficit existente nos 17 municípios do Estado com mais de 100.000 habitantes e, conforme Tabela 5, pode-se calcular utilizando a Matriz de Insumo Produto os impactos diretos, indiretos e induzidos no Programa se fosse possível zerar o déficit, por exemplo. Ou para contemplar no município de Porto Alegre, o número de inscritos e que atendem as condições estabelecidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Conforme se vê na tabela apenas esses 17 municípios representam (44,07%) do déficit e (45,87%) do PIB.

TABELA 5 – Imóveis, população, PIB Total e PIB per capita, nos municípios com mais de 100.000 habitantes

Ordem	Codigo	Município	Quantitativo de Imóveis em Unidades					População	Pib Total	Pib Per capita
			Improvistos	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
1	116	PORTO ALEGRE	1.261	1.416	23.663	26.340	442.007	1.360.590	12.315.983	8.927
2	275	CAXIAS DO SUL	287	93	4.482	4.862	109.530	360.419	5.047.241	13.543
3	10	PELOTAS	177	149	6.241	6.567	99.320	323.158	1.813.571	5.551
4	282	CANOAS	123	306	4.637	5.066	89.689	306.093	5.895.377	18.862
5	337	SANTA MARIA	154	96	4.438	4.688	72.753	243.611	1.290.218	5.163
6	455	NOVO HAMBURGO	50	193	3.740	3.983	71.185	236.193	2.427.995	10.052
7	383	GRAVATAI	218	96	4.479	4.793	67.269	232.629	2.578.772	10.670
8	117	VIAMAO	225	125	3.231	3.581	66.065	227.429	906.815	3.849
9	456	SAO LEOPOLDO	43	97	3.318	3.458	57.734	193.547	1.391.718	7.027
10	111	RIO GRANDE	104	91	3.517	3.712	56.946	186.544	2.191.081	11.592
11	144	ALVORADA	98	34	3.163	3.295	51.226	183.968	505.803	2.644
12	326	PASSO FUNDO	129	143	2.720	2.992	49.677	168.458	1.278.110	7.381
13	131	URUGUAIANA	151	104	2.901	3.156	34.763	126.936	748.448	5.794
14	483	SAPUCAIA DO SUL	65	235	1.820	2.120	36.484	122.751	1.137.746	9.038
15	3	BAGE	125	72	2.448	2.645	35.295	118.767	565.510	4.848
16	464	SANTA CRUZ DO SU	88	76	1.911	2.075	32.929	107.632	1.882.852	17.036
17	145	CACHOEIRINHA	54	76	1.961	2.091	31.637	107.564	1.176.541	10.603
TOTAL 17 MUNICIPIOS > 100.000			3.352	3.402	78.670	85.424	1.404.509	4.606.289	43.153.779	9,368
TOTAL DO ESTADO			10.670	7.020	176.162	193.852	3.053.601	10.187.842	94.084.498	9,235
PARTICIPAÇÃO 17 > 100.000 Hab			31,42%	48,46%	44,66%	44,07%	46,00%	45,21%	45,87%	

Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE

Os municípios a seguir foram instalados após o Censo Demográfico de 2000: Aceguá, Almirante Tamandaré do Sul, Arroio do Padre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bozano, Canudos do Vale, Capão Bonito do Sul, Capão do Cipó, Coqueiro Baixo, Coronel Pilar, Cruzaltense, Forquetinha, Itati, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Mato Queimado, Novo Xingu, Paulo Bento, Pedras Altas, Pinhal da Serra, Pinto Bandeira, Quatro Irmãos, Rolador, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, São José do Sul, São Pedro das Missões, Tio Hugo, Westfalia.

Dos 496 municípios do Estado, 333, isto é, mais de 67%, possuem menos de 10.000 habitantes, como se pode ver na **Tabela 6** e representam, em termos do déficit habitacional, apenas (14,34%), tendo participação no PIB de (12,31%), o que ratifica a posição da grande maioria dos municípios gaúchos.

“As políticas públicas dirigidas a eles não podem manter a dicotomia rural-urbana. Essa constatação somente tem relevância se for levada em consideração na formulação e na gestão das políticas públicas. Exatamente por isso, o autor defende a necessidade de um plano estratégico de desenvolvimento do Brasil rural ou seja, um País que reúne quase 52 milhões de habitantes em municípios que podem ser considerados rurais, precisa, e muito, conforme suas palavras, de um plano que contenha diretrizes, objetivos e metas que favoreçam sinergias entre a agricultura e os setores terciários e secundários das economias locais”.(Veiga, 2003)

TABELA 6 – Imóveis, População, PIB Total, PIB Per capita nos municípios menores

Discriminação	Município	Imóveis					População	Pib Total	Pib Per capita
		Improvistos	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
TOTAL	333	2.607	502	24.690	27.799	398.260	1.378.563	11.584.658	8,403430518
TOTAL DO ESTADO		10.670	7.020	176.162	193.852	3.053.601	10.187.842	94.084.498	9,234978168
Participação dos 333 Municípios		24,43%	7,15%	14,02%	14,34%	13,04%	13,53%	12,31%	

Censo Demográfico 2000, IBGE.

3.5 REDUÇÃO QUANTITATIVA PREVISTA DO DÉFICIT

A distribuição realizada por unidades da Federação (UF) respeita a composição do déficit habitacional, cabendo ao Estado 51.795 unidades, o que representa (5,18%) do montante proposto de casas a serem construídas no País, conforme **Tabela 7**, a qual demonstra o quantitativo proposto para os três estados da Região Sul.

TABELA 7 – Déficit Habitacional na Região Sul e sua participação no déficit do Brasil – 2009

REGIÃO SUL	UNIDADES	%PERCEBIDO
Paraná	44.172	4,42%
Santa Catarina	24.049	2,40%
Rio Grande do Sul	51.795	5,18%
SUL	120.016	12,00%
BRASIL	1.000.000	100,00%

Fonte: Cartilha Minha Casa Minha Vida – Ministério das Cidades

3.6 REDUÇÃO PREVISTA DO DÉFICIT POR FAIXA DE RENDA

Com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios PNAD 2007 do IBGE em que apontou um Déficit Habitacional de 7,2 milhões de moradias o Programa Minha Casa Minha Vida pretende reduzir este déficit em 14,00% construindo no País um milhão de moradias. Essa redução é estabelecida entre outros critérios por faixa de renda, sendo distribuído o quantitativo pelas faixas a seguir, na **Tabela 8**:

TABELA 8 – Número de unidades habitacionais propostas para a redução do déficit habitacional por faixas de renda no Brasil - 2009

Faixa de renda familiar	Número de Unidades	% Participação
De 0 a 3 sm	400 mil	40%
De 3 a 4 sm	200 mil	20%
De 4 a 5 sm	100 mil	10%
De 5 a 6 sm	100 mil	10%
De 6 a 10 sm	200 mil	20%
Total	1.000.000	100%

Cartilha Minha Casa Minha Vida, Ministério das Cidades, 2009

Como se vê na **Tabela 8** a proposta do PMCMV é a de dar um incentivo maior para as menores faixas de renda. Portanto, todas as famílias que se inscrevam nos órgãos responsáveis pela seleção nos seus domicílios, mesmo estando na faixa menor de renda que é a de 0 a 3 salários mínimos poderão ser contempladas com suas moradias e ter o sonho da casa própria realizado.

Embora as faixas de renda das famílias a serem atendidas sejam distintas e os projetos apresentados pelas construtoras contemplem diferentes tipos de imóveis, esta análise contempla um único tipo de imóvel tomado como padrão, ainda que nem sempre as construtoras o tenham utilizado nas propostas encaminhadas aos agentes financeiros, exclusivamente CAIXA. Porém, na média, acredita-se que esse padrão deva ser obedecido, bem como o foco do Programa a ser atendido.

4 OS IMPACTOS PREVISTOS DO PMCMV NO ESTADO

4.1 SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINAPI)

O Sinapi é um sistema de pesquisa mensal que informa custos e índices da construção civil, obtidos em trabalhos técnicos conjuntos da Caixa Econômica Federal e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, amparados por convênio de cooperação técnica. A rede de coleta do IBGE pesquisa mensalmente preços de materiais e equipamentos de construção, assim como os salários das categorias profissionais junto a estabelecimentos comerciais, industriais e sindicatos da construção civil, em todas as capitais dos estados.

A CAIXA e o IBGE são responsáveis pela divulgação oficial dos resultados do Sinapi e pela manutenção, pela atualização e pelo aperfeiçoamento do cadastro de referências técnicas dos métodos de cálculo e do controle de qualidade dos dados disponibilizados.

4.1.1 BREVE HISTÓRICO

O Sinapi foi implantado em 1969, pelo extinto BNH, com o objetivo de oferecer ao Governo Federal e ao próprio setor da construção civil informações mensais sobre custos e índices da construção civil de forma sistemática e com abrangência nacional.

Em 1994, o Conselho Curador do FGTS determinou ao Agente Operador CAIXA a implantação de um sistema de acompanhamento de custos para fundamentar as análises dos projetos financiados com recursos daquele fundo.

Mais recentemente, a partir da edição da Lei nº 10.524 /2002, de 25 de julho de 2002 (LDO 2003), o Sinapi passou a ser o indicador oficial para aferição da razoabilidade dos custos das obras públicas executadas, em especial daquelas com recursos do Orçamento Geral da União - OGU.

4.1.2 SÉRIES MENSAIS

As séries mensais de custos e índices do Sinapi referem-se ao custo do metro quadrado de construção, considerando materiais, equipamentos e a mão de obra com seus encargos sociais. Não estão incluídas as despesas com projetos em geral, licenças, seguros, administração, financiamentos, equipamentos mecânicos (elevadores, compactadores, exaustores, ar condicionado e outros). Também não estão incluídos nos cálculos os benefícios e despesas indiretas – BDI.

O Sinapi calcula custos para projetos residenciais, comerciais, equipamentos comunitários, saneamento básico e emprego e renda. Para tanto, são relacionados os serviços desenvolvidos durante a execução de uma obra. Conhecendo-se o preço dos materiais e suas respectivas quantidades, bem como o custo da mão de obra e o tempo necessário para realização de cada serviço (composições técnicas), é possível, calcular o seu custo.

Somando-se os custos de todos os serviços, determina-se o custo total de construção relativo a cada projeto. No caso de projetos residenciais e comerciais, um mesmo serviço pode ser executado segundo diferentes especificações, atendendo a quatro padrões de

acabamento: alto, normal, baixo e mínimo. Os projetos, relações de serviços, especificações e composições técnicas constituem a base científica de engenharia do Sistema.

A partir da ponderação dos custos de projetos residenciais no padrão normal de acabamento, são calculados os custos médios para cada Unidade da Federação. Ponderando-se os custos das UF são determinados os custos regionais e, a partir destes, o custo nacional. Esses custos dão origem aos índices por UF, Região e País.

Desde sua implantação, as séries de custos e índices sofreram algumas discontinuidades, ora devido às atualizações das referências técnicas do Sistema, ora devido aos planos econômicos. A série mais atual teve início em janeiro de 1999 (base dez-98 = 100), incorporando as mais recentes modificações realizadas pela CAIXA na base técnica de engenharia do Sinapi, destacando-se o novo conjunto de projetos, a atualização na relação dos serviços e suas respectivas medições, as especificações e as composições técnicas.

A manutenção da base técnica de engenharia, da base cadastral de coleta e dos métodos de produção é de competência da CAIXA. A rede de coleta do IBGE pesquisa mensalmente preços de materiais de construção, equipamentos e salários das categorias profissionais junto, respectivamente, a estabelecimentos comerciais, industriais e sindicatos da construção civil, nas 27 capitais da Federação.

O Sinapi apresenta um largo campo de aplicações tais como execução e análise de orçamentos, estimativas de custos, programação de investimentos, e reajustamentos de contratos e é utilizado largamente pela CAIXA e pelo Governo Federal.

4.2 METODOLOGIA UTILIZADA – MATRIZ DE INSUMO PRODUTO

Supondo-se que cada unidade a ser construída tenha em torno de 46,15 m² e tomando-se por base o custo do Sinapi (base jul/2009), de R\$729,99, chega-se a um custo aproximado total para cada unidade de R\$ 33.689,10. Multiplicando-se esse custo pelo número de unidades a serem construídas no Estado, alcança-se um montante de 51.795 x R\$33.689,10 = R\$ 1.744.921.755,00. Se, se entender que esse quantitativo será aplicado até dez/10, pode-se considerar que 8 / 20 foram ainda aplicados no exercício, de 2009, ou seja, R\$1.744.921.755,00/ 20 x 8 = R\$ 697.968.702,00

Tendo em vista que o custo do metro quadrado pelo Sinapi é composto pelo custo de materiais e de mão de obra, na proporção de 60,09% e 39,91%, respectivamente, tem-se um montante a ser distribuído para o exercício de 2009 de R\$ 419.409.393 para materiais e um montante de R\$ 278.559.309 para mão de obra.

Para o exercício de 2010, será investido o restante do PMCMV no valor de R\$ 1.744.921.755,00 / 20 x 12 = R\$1.046.953.053, na proporção de R\$ 417.838.963,50 para mão de obra e R\$ 629.114.089,50 para materiais de construção.

Além desse recurso carimbado, não se pode esquecer os recursos de outros programas em andamento, como o próprio orçamento do FGTS previsto para o Estado. Além dos financiamentos com origem nos recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) – cujo histórico, conforme tabela disponível no sítio da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) no País representa quase três vezes o montante aplicado do FGTS. Na hipótese de serem aplicados recursos do FGTS de R\$10,54 bilhões e

recursos do SBPE no montante de R\$30,32 bilhões o multiplicador será de 2,88, o que se pode, seguindo essa premissa para o Estado, afirmar-se que pelo SBPE, serão aplicados mais R\$2.868.605.000,00 por exercício o que totalizará R\$5.737.211.385,00.

Resumindo-se, temos para a área de habitação, seja para a construção de moradias, como prevê o Programa em tela. Seja para a construção / aquisição de imóvel novo ou usado, como prevê o FGTS e o SBPE, ainda que para a classe média da população, e, com o objetivo de se elaborar o cálculo do impacto na economia do Estado têm-se os valores apresentados na **Tabela 9**.

TABELA 9 – Recursos a serem investidos em habitação no Estado

FONTE DE RECURSOS/PROGRAMA	VALORES (R\$1,00)
Programa Minha Casa Minha Vida	1.744.921.755,00
Recursos Orçamentários do FGTS	1.994.400.000,00
Recursos do SBPE (FGTS X 2,88)	5.737.211.385,00
TOTAL A SER INVESTIDO NO RS	9.476.533.140,00
<i>Fonte: Dados brutos - Cálculos elaborados pelo autor do trabalho</i>	

Para efeitos de estudo e para seguir a metodologia do Programa Minha Casa Minha Vida do custo do metro quadrado previsto pelo Sinapi, além de para cálculo do impacto gerado somente pelo Programa, deixa-se de considerar, na análise a seguir, os demais recursos citados, mas poderão servir de parâmetro para uma análise futura mais abrangente.

4.2.1 A MATRIZ INSUMO-PRODUTO E SEUS MULTIPLICADORES

O modelo que deu origem a Matriz Insumo-Produto foi desenvolvido por Wassily Leontief e publicado em 1936 com o objetivo de fornecer mecanismos para análise das relações produtivas intersetoriais, possui até os dias de hoje, grande utilidade no apoio à formulação de políticas público-setoriais. Este modelo é denominado fechado quando alguns componentes da demanda final são considerados variáveis endógenas a ele, e aberto quando esses componentes são entendidos como variáveis exógenas ao sistema. Uma característica do modelo aberto é que ele identifica somente as relações setoriais diretas e indiretas do sistema econômico, enquanto o modelo fechado permite identificar também os efeitos induzidos pelo incremento no nível de renda, quando há uma variação na demanda final.

O modelo é de grande importância para o planejamento econômico, sendo possível, por exemplo, comparar-se as estruturas econômicas de produção ou produtividade entre um país ou uma região. Ele também possibilita a comparação entre os impactos que a adoção de determinadas políticas teria em diferentes regiões.

O modelo, além disso, torna possível verificar quais repercussões ocorreriam em diferentes setores, caso houvesse alterações na demanda final de um determinado setor. Ou seja, dado o encadeamento dos setores da economia em questão, pode-se analisar quais setores são impactados e em que grau a produção de um determinado setor se eleva ou se reduz, quando estimulado por uma variação na demanda final.

Os multiplicadores utilizados neste trabalho são derivados do modelo insumo-produto fechado, no qual a variável consumo das famílias é considerada endógena ao sistema econômico. Nessa especificação, é possível avaliar os efeitos diretos, indiretos e o efeito-renda (induzido) decorrente de variações na demanda final dos setores. Tais efeitos são mensurados através de multiplicadores de impacto intersetorial, os quais podem ser calculados para a produção, o valor adicionado, o emprego e o rendimento das famílias. As duas seções seguintes apresentam uma breve introdução aos modelos insumo-produto aberto e fechado. Posteriormente, faz-se uma apresentação do mecanismo de cálculo dos multiplicadores de impacto e seus resultados são reportados.

4.2.2 MODELO ABERTO DE LEONTIEF ¹

O modelo aberto de Leontief considera os componentes da demanda final como elementos exógenos ao sistema, avaliando somente os efeitos setoriais diretos e indiretos no sistema econômico. Dessa forma, as remunerações dos agentes fornecedores dos insumos primários do sistema, as quais têm impactos na aquisição de produtos através das atividades de consumo pessoal, não são consideradas nas relações intersetoriais da economia.

O modelo insumo-produto aberto de Leontief é derivado a partir de uma relação de equilíbrio entre oferta agregada e demanda agregada. Nessa relação, considera-se que a oferta de bens e serviços de cada setor tem como destino o consumo intermediário ou a demanda final (exportações, consumo das famílias, formação bruta de capital, consumo do governo e variação de estoques). Logo, pode-se definir:

$$X = CI + Y \quad (1)$$

onde

X = vetor coluna da oferta (produção doméstica);

CI = vetor coluna do consumo intermediário;

Y = vetor coluna da demanda final.

Conforme definido por Leontief, as aquisições de bens e serviços para consumo intermediário de determinado setor podem ser avaliadas como uma proporção fixa do nível de produção desse setor. Essa hipótese é à base da função de produção de Leontief. Assim, considerando-se que A é uma matriz cujos elementos representam os coeficientes de insumo-produto (de proporção fixa), a equação 1 pode ser reescrita como:

$$X = AX + Y \quad (2)$$

Como, no modelo aberto, o vetor da demanda final é considerado uma variável exógena, pode-se resolver o sistema com a equação:

$$X = (I - A)^{-1} Y = BY \quad (3)$$

¹ Seção baseia-se em Fochezatto, Adelar e Grando, Marines Zandavalli. Impactos da Rede de Parceria Social sobre a Economia do Rio Grande do Sul. FEE, 2008.

onde B é a matriz dos coeficientes técnicos intersetoriais, mais conhecida como matriz inversa de Leontief. Os multiplicadores de impacto setorial direto e indireto são, portanto, calculados a partir dos elementos da matriz B .

4.2.3 MODELO FECHADO DE LEONTIEF ²

O modelo fechado de Leontief considera que um choque exógeno de demanda final, além dos efeitos diretos e indiretos, também gera um ciclo adicional de efeitos induzidos, que são decorrentes do fato de que o emprego e a renda aumentam no sistema econômico. O aumento do emprego e da renda, por sua vez, pressiona a produção das atividades econômicas através dos estímulos propagados pelo aumento do consumo de bens e serviços pelas famílias.

Usualmente, para calcular-se o modelo fechado de Leontief e se obterem multiplicadores que capturam o efeito-renda, considera-se o consumo das famílias com uma variável endógena ao sistema econômico. Nesse caso, em síntese, transporta-se o consumo das famílias para dentro da matriz de relações intersetoriais (A), através da criação de uma nova linha e de uma nova coluna nessa matriz.

A linha expressará a relação entre o valor adicionado do setor j com o valor bruto da produção do setor j . A nova coluna representará a propensão média do consumo familiar, obtida através da relação entre o consumo setorial das famílias e o valor adicionado (renda) da economia. Essa endogeneização se dá a partir do pressuposto de que o consumo das famílias é determinado endogenamente como função homogênea e linear da renda da economia.

Dessa forma, o modelo fechado de Leontief é descrito por:

$$\bar{X} = (I - \bar{A})^{-1} Y = \bar{B} Y \quad (4)$$

onde \bar{B} representa a matriz de coeficientes técnicos intersetoriais considerando-se o consumo das famílias endógeno. Os multiplicadores de impacto setorial direto, indireto e induzido (efeito-renda) são, portanto, calculados a partir dos elementos da matriz \bar{B} .

4.2.4 OS MULTIPLICADORES DE IMPACTO DA MIP

O modelo de insumo-produto permite quantificar os efeitos multiplicadores de cada setor de atividade econômica, sendo essa informação fundamental para a avaliação de impactos de políticas públicas ou, no presente caso, para avaliação dos impactos dos investimentos propostos no financiamento da construção de 51.795 casas no PMCMV, decorrentes de seus encadeamentos setoriais na matriz produtiva gaúcha.

Um multiplicador de impacto setorial consiste numa expressão numérica dos efeitos diretos, indiretos e induzidos propagados sobre o sistema econômico quando uma determinada atividade apresenta incremento de demanda final. O multiplicador direto expressa o impacto de variações na demanda final do j -ésimo setor quando são consideradas apenas as atividades que fornecem insumos diretos ao setor em questão.

² Seção baseia-se em Fochezatto, Adelar e Grando, Marines Zandavalli. Impactos da Rede de Parceria Social sobre a Economia do Rio Grande do Sul. FEE, 2008.

Já o multiplicador indireto mede o impacto de variações na demanda final do j -ésimo setor, quando se consideram apenas as atividades fornecedoras de insumos indiretos ao setor analisado. Por fim o multiplicador induzido fornece o impacto de variações na demanda final do j -ésimo setor, considerando a variação adicional da demanda ocasionada pelo incremento no nível de rendimento da economia, quando se estimula determinado setor.

Tomando-se como referência a variável emprego, o multiplicador direto da variável é definido como o valor de emprego requerido por unidade de produto para cada setor:

$$e_j^D = \frac{E_j}{X_j} \quad (5)$$

E_j é a quantidade de emprego do setor j ;

X_j é o valor da produção do setor j .

Já o multiplicador direto e indireto do emprego mostra o impacto ocasionado pelo aumento na demanda final do setor j sobre o emprego total, dado todo o encadeamento intersetorial do modelo aberto de Leontief. Esse multiplicador pode ser derivado pela combinação do vetor de multiplicadores diretos com a matriz de impacto intersetorial do modelo aberto de Leontief, que incorpora os efeitos indiretos. Logo,

$$e^{DI} = e^D B \quad (6)$$

Onde

e^{DI} = vetor do multiplicador direto e indireto do emprego;

e^D = vetor dos coeficientes do emprego, ou seja, emprego por unidade de produto em cada setor;

B = matriz dos coeficientes técnicos do modelo aberto de Leontief.

O multiplicador total do emprego (direto, indireto e induzido) fornece o impacto ocasionado pelo aumento da demanda do setor j sobre o emprego total, dado o encadeamento intersetorial do modelo fechado de Leontief. Assim:

$$e^{DIR} = e^D \bar{B} \quad (7)$$

e^{DIR} = vetor do multiplicador direto, indireto e induzido do emprego;

\bar{B} = matriz dos coeficientes técnicos do modelo fechado de Leontief.

A decomposição da parcela do multiplicador total associada aos efeitos indiretos (e^I) e induzidos (e^R) pode ser obtida pelas seguintes expressões:

$$e^I = e^{DI} - e^D \quad (8)$$

$$e^R = e^{DIR} - e^I - e^D = e^{DIR} - e^{DI} \quad (9)$$

Aplicando-se procedimentos semelhantes para as variáveis produção, valor adicionado e rendimento das famílias, podem-se obter os multiplicadores setoriais diretos, indiretos e induzidos para cada uma dessas variáveis. **As Tabelas 10 a 15**, apresentam os valores dos multiplicadores setoriais para cada variável, calculados com base na MIP-RS 2003, os quais serão utilizados para se obterem as estimativas de impacto dos investimentos sobre a economia gaúcha.

É importante ressaltar que, no caso dos multiplicadores de emprego, os dados referem-se a gastos monetários medidos em milhões de reais, pois essa é a unidade monetária da MIP-RS. Dessa forma, os valores expressos para o multiplicador representam a quantidade de trabalhadores necessários para atender a um aumento de demanda final equivalente a R\$ 1,00 milhão.

Ademais, embora os investimentos contemplem a construção de 51.795 casas, tomadas como preço padrão, a estimativa dos impactos a partir da MIP-RS 2003 possibilita apenas a mensuração com um maior nível de agregação, dada a sua abertura setorial. Assim, os impactos avaliados se referem à expansão, em média, do setor da construção civil, em função da variação da demanda final ocasionada pelo aumento da demanda de todos os materiais inerentes a ela. Cabe observar, todavia, que mesmo tendo a abertura para o segmento da construção civil, grande parte dos efeitos seriam propagados indiretamente para o setor do comércio, setor de serviços prestados às empresas, setor de transporte e setor de instituições financeiras, pois há um forte encadeamento setorial entre estas atividades.

Explicado o modelo passa-se a demonstrar abaixo os valores encontrados, conforme a metodologia proposta, levando-se em conta os percentuais proporcionais de material e mão de obra empregado na construção de cada unidade a ser construída. O Valor unitário multiplicado pelo número de unidades previstas no Programa para o Estado do Rio Grande do Sul, possibilita chegar-se ao montante do impacto que será gerado na economia, nos vários setores econômicos, nesta Unidade da Federação:

TABELA 10 - Composição do Sinapi por moradia a ser construída

Componentes	Participação (%)	Valor (R\$)
Materiais	59,98%	20.205,34
Mão-de-obra (pedreiros e serventes)	39,91%	13.446,62
Despesa administrativa (engenheiro)	0,00%	0,00
Equipamento (betoneira)	0,11%	37,14
Total	100,00%	33.689,10

(Dados brutos do cálculo baseado no custo Sinapi, base jul/09)

TABELA 11 - Composição do Sinapi total para as 51.795 moradias

Componentes	Participação (%)	Valor (R\$)
Materiais	59,98%	1.046.535.585
Mão-de-obra (pedreiros e serventes)	39,91%	696.467.683
Despesa administrativa (engenheiro)	0,00%	0
Equipamento (betoneira)	0,11%	1.923.666
Total	100,00%	1.744.926.935

Fonte: Dados brutos do cálculo do PMCMV onde se prevê a construção de 51.795 moradias no RS.

TABELA 12 - Informações para as simulações da construção das 51.795 moradias**TABELA 12 - Informações para as simulações (R\$) da construção das 51.795 Moradias**

Orden	Setores	Materiais e outros (2)	Consumo (1)	Total
1	Minerais não-metálicos	213.885.687	5.223.508	219.109.195
2	Construção civil	145.735.836	0	145.735.836
3	Comércio	78.634.444	65.050.082	143.684.525
4	Aluguel de imóveis	7.339.215	134348616	141.687.831
5	Outros metalúrgicos	127.912.029	2.507.284	130.419.312
6	Serviços prestados às famílias	2.096.919	110947302	113.044.220
7	Madeira e mobiliário	77.585.985	8.845.140	86.431.124
8	Refino do petróleo	70.246.770	4666333	74.913.103
9	Serviços prestados às empresas	62.907.555	3.203.751	66.111.306
10	Transporte	35.647.615	21102971	56.750.585
11	Material elétrico	41.938.370	8.775.493	50.713.863
12	Químicos diversos	44.035.289	5989622	50.024.911
13	Artigos de plástico	41.938.370	417.881	42.356.251
14	Automóveis, caminhões e ônibus	0	37.748.548	37.748.548
15	Outros produtos alimentares	0	37.748.548	37.748.548
16	Comunicações	12.581.511	24.237.075	36.818.586
17	Instituições financeiras	13.629.970	16.924.165	30.554.135
18	Serviços privados não-mercantis	0	25.490.717	25.490.717
19	Serviços industriais de utilidade pública	4.193.837	20.545.797	24.739.634
20	Abate de animais	0	24.654.956	24.654.956
21	Farmacêutica e de perfumaria	0	22.844.140	22.844.140
22	Máquinas e tratores	20.969.185	905.408	21.874.593
23	Agricultura, silvicultura e exploração	0	17.899.219	17.899.219
24	Artigos do vestuário	0	17.829.573	17.829.573
25	Siderurgia	14.678.430	69.647	14.748.076
26	Indústrias diversas	7.339.215	7.312.911	14.652.125
27	Extrativa mineral	10.484.593	0	10.484.593
28	Indústria de laticínios	0	9.889.841	9.889.841
29	Fabricação de calçados	0	9.332.667	9.332.667
30	Beneficiamento de produtos vegetais	0	8.984.433	8.984.433
31	Papel e gráfica	2.096.919	6.268.209	8.365.128
32	Indústria da borracha	6.290.756	1.601.876	7.892.631
33	Equipamentos eletrônicos	0	7.103.970	7.103.970
34	Indústria do fumo	0	6.616.443	6.616.443
35	Outros veículos e peças	1.048.459	4.248.453	5.296.912
36	Pecuária e pesca	0	5.153.861	5.153.861
37	Indústria têxtil	1.048.459	3.760.925	4.809.385
38	Fabricação de óleos vegetais	0	3.412.692	3.412.692
39	Metalurgia não-ferrosos	3.145.378	0	3.145.378
40	Elementos químicos	1.048.459	975.055	2.023.514
41	Administração pública	0	1.880.463	1.880.463
42	Indústria do café	0	1.532.229	1.532.229
43	Indústria de açúcar	0	417.881	417.881
44	Extração de petróleo e gás	0	0	0
	TOTAL	1.048.459.252	696.467.683	1.744.926.935

Fonte: Dados brutos calculados dos investimentos a serem realizados com a construção de 51.795 casas e MIP, FEE.

(1) Mão-de-obra (pedreiros e serventes), que foi transformado em consumo; (2) Materiais e Equipamento (betoneira).

Conforme se pode ver, o setor econômico que mais se beneficia dos recursos investidos é o de minerais não metálicos, com R\$ 219.109.195, seguido do setor da própria construção civil com R\$ 145.735.836. Na seqüência temos o setor de comércio com R\$ 143.684.525, o setor de aluguel de imóveis com R\$ 141.687.831, o setor outros produtos metalúrgicos, com R\$ 130.419.312 e o setor de serviços prestados às famílias com R\$ 113.044.220.

Na tabela deixamos em **negrito** os 12 setores mais representativos cuja soma representam no total R\$1.278.625.811, enquanto os demais 32 setores somam R\$ 466.301.122, apenas 26,72% do total.

TABELA 13 -Impactos sobre o valor da produção

TABELA 13 -Impactos sobre o valor da produção

Ordem	Setores	Valor da Produção			
		Impacto Direto	Impacto Indireto e Induzido	Impacto total	%
1	Refino do petróleo	74.913.103	341.985.763	416.898.866	10,2
2	Aluguel de imóveis	141.687.831	262.612.485	404.300.316	9,9
3	Comércio	143.684.525	206.983.768	350.668.294	8,6
4	Serviços prestados às famílias	113.044.220	194.617.761	307.661.981	7,6
5	Minerais não-metálicos	219.109.195	37.991.145	257.100.340	6,3
6	Construção civil	145.735.836	51.695.491	197.431.327	4,9
7	Transporte	56.750.585	110.522.262	167.272.847	4,1
8	Outros produtos metalúrgicos	130.419.312	35.312.666	165.731.978	4,1
9	Serviços prestados às empresas	66.111.306	74.017.093	140.128.400	3,4
10	Outros produtos alimentares	37.748.548	87.475.843	125.224.392	3,1
11	Químicos diversos	50.024.911	69.637.823	119.662.733	2,9
12	Madeira e mobiliário	86.431.124	31.557.880	117.989.004	2,9
13	Comunicações	36.818.586	80.864.345	117.682.931	2,9
14	Agricultura, silvicultura e exploração vegetal	17.899.219	96.463.291	114.362.511	2,8
15	Instituições financeiras	30.554.135	70.072.553	100.626.688	2,5
16	Serviços industriais de utilidade pública	24.739.634	71.581.224	96.320.858	2,4
17	Abate de animais	24.654.956	51.030.543	75.685.499	1,9
18	Serviços privados não-mercantis	25.490.717	41.500.225	66.990.942	1,6
19	Material elétrico	50.713.863	15.218.445	65.932.308	1,6
20	Automóveis, caminhões e ônibus	37.748.548	23.851.188	61.599.737	1,5
21	Pecuária e pesca	5.153.861	55.537.749	60.691.610	1,5
22	Artigos de plástico	42.356.251	16.769.611	59.125.862	1,5
23	Máquinas e tratores	21.874.593	25.776.883	47.651.476	1,2
24	Siderurgia	14.748.076	26.302.262	41.050.338	1
25	Outros veículos e peças	5.296.912	35.025.016	40.321.928	1
26	Papel e gráfica	8.365.128	27.911.345	36.276.473	0,9
27	Fabricação de óleos vegetais	3.412.692	25.544.813	28.957.504	0,7
28	Artigos do vestuário	17.829.573	10.989.136	28.818.708	0,7
29	Indústria de laticínios	9.889.841	18.843.902	28.733.743	0,7
30	Fabricação de calçados	9.332.667	18.001.913	27.334.580	0,7
31	Indústria da borracha	7.892.631	19.229.275	27.121.907	0,7
32	Beneficiamento de produtos vegetais	8.984.433	15.286.740	24.271.173	0,6
33	Farmacêutica e de perfumaria	22.844.140	633.895	23.478.035	0,6
34	Extrativa mineral	10.484.593	11.279.817	21.764.409	0,5
35	Indústrias diversas	14.652.125	6.467.661	21.119.786	0,5
36	Indústria do fumo	6.616.443	11.631.811	18.248.254	0,4
37	Indústria têxtil	4.809.385	13.172.750	17.982.134	0,4
38	Elementos químicos	2.023.514	15.839.721	17.863.235	0,4
39	Equipamentos eletrônicos	7.103.970	5.449.180	12.553.150	0,3
40	Metalurgia metais não-ferrosos	3.145.378	2.398.099	5.543.477	0,1
41	Administração pública	1.880.463	3.061.063	4.941.526	0,1
42	Indústria do café	1.532.229	610.156	2.142.385	0,1
43	Extração de petróleo e gás	-	1.762.252	1.762.252	0
44	Indústria de açúcar	417.881	21.181	439.062	0
	TOTAL	1.744.926.935	2.322.538.022	4.067.464.957	100
	Efeito multiplicador	1	1,33	2,33	

Fonte: Dados brutos calculados dos investimentos a serem realizados com a construção de 51.795 casas e MIP, FEE.

Conforme se pode ver na **tabela 13**, o impacto indireto e induzido de cada real investido sobre o valor de produção é de 1,33, e o impacto total é de 2,33. Os setores econômicos mais beneficiados pela ordem são: o setor de refino de petróleo (10,2%), o setor de aluguel de imóveis (9,9%), o setor de comércio (8,6%), o de serviços prestados às famílias (7,6%) e o setor de minerais não metálicos (6,3%).

Pode-se destacar ainda, o reduzido coeficiente de importação da construção civil brasileira, indicando o predomínio de produtos de origem nacional na sua estrutura produtiva. Embora o Setor contribua com quase 8% da riqueza gerada na economia nacional, participa diretamente com apenas 4,67% das importações, uma vez que faz uso, basicamente de capital, tecnologia e insumos predominantemente nacionais, segundo (*Teixeira, 2004*).

Na soma dos 12 setores mais representativos o valor do impacto total atinge um montante de R\$ 2.770.070.478 , enquanto os demais 32 setores somam R\$ 1.297.394.481, ou seja 31,9% do total.

TABELA 14 - Impactos sobre o valor adicionado**TABELA 14 - Impactos sobre o valor adicionado**

Ordem	Setores	Valor adicionado			
		Impacto Direto	Impacto indireto e induzido	Impacto Total	%
1	Aluguel de imóveis	126.734.078	234.896.327	361.630.405	19,6
2	Comércio	78.373.155	112.899.917	191.273.072	10,4
3	Serviços prestados às famílias	60.562.833	104.265.418	164.828.250	8,9
4	Minerais não-metálicos	96.082.776	16.659.705	112.742.481	6,1
5	Serviços prestados às empresas	48.984.088	54.841.751	103.825.840	5,6
6	Construção civil	64.175.453	22.764.350	86.939.803	4,7
7	Agricultura, silvicultura e exploração vegetal	12.873.616	69.379.082	82.252.698	4,5
8	Refino do petróleo	13.531.911	61.774.519	75.306.430	4,1
9	Instituições financeiras	21.594.983	49.525.723	71.120.706	3,9
10	Transporte	21.413.709	41.703.386	63.117.095	3,4
11	Serviços privados não-mercantis	23.358.755	38.029.279	61.388.035	3,3
12	Comunicações	15.654.117	34.381.003	50.035.121	2,7
13	Outros produtos metalúrgicos	38.640.723	10.462.461	49.103.184	2,7
14	Serviços industriais de utilidade pública	11.758.702	34.022.422	45.781.124	2,5
15	Madeira e mobiliário	27.996.914	10.222.281	38.219.195	2,1
16	Pecuária e pesca	2.544.607	27.420.558	29.965.165	1,6
17	Químicos diversos	11.972.892	16.667.019	28.639.912	1,6
18	Outros produtos alimentares	8.440.074	19.558.437	27.998.512	1,5
19	Material elétrico	15.091.962	4.528.864	19.620.826	1,1
20	Artigos de plástico	12.195.939	4.828.594	17.024.533	0,9
21	Abate de animais	4.544.142	9.405.412	13.949.554	0,8
22	Máquinas e tratores	6.198.127	7.303.833	13.501.960	0,7
23	Outros veículos e peças	1.745.559	11.542.243	13.287.803	0,7
24	Papel e gráfica	2.969.781	9.909.063	12.878.843	0,7
25	Siderurgia	4.359.951	7.775.697	12.135.647	0,7
26	Automóveis, caminhões e ônibus	7.191.133	4.543.673	11.734.807	0,6
27	Extração mineral	5.183.210	5.576.341	10.759.551	0,6
28	Indústria da borracha	2.522.911	6.146.713	8.669.624	0,5
29	Artigos do vestuário	4.849.691	2.989.074	7.838.764	0,4
30	Fabricação de calçados	2.542.442	4.904.152	7.446.594	0,4
31	Indústrias diversas	4.724.569	2.085.493	6.810.062	0,4
32	Indústria do fumo	2.008.662	3.531.260	5.539.922	0,3
33	Farmacêutica e de perfumaria	5.303.473	147.164	5.450.637	0,3
34	Fabricação de óleos vegetais	602.514	4.509.964	5.112.479	0,3
35	Indústria têxtil	1.364.051	3.736.090	5.100.141	0,3
36	Elementos químicos	505.041	3.953.373	4.458.414	0,2
37	Beneficiamento de produtos vegetais	1.526.859	2.597.903	4.124.762	0,2
38	Indústria de laticínios	1.223.443	2.331.124	3.554.567	0,2
39	Administração pública	1.336.281	2.175.231	3.511.512	0,2
40	Equipamentos eletrônicos	1.281.849	983.257	2.265.106	0,1
41	Metalurgia de metais não-ferrosos	796.278	607.098	1.403.376	0,1
42	Extração de petróleo e gás	0	821.593	821.593	0
43	Indústria do café	520.045	207.089	727.134	0
44	Indústria de açúcar	74.616	3.782	78.398	0
	Total	775.355.914	1.066.617.721	1.841.973.635	100
	Efeito multiplicador	1	1,38	2,38	

Dados brutos calculados dos investimentos a serem realizados com a construção de 51.795 casas e MIP, FEE.

Já quando se analisa os impactos sobre o Valor Adicionado, percebe-se que para cada real investido gera R\$1,38 no impacto indireto induzido e R\$2,38 no impacto total. Os setores mais beneficiados, entretanto são os de aluguel de imóveis (19,6%), comércio (10,4%), serviços prestados às famílias (8,9%), minerais não metálicos (6,1%) e serviços prestados às empresas (5,6%). A construção civil propriamente dita cujo benefício é de (4,7%), constitui-se no sexto setor mais beneficiado com os impactos gerados pelo Programa. Percebe-se a relevância do efeito multiplicador considerando que para cada real investido ele representa R\$2,38 no total, daí os benefícios que gerará para os locais onde esses imóveis foram construídos e para o Estado como um todo.

Os impactos econômicos da construção sobre o valor adicionado, **Tabela 14** e sobre o emprego **Tabela 15**, são tanto maiores quanto mais se mede o poder de encadeamento produtivo e o efeito-renda do setor. Essas tabelas apresentam os efeitos da construção civil *vis-à-vis* outras atividades econômicas e mostra os impactos setoriais diretos, indiretos e totais da demanda final sobre o valor adicionado, salários e pessoal ocupado, em valores e percentual do valor total da economia.

Na soma dos 12 setores mais representativos o montante atingido é de R\$ 1.424.459.936, enquanto os demais 32 setores atingem R\$ 412.218.094, ou seja, 22,4% do total.

TABELA 15 - Impactos sobre o emprego em número de empregados

TABELA 15 - Impactos sobre o emprego em número de empregados

Ordem	Setores	Emprego			
		Impacto Direto	Impacto Indireto e Induzido	Impacto Total	%
1	Comércio	5.733	8.259	13.993	15,9
2	Serviços privados não-mercantis	4.995	8.132	13.127	14,9
3	Serviços prestados às famílias	4.741	8.162	12.903	14,7
4	Construção civil	6.191	2.196	8.386	9,6
5	Serviços prestados às empresas	2.920	3.270	6.190	7,0
6	Agricultura, silvicultura e exploração vegetal	908	4.891	5.799	6,6
7	Pecuária e pesca	358	3.854	4.212	4,8
8	Transporte	1.041	2.027	3.068	3,5
9	Minerais não-metálicos	2.578	447	3.025	3,4
10	Madeira e mobiliário	2.057	751	2.808	3,2
11	Outros produtos metalúrgicos	1.798	487	2.285	2,6
12	Artigos do vestuário	892	550	1.442	1,6
13	Extrativa mineral	564	606	1.170	1,3
14	Outros produtos alimentares	338	783	1.120	1,3
15	Fabricação de calçados	279	539	818	0,9
16	Instituições financeiras	248	570	818	0,9
17	Aluguel de imóveis	224	416	640	0,7
18	Comunicações	176	387	563	0,6
19	Indústria têxtil	150	411	560	0,6
20	Indústrias diversas	360	159	519	0,6
21	Serviços industriais de utilidade pública	125	363	488	0,6
22	Material elétrico	367	110	478	0,5
23	Artigos de plástico	341	135	476	0,5
24	Papel e gráfica	96	320	416	0,5
25	Abate de animais	122	253	376	0,4
26	Automóveis, caminhões e ônibus	203	128	331	0,4
27	Beneficiamento de produtos vegetais	113	193	306	0,3
28	Máquinas e tratores	115	136	251	0,3
29	Químicos diversos	105	146	251	0,3
30	Outros veículos e peças	27	180	207	0,2
31	Indústria de laticínios	54	103	157	0,2
32	Farmacêutica e de perfumaria	118	3	121	0,1
33	Administração pública	44	72	116	0,1
34	Siderurgia	24	43	68	0,1
35	Indústria da borracha	15	37	52	0,1
36	Metalurgia de metais não-ferrosos	29	22	50	0,1
37	Elementos químicos	5	39	44	0,1
38	Refino do petróleo	8	36	44	0,1
39	Indústria de açúcar	32	2	33	0
40	Fabricação de óleos vegetais	3	25	29	0
41	Equipamentos eletrônicos	15	11	26	0
42	Indústria do café	11	4	15	0
43	Indústria do fumo	6	10	15	0
44	Extração de petróleo e gás	0	11	11	0
	Total	38.530	49.278	87.808	100
	Efeito multiplicador	1	1,28	2,28	

Fonte: Dados brutos calculados dos investimentos a serem

Na análise do impacto direto sobre o emprego, verifica-se que o volume de investimentos com o PMCMV gera, diretamente, 38.530 empregos. O impacto indireto e induzido gera 49.278, e, o impacto total gera 87.808, sendo 2,28 o multiplicador. Os cinco setores mais beneficiados com a geração de empregos pela ordem, são: comércio, serviços privados não mercantis, serviços prestados às famílias, construção civil e o serviços prestados às empresas.

No cômputo dos 12 setores mais representativos temos um montante de 77.238 empregos gerados enquanto os demais 32 setores geram 10.569, tão somente 12% do total.

É interessante ressaltar-se mais uma vez que neste estudo, foi realizada a análise do impacto tão somente dos recursos do PMCMV para efeito de padronização de cálculo. Todavia, poderão ser aprofundados os estudos, adicionando-se as demais fontes de recursos, como do FGTS, que é alocado por unidade de Federação e do SBPE, o qual, como se viu, também possui um montante bem relevante a ser considerado. Vale destacar, porém, que estes, também contemplam com um percentual bem expressivo, o financiamento de imóveis usados, e não somente a construção de novos como é o caso em tela.

A construção civil também possui elevado impacto sobre a geração de tributos na economia, Para cada R\$1,00 gasto na produção setorial, outros R\$ 0,08 centavos retornam aos cofres públicos na forma de impostos sobre produtos pagos na economia, considerando-se o conjunto dos efeitos diretos, indiretos e induzidos. Agregando-se aos impostos sobre produtos às contribuições sociais efetivas, outro impostos sobre a produção e impostos diretos, para cada R\$1,00 de produção a atividade de construção gera R\$ 0,24 centavos de tributos, computando-se os efeitos totais na economia, conforme **Tabela 16**.

TABELA 16 – Estrutura de Participação dos Tributos – 2002 – Por Real aplicado

TRIBUTOS	EFEITOS DIRETOS	EFEITOS DIRETOS + INDIRETOS	EFEITOS DIRETOS + INDIRETOS + INDUZIDOS
Impostos sobre produtos	0,04	0,06	0,08
Contribuições sociais e efetivas	0,02	0,04	0,04
Outros impostos sobre a produção	0,03	0,06	0,07
Outros subsídios à produção	0,00	0,00	0,00
Impostos diretos	0,02	0,04	0,05
TOTAL	0,11	0,19	0,24

Fonte: FGV - Macrossetor da Construção - 2002

Como o Programa Minha Casa Minha Vida, possui alguns produtos cuja incidência de alíquotas de impostos foram reduzidas ou desoneradas, os dados da tabela acima, poderão sofrer algumas distorções, contudo as diferenças encontradas para efeito prático não serão relevantes.

5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Sanados os problemas iniciais do fim da década passada que residiam mais na metodologia empregada que nos números propriamente ditos, O IBGE e a Fundação João Pinheiro conseguiram dar credibilidade a sistemática de cálculo do Déficit Habitacional Brasileiro, nas últimas PNAD e na divulgação desses dados. Por essa razão, é que serviram de base para a distribuição e a alocação do montante de recursos por unidade da Federação no Programa Minha Casa Minha Vida.

Segundo Vasconcelos, discutir o déficit habitacional no Brasil é questão complexa e extremamente polêmica. Nos últimos anos, dependendo dos métodos e parâmetros utilizados, as estimativas variaram de cinco a 13 milhões de unidades, com oscilação superior a 100%. Obviamente, tal discrepância tem como efeito perverso, entre outros, a impossibilidade de se utilizar estes dados de forma operacional, com um número de segurança, para a definição de ações governamentais.

O crescimento do déficit habitacional do Brasil tem fortes origens na decadência do sistema de financiamento habitacional, por conta de desequilíbrios que se correlacionam diretamente com o recrudescimento inflacionário, o aumento das taxas de juros reais e com os erros de intervenção governamental. A dívida potencial do FCVS, que chega a atingir US\$ 50 bilhões, é o reflexo de tais erros, destaca o mesmo autor.

Ressalta ainda que o FGTS, caracterizou-se sempre numa modalidade de poupança compulsória e uma fonte de financiamento que tradicionalmente se constituiu em um fluxo regular de recursos para o setor e aos poucos está retomando a aplicação de recursos, embora com montantes abaixo do esperado.

Daí a necessidade do lançamento deste Programa para dar maior ênfase e fazer com que os municípios, as construtoras e demais segmentos interessados possam ter mais agilidade na elaboração de projetos, aprovação e na construção propriamente dita de novas moradias. Pois é certo e como ficou evidenciado no mapeamento deste estudo, nenhum instrumento de política habitacional será eficaz se não puder direcionar o investimento habitacional para as regiões mais carentes e para os estratos mais pobres do país.

Segundo Alves, “As carências habitacionais como foi visto são de vários tipos: ausência de moradia, deficiências na edificação, reduzido espaço interno, alta densidade de moradores, loteamentos irregulares, falta de serviços públicos (água, esgoto, coleta de lixo, luz, transporte, educação, saúde, etc.)”. Segundo o autor citado, para criar condições satisfatórias de habitabilidade, “uma política habitacional deve abarcar pelo menos 6 dessas áreas.”

Lopes, Denise Lima e outros, ao referirem-se sobre o tema no trabalho “Proposta de estrutura privada de financiamento para projetos de melhoria de microrregiões e habitações precárias”, escrevem que, sob o ponto de vista habitacional, as favelas são aglomerações de habitações populares toscas, não planejadas e pouco organizadas, construídas com materiais improvisados, onde residem pessoas de baixa renda. Tais construções são vulgarmente chamadas de barracos. E ao invés de se usar o conceito de favelas de barracos de madeira ou de alvenaria, cortiços, palafitas ou outras formas de habitação e aglomeração urbana, preferiram definir um conceito de habitações e bairros precários.

“Cada microrregião (cidade, bairros ou recantos de bairros) apresenta aglomerações humanas em diferentes estágios de desenvolvimento, incluindo aglomerações precárias com uma variedade de anseios e características. As aglomerações usam uma variedade de materiais, destacando-se a madeira, a alvenaria e combinações de ambas, entre outros, mas todas apresentam nítida precariedade arquitetônica e social. Não importa, para efeito analítico, se as casas são de alvenaria ou de pedaços de madeira, se estão num morro ou no mangue, se são palafitas às margens de rios ou de córregos poluídos.

...habitações e bairros precários são aglomerações humanas extremamente desarticuladas e desestruturadas, desprovidas de infraestrutura urbana, ruas adequadas, praças ou áreas verdes que tornem o ambiente agradável e onde crianças possam brincar, e sem instalações socioeducacionais (postos de saúde, creches, escolas, centro de convivência para a terceira idade, etc.), ou seja, quase sem nada. A precariedade não reside apenas nas paredes feitas dos pedaços de madeira. Ela está encravada numa desarticulação arquitetônica conceitual e, sobretudo, humana.” (*Lopes, Denise Lima*).

Como se viu no decorrer do trabalho, o desempenho do setor de construção facilita o desenvolvimento de uma grande variedade de outras atividades econômicas. Estes serviços são mantidos pela administração pública ou por agentes privados sujeitos à fiscalização pública e se caracterizam pela indivisibilidade técnica e por uma alta relação capital-produção. Há uma forte correlação positiva entre investimento em capital fixo social e implantação das atividades produtivas.

Ainda, segundo o estudo daqueles autores as habitações precárias são originárias da aglomeração humana em proporções maiores do que a disposição de recursos colocados a serviço dessas aglomerações pelos poderes públicos. Esse fato decorre do descolamento das velocidades com que ocorrem as ações humanas. De um lado, os indivíduos têm o direito de procurar melhores condições de vida e, nesta busca, geram correntes migratórias intensas que fazem crescer a velocidade de adensamento das aglomerações humanas. Por outro lado, a velocidade de atuação dos poderes públicos ante as demandas dessas aglomerações é insuficiente, transformando a administração das grandes aglomerações num crescente desafio. Esse desafio só pode ser convenientemente encarado com o auxílio da iniciativa privada, sob a supervisão dos poderes constituídos.

A construção civil tem um papel fundamental nos programas de investimento e no novo ciclo de crescimento que se pretende para o Brasil, pelas peculiaridades de sua cadeia produtiva, como setor de mão-de-obra intensiva, de baixo coeficiente de importação e elevados efeitos multiplicadores sobre a economia, a renda, o emprego e os tributos.

A preferência pelo lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, não é puramente uma questão de escolha individual por uma atividade, mas uma opção social que é justificada pelos ganhos econômicos e sociais correlatos. Uma forma de incentivar o setor é a concessão de subsídios e de créditos com juros mais compatíveis com inversões de longa maturação. As eventuais perdas de receitas fiscais por parte dos concedentes, como prefeituras e cartórios, através de benefícios e incentivos podem ser compensadas pelo elevado efeito multiplicador de tributos no setor. O custo de oportunidade das eventuais perdas também pode ser compensado pelas externalidades positivas associadas à oferta dos serviços de infra-estrutura sobre o sistema econômico.

6 CONCLUSÃO

Maior reflexão do meio acadêmico sobre a questão do déficit habitacional gaúcho e brasileiro é um dos objetivos do presente trabalho. É necessário que um tema como este tão relevante, não fique distanciado de estudiosos e pesquisadores que podem auxiliar os dirigentes de instituições e governantes, motivando-os a buscar soluções nesse assunto que tem desafiado seriamente a capacidade dos governos, sobretudo nos países em desenvolvimento e em todos os níveis, seja na esfera municipal, seja na esfera estadual, ou seja na esfera federal.

A proposição dessa reflexão, poderá ajudar nos diagnósticos e indicações de promover o desenvolvimento econômico, social e a proteção do meio ambiente. Pois, são componentes interdependentes e de reforço mútuo do desenvolvimento sustentável – contexto para os esforços no sentido de se alcançar uma melhor qualidade de vida que contemple todos os povos.

Como foi visto, grande parte da população urbana mundial vive em condições inadequadas e enfrenta vários problemas, inclusive ambientais, que são aumentados pelo mau planejamento e pela má capacidade de gestão. Também, pela falta de investimentos e tecnologias, pela mobilização insuficiente e pela alocação inapropriada de recursos financeiros, além de pela ausência de oportunidades sociais e econômicas.

Cabe a universidade com a promoção de fóruns, congressos ou seminários contribuir oferecendo apoio, através de estudos e diagnósticos mais precisos, às instituições responsáveis, para que consigam minimizar o grave problema das ocupações irregulares, da favelização e todos os problemas decorrentes destas questões. Quando se estuda a ciência econômica aprende-se que a aquisição de imóveis pode se constituir num caminho seguro para a independência financeira. Segundo Theodore Rossvelt, “Todo homem que investe em um imóvel bem selecionado, em uma comunidade próspera, adota o método mais seguro de se tornar independente, pois o Imóvel é à base da riqueza”.

Em razão de ser uma nação que enfrentou altíssimas taxas de inflação, durante longos anos, e que, de vez em quando assiste a atos governamentais prejudicando os poupadores em renda fixa, o Brasil possui, como característica, a crença de que os investimentos em imóveis é um porto seguro. Estima-se que um terço de todo capital do mundo esteja investido em imóveis. Há motivos sólidos para considerar o setor imobiliário a nova locomotiva da economia brasileira:

O que falta é um arranjo institucional que ajude articulações intermunicipais a diagnosticar os principais problemas de suas respectivas regiões de abrangência. Planejar ações de desenvolvimento integrado e captar os recursos necessários para a execução, é um dos papéis da universidade. Seja, através de pesquisas e estudos fundamentados e também o de encorajar os municípios a se associarem no objetivo de valorizarem o território que compartilham, fornecendo pesquisas elaboradas, estudos que proporcionem e incentivem articulações e meios necessários ao desencadeamento do processo.

Em outras palavras, é desejável que a universidade, o governo federal e os governos estaduais e municipais, estimulem iniciativas que demorarão a surgir se não houver um empurrão inicial. Na fase de diagnóstico e planejamento a ajuda mais efetiva pode ser até com a alocação temporária de recursos humanos com capacitação necessária. Buscar apoio através de financiamentos a grupos de estudo de universidades e centros de pesquisas para auxiliarem

as articulações municipais e que não possuem capacitação necessária nem recursos humanos, às vezes sequer, para diagnosticarem e encontrarem as soluções mais adequadas.

Em pesquisas de campo, mais recentes do IBGE, mas ainda não possibilitando os dados por município, verificou-se que o déficit habitacional atingiu 7,9 milhões de moradias em 2005, cerca de 14,7% da demanda. A maior parcela do problema referia-se à coabitação, que afetava 4,3 milhões de domicílios.

A combinação de crescimento econômico com alta mobilidade social. A participação ativa da iniciativa privada para suprir a demanda por habitações. A redução gradativa da taxa de juros para financiamentos de moradias, que deverá chegar a 7,5% em 2030. E ainda, a ampliação de subsídios, farão com que o País tenha investimentos suficientes para alcançar o total de 93 milhões de domicílios no período de 23 anos, com crescimento de 66% em relação a 2007.

Isto equivale à construção de 37 milhões de novas casas em todo o Brasil, a um ritmo de 1,745 milhão de domicílios por ano. É necessário mais programas como este e a um ritmo mais acelerado e menos burocrático. Assim, segundo Castelo, "Esses 93 milhões de domicílios significam que não vamos ter déficit habitacional por inadequação, não vamos ter mais favelas em 2030 e o déficit por coabitação será por opção, não por falta de moradia."

As mudanças são, no entanto, lentas e custosas, como também o são os impactos desejados sobre a atividade da indústria da construção. Segundo o mesmo autor, "O dramático déficit concentrado nas camadas de renda mais baixa da população, ainda esperam por medidas mais incisivas."

Conforme referenciado por Skaf, também se busca soluções para os principais gargalos, como a escassez de mão-de-obra qualificada. Por meio do Senai-SP foram investidos cerca de R\$ 7 milhões para a capacitação anual de 42 mil profissionais para o setor, cujo índice de postos de trabalho aumentou mais de 50%, nos últimos cinco anos. Os cursos destinam-se à formação de pedreiros, eletricitistas e outras profissões fundamentais que precisam se adequar à nova realidade do setor.

Ainda segundo o mesmo autor, os cidadãos brasileiros lutam, e há muito tempo, pelo legítimo sonho da casa própria, além de por uma infra-estrutura compatível com a grandiosidade de nosso País. E é impossível imaginar o crescimento do Brasil sem o crescimento da Construção civil. A iniciativa privada tem exercido, vigorosamente, seu papel no desenvolvimento nacional. "Nós acreditamos que apenas por meio da mobilização integrada entre empresas, governo e sociedade, seremos capazes de fazer mais para a construção, para nossa época e nosso País", ratifica o mesmo autor.

Este estudo objetiva por fim, com base nas demonstrações matemáticas demonstradas pela MIP, comprovar que, quanto maiores forem os investimentos na área habitacional, maiores serão os benefícios advindos. Com o maior emprego de mão de obra e maior demanda por material de construção o que induz a uma maior arrecadação de tributos municipais, estaduais e federais. E isto, por consequência, proporcionaria um incremento de negócios nos vários setores como vimos no estudo, além de proporcionar uma redução substantiva de gastos públicos com saúde, segurança e bem estar da população.

Percebeu-se assim, através da utilização da Matriz Insumo Produto, os setores econômicos mais beneficiados com os investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida.

Simulou-se apenas os valores que serão investidos com a construção das 51.795 moradias previstas para o Estado do Rio Grande do Sul. Mas é interessante de se ressaltar que paralelo aos recursos previstos para este Programa há os recursos orçamentários do FGTS, os normais e em volumes bem mais relevantes do SBPE que somados, com certeza, exercerão um impacto de muito maior envergadura que o calculado somente para aquele Programa.

Inerente a redução do déficit, é previsível que os municípios contemplados com o maior quantitativo absoluto de moradias sejam aqueles que possuam também os maiores quantitativos do déficit, contemplando dessa forma famílias que estejam mais necessitadas e naquele extrato de renda menos privilegiado. A questão da acomodação de todos os brasileiros em casas e bairros decentes, adequados e que otimizem a qualidade de vida é plural e transdisciplinar, logo, holística. E, seguindo este pressuposto, é preciso gerar uma política pública habitacional com programas como este que contemplem, fundamentalmente, a baixa renda, até recentemente abandonada à própria sorte e destituída de qualquer prioridade.

7 REFERENCIAS

ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – Disponível em <http://www.abecip.org.br/>

AGENDA HABITAT PARA MUNICIPIOS - 07/2003 – IBAM Rio de Janeiro – Apresentação da Agenda

ANAMACO – Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção

CAIXA - Caixa Econômica Federal – Disponível em <http://www.caixa.gov.br/>

CARDOSO, Adauto L. – 1995 - IPPUR – UFRJ - XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP.

CASTELO, Ana Maria, GVConsult – FGV, 2006.

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção – Disponível em <http://www.cbicdados.com.br/textos.asp?tipo=1>

CEDEPLAR, 2004 – Diretrizes pra Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro – pág 16

DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre – Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/>

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e Impacto regional: O novo mapa da Indústria Brasileira. Nova Economia, Belo Horizonte, v5, n.1, 1996.

FEE – Fundação de Economia E Estatística – Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>

FEE - Matriz Insumo-Produto RS (MIPRS) – Disponível em http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_mip.php

FGV, O macrossetor da construção, Rio de Janeiro, 2005

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – Disponível em http://www.fjp.mg.gov.br//index.php?option=com_content&task=view&id=84&Itemid=97

GONÇALVES, Robson, O Déficit Habitacional Brasileiro - Texto para Discussão n°. 559 – IPEA, abril/1998.

GVCONSULT - Evolução do déficit habitacional - FGV – Garcia, Fernando e Castelo, Ana Maria - 24/02/2006 –

GVCONSULT – Por dentro do déficit habitacional brasileiro – Evolução e estimativas recentes – Garcia, Fernando – Castelo, Ana Maria – Antonieta, Maria Del Tedesco Lins e Brollo, Fernanda – set/2005

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Resolução n°. 05 de 10/10/2002 Disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=296> – Acesso em 22/11/08

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/tab01.pdf>

IEA - INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. Greenhouse Gas R&D Programme. Geologic Storage of Carbon Dioxide: Staying Safely Underground. January, 2008. Disponível em: <<http://www.ieagreen.org.uk/glossies/geostoragesfty.pdf>>. Acesso em: out. 2008.

LOPES , DENISE LIMA, e outros, 2009, Proposta de Estrutura Privada de Financiamento para Projetos de Melhoria de Microrregiões e Habitações Precárias, ABECIP.

MINHA CASA MINHA VIDA – Disponível em <http://www.minhacasaminhavid.gov.br/>

MINISTÉRIO DAS CIDADES – Disponível em <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades> - Acesso em 22/11/08

MINISTÉRIO DAS CIDADES – Disponível em <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades> - Acesso em 22/11/08

MINISTÉRIO DAS CIDADES– Disponível em <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais/orientacoes-para-a-criacao-dos-conselhos-da-cidade-nos-municipios/> - Acesso em 22/11/08

POLÉSE, Mario – Economia Regional e Urbana, Coimbra, Coleção APDR, 1998

SATLER, Miguel Aloysio, Coleção Habitar/Finep, Porto alegre, 2007

SECRETARIA do Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, Disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=296> – Acesso em 22/11/08

SISTEMA Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI – Disponível em <https://webp.caixa.gov.br/casa/sinapi/index.asp?menu=0>

SKAF, Paulo, Presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP/CIESP).

TEIXEIRA, Luciene Pires e CARVALHO, Fátima Marília Andrade - A Construção Civil como Instrumento do Desenvolvimento da Economia Brasileira – Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, nº 109 – p.09-26 , jul/dez. 2005

VASCONCELOS, José Romeu e Cândido Junior, José Oswaldo – 04/1996 - O Problema Habitacional do Brasil - Texto para Discussão nº 410 – IPEA

VASCONCELOS, José Romeu e Cândido, José Oswaldo Júnior – 1996

VEIGA, José Eli, - Cidades Imaginárias da Editora Autores Associados , 2005

8 LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

ABECIP	Associação Brasileira das Empresas de Crédito Imobiliário
BACEN	Banco Central do Brasil
BNH	Banco Nacional da Habitação
CCFGTS	Conselho Curador do FGTS
CEF	Caixa Econômica Federal
DEM HAB Alegre	Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre
FCVS	Fundo de Compensação de Valores Salariais
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
INCC	Índice Nacional da Construção Civil
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Popular
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	Sistema Financeiro da Habitação

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito a uma moradia adequada é um dos direitos econômicos, sociais e culturais que tem recebido mais atenção por parte de organismos internacionais e nacionais. O acesso a uma moradia adequada é fundamental para assegurar a saúde física e mental e uma qualidade de vida digna para a população. Para que uma moradia possua condições mínimas de habitabilidade é necessário que ela exerça, ao menos, as funções de proteção contra os fatores ambientais, isolando os indivíduos do meio natural, bem como garanta privacidade e comodidade para que os mesmos possam exercer determinadas atividades biológicas e sociológicas, isolando-as do meio social.

Ademais, o acesso à moradia adequada é necessário para que não se gere a exclusão social de determinadas parcelas da população do acesso a serviços sociais, emprego e equipamentos urbanos. São diversos os convênios e pactos internacionais condenando qualquer tipo de discriminação de gênero, raça, idade, nível sócio-econômico, etc.

Relativamente ao direito à moradia adequada, pode-se destacar o Pacto Internacional de Direitos Econômicos e Sociais e Culturais (1966), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (1979).

Também a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951), a Convenção Internacional sobre a Proteção dos direitos de todos os trabalhadores migratórios e de seus familiares (1990). Por fim, a Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento Social (1969), a Declaração do Direito ao Desenvolvimento (1986), a Agenda Habitat e a Agenda 21, dentre outros.

O conceito de moradia como Habitat e as inter-relações existentes entre o Mercado Habitacional e o resto da economia, os indicadores habitacionais também englobam indicadores de desenvolvimento urbano, indicadores sociais e econômicos, bem como indicadores de eficiência da gestão municipal.

Nesse sentido, os indicadores relevantes para o setor Habitação são mais amplos do que os indicadores habitacionais *stricto sensu*, incluindo uma gama variada de aspectos da realidade sócio-econômica mais ampla, na qual as políticas habitacionais estão inseridas. Abarcando desde variáveis demográficas, até indicadores macroeconômicos e financeiros, além de normativos referentes ao direito à moradia adequada, assim como a legislação urbanística e edilícia.

Este artigo trás a tona o déficit habitacional existente no Rio Grande do Sul que é a quinta economia brasileira e possui a vanguarda em tantos setores econômicos. Procura sugerir parceiras entre os entes que em suma são responsáveis pelas discussões e proposições para que o problema deixe de existir, mas que, enquanto existente seja minimizado e suas decorrências não tenham tanta influência para o desenvolvimento pleno de nossa economia.

O presente artigo ainda, ressalta entraves como a existência de legislação relativa ao direito à moradia e experiências de políticas e programas bem sucedidos na área de habitação e desenvolvimento urbano. Dentre estes, pode-se citar o das Melhores Práticas do Habitat, para que sejam adotadas e utilizadas para eliminação ou minimização do déficit.

O Estudo analisa os impactos do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal na economia do Estado. Possui consciência de que pelo número pequeno de moradias proposto pelo Programa que é o de resolver apenas 5,18% do déficit, é muito insipiente, contudo é uma iniciativa adotada para que em exercícios futuros esses programas sejam mais ousados e os orçamentos previstos mais relevantes.

Diante da realidade em parte exposta neste trabalho, observou-se que por falta de renda e emprego, a população de baixa renda viu por décadas travadas e inviabilizadas as suas solicitações de crédito, para o financiamento amplo da casa própria. E por esta consequência, partiu para soluções paliativas, criativas e sumamente precárias, mediante a autoconstrução, criando as favelas, as palafitas e as zonas sub-humanas de habitação, que correspondem, conforme estimativas do IBGE, a 32% dos territórios habitados das zonas metropolitanas brasileiras, no ano 2008. Para resolver parte desse problema, há que se concordar que a implementação do PMCMV já é a indicação de um bom começo.

Como prova disso enquanto se concluía este trabalho já houve incremento no orçamento para 2010 de mais um bilhão de reais para o Programa e a previsão da criação de um PMCMV II. Por último, o trabalho apresenta ainda, algumas sugestões para que o tema seja tratado com mais frequência e com mais interesse no meio acadêmico e tenha enfim a concretização de parcerias que tornem possíveis a resolução do problema habitacional no Estado do Rio Grande do Sul e no País.

10 APÊNDICE I – DÉFICIT HABITACIONAL POR MUNICÍPIO DO RS - 2000

Ordem	Codigo	Município	Quantitativo de Imóveis em Unidades					População	Pib Total	Pib Per capita
			Improvizados	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
1	116	PORTO ALEGRE	1261	1.416	23.663	26.340	442.007	1.360.590	12.315.983	8.927
2	10	PELOTAS	177	149	6.241	6.567	99.320	323.158	1.813.571	5.551
3	282	CANOAS	123	306	4.637	5.066	89.689	306.093	5.895.377	18.862
4	275	CAXIAS DO SUL	287	93	4.482	4.862	109.530	360.419	5.047.241	13.543
5	383	GRAVATAI	218	96	4.479	4.793	67.269	232.629	2.578.772	10.670
6	337	SANTA MARIA	154	96	4.438	4.688	72.753	243.611	1.290.218	5.163
7	455	NOVO HAMBURGO	50	193	3.740	3.983	71.185	236.193	2.427.995	10.052
8	111	RIO GRANDE	104	91	3.517	3.712	56.946	186.544	2.191.081	11.592
9	117	VIAMAO	225	125	3.231	3.581	66.065	227.429	906.815	3.849
10	456	SAO LEOPOLDO	43	97	3.318	3.458	57.734	193.547	1.391.718	7.027
11	144	ALVORADA	98	34	3.163	3.295	51.226	183.968	505.803	2.644
12	131	URUGUAIANA	151	104	2.901	3.156	34.763	126.936	748.448	5.794
13	326	PASSO FUNDO	129	143	2.720	2.992	49.677	168.458	1.278.110	7.381
14	3	BAGE	125	72	2.448	2.645	35.295	118.767	565.510	4.848
15	483	SAPUCAIA DO SUL	65	235	1.820	2.120	36.484	122.751	1.137.746	9.038
16	340	SANTANA DO LIVRAMENTO	64	28	2.019	2.111	26.868	90.849	447.242	4.824
17	145	CACHOEIRINHA	54	76	1.961	2.091	31.637	107.564	1.176.541	10.603
18	464	SANTA CRUZ DO SUL	88	76	1.911	2.075	32.929	107.632	1.882.852	17.036
19	130	ALEGRETE	137	74	1.818	2.029	24.338	84.338	560.207	6.565
20	200	GUAIBA	76	36	1.690	1.802	27.534	94.307	683.605	7.045
21	209	BENTO GONCALVES	15	20	1.707	1.742	27.204	91.486	1.370.348	14.493
22	503	SAO LOURENCO DO SUL	38	29	1.672	1.739	11.753	43.691	237.250	5.378
23	245	CACHOEIRA DO SUL	29	104	1.524	1.657	27.179	87.873	468.795	5.309
24	67	ERECHIM	56	18	1.546	1.620	27.074	90.347	863.703	9.552
25	380	SAO BORJA	27	9	1.572	1.608	18.047	64.869	454.506	6.932
26	254	ESTEIO	24	103	1.463	1.590	23.599	80.048	1.080.701	13.225
27	250	SAO GABRIEL	36	49	1.504	1.589	18.519	62.249	349.657	5.764
28	396	SANTO ANGELO	58	60	1.423	1.541	23.182	76.745	407.901	5.260
29	15	IJUI	66	88	1.361	1.515	23.398	78.461	596.027	7.776
30	276	CANGUCU	145	11	1.295	1.451	15.100	51.447	257.448	4.986
31	21	CRUZ ALTA	155	68	1.223	1.446	20.962	71.254	412.645	6.090
32	221	VACARIA	28	48	1.147	1.223	16.828	57.341	403.304	6.893
33	268	SAPIRANGA	35	310	853	1.198	20.276	69.189	661.121	9.244
34	193	CAMAQUA	60	43	1.081	1.184	17.906	60.383	520.403	8.487
35	293	CARAZINHO	75	30	1.007	1.112	18.116	59.894	419.553	7.150
36	339	DOM PEDRITO	19	120	950	1.089	12.129	40.410	380.668	9.325
37	306	FARROUPILHA	8	10	1.057	1.075	16.032	55.308	771.659	13.508
38	267	CAMPO BOM	28	117	874	1.019	16.214	54.018	1.027.297	18.646
39	421	SANTIAGO	82	29	902	1.013	15.843	52.138	216.759	4.298
40	230	VENANCIO AIRES	74	59	859	992	18.895	61.234	710.931	11.340
41	129	ROSARIO DO SUL	24	52	896	972	12.121	41.058	234.170	5.689
42	412	ITAQUI	54	9	892	955	10.839	39.770	410.486	10.136
43	167	LAJEADO	76	29	840	945	19.789	64.133	676.259	10.968
44	289	MONTENEGRO	83	25	828	936	16.728	54.692	759.255	13.621
45	478	SANTA ROSA	41	30	837	908	19.270	65.016	598.727	9.045
46	385	TAQUARA	24	52	719	795	16.317	52.825	268.657	4.917
47	313	PALMEIRA DAS MISSOES	49	20	654	723	10.931	38.192	258.119	7.115
48	336	SAO LUIZ GONZAGA	96	27	558	681	11.887	39.553	208.698	5.743
49	418	ESTANCIA VELHA	18	55	605	678	10.271	35.132	411.172	11.312
50	29	LAGOA VERMELHA	143	42	469	654	9.084	29.833	164.641	5.847
51	318	TRAMANDAI	66	80	507	653	9.204	31.040	153.035	4.644
52	345	RIO PARDO	15	8	616	639	11.600	37.783	246.451	6.514
53	162	PAROBE	49	32	550	631	13.108	44.776	506.332	10.769
54	420	JAGUARA	7	65	557	629	9.640	30.093	153.743	5.040
55	177	SOLEDADE	47	6	562	615	8.730	29.727	151.767	5.058
56	41	GARIBALDI	8	-	606	614	8.245	28.337	545.959	20.049
57	460	PANAMBI	21	31	559	611	9.777	32.610	334.322	10.077
58	285	OSORIO	31	12	546	589	10.849	36.131	224.578	6.038
59	110	ARROIO GRANDE	114	28	428	570	6.184	19.152	146.480	7.579
60	471	QUARAI	19	25	519	563	7.084	24.002	142.866	5.870
61	270	CANDELARIA	8	10	532	550	9.199	29.585	176.818	5.909
62	171	CHARQUEADAS	30	11	507	548	7.897	29.961	333.552	10.804
63	217	TEUTONIA	0	-	533	533	6.822	22.891	479.102	21.776
64	159	VERANOPOLIS	15	9	507	531	5.601	19.466	256.622	12.887
65	112	SANTA VITORIA DO PALMAR	13	10	507	530	10.559	33.304	243.411	7.230
66	19	JULIO DE CASTILHOS	173	25	323	521	5.985	20.416	151.243	7.363
67	401	MARAU	0	26	490	516	8.397	28.361	605.443	20.549
68	494	VERA CRUZ	20	-	484	504	6.394	21.300	194.900	8.902
69	108	TORRES	40	40	424	504	9.495	30.880	151.830	4.769
70	184	CACAPAVA DO SUL	22	28	453	503	10.789	34.643	189.474	5.469
71	172	ELDORADO DO SUL	56	30	403	489	7.882	27.268	521.418	18.014
72	122	AGUDO	46	-	433	479	17.455	49.936	129.926	7.389
73	297	SANTO ANTONIO DA PATRUI	0	11	465	476	11.523	37.035	225.454	6.019
74	273	CANELA	21	11	443	475	9.888	33.625	165.961	4.719
75	146	ENCRUZILHADA DO SUL	48	34	388	470	7.393	23.902	122.596	5.039
76	135	TRES DE MAIO	10	12	446	468	7.246	24.136	156.957	6.496
77	51	CAPAO DA CANOA	49	30	387	466	8.895	30.498	187.019	5.767
78	156	GUAPORE	0	27	431	458	5.940	20.064	159.946	7.786
79	361	ESTRELA	9	13	428	450	8.179	27.401	386.573	13.849
80	149	FREDERICO WESTPHALEN	52	-	392	444	7.694	26.759	155.947	5.759

Continua

Ordem	Codigo	Município	Quantitativo de Imóveis em Unidades					População	Pib Total	Pib Per capita
			Improvistos	Cedidos	Convintes	Deficit	Existentes			
81	365	NOVA PRATA	0	29	410	439	5.370	18.344	367.021	19.402
82	404	IBIRUBA	55	20	347	422	5.768	18.633	183.767	9.787
83	307	FLORES DA CUNHA	0	7	406	413	6.817	23.678	363.575	14.690
84	176	CAPAO DO LEAO	16	20	368	404	6.955	23.718	161.272	6.565
85	56	SALTO DO JACUI	182	16	196	394	3.722	12.948	86.188	7.269
86	229	TAQUARI	25	-	366	391	8.286	25.887	293.226	11.049
87	266	DOIS IRMAOS	7	18	363	388	6.570	22.435	404.917	17.019
88	405	IGREJINHA	32	-	350	382	8.056	26.767	366.605	13.157
89	65	CONSTANTINA	5	4	371	380	3.141	11.667	53.101	5.459
90	382	GIRUA	62	-	308	370	5.560	18.749	140.143	7.559
91	248	CACEQUI	0	-	367	367	4.386	15.311	85.450	5.615
92	169	SAO JERONIMO	11	-	351	362	5.904	20.283	106.595	5.271
93	287	PORTAO	0	9	353	362	7.344	24.657	560.698	21.934
94	244	PANTANO GRANDE	169	11	181	361	3.286	10.979	71.157	6.383
95	487	SERAFINA CORREA	0	25	329	354	3.074	10.894	182.038	16.080
96	291	ENCANTADO	0	38	313	351	5.693	18.528	246.811	13.073
97	274	TRES COROAS	20	-	331	351	5.770	19.430	243.294	12.049
98	241	BUTIA	6	10	333	349	6.075	20.322	90.969	4.415
99	7	SARANDI	32	31	282	345	5.207	18.162	164.982	8.898
100	426	SAO FRANCISCO DE ASSIS	0	11	331	342	6.309	20.810	101.702	4.900
101	18	TUPANCIRETA	11	-	330	341	6.439	20.947	185.722	8.750
102	352	PIRATINI	64	21	254	339	6.326	19.414	89.400	4.533
103	398	HORIZONTALINA	16	8	313	337	5.524	17.699	334.907	18.796
104	86	TAPEJARA	0	11	321	332	4.400	15.115	129.044	8.901
105	482	SAO JOSE DO NORTE	29	-	303	332	7.453	23.796	81.947	3.401
106	388	NOVA PETROPOLIS	35	10	278	323	5.168	16.891	188.987	10.791
107	252	RESTINGA SECA	33	16	273	322	4.861	16.400	157.418	9.481
108	413	MANOEL VIANA	197	-	123	320	2.216	6.995	48.784	6.765
109	165	ARROIO DO MEIO	0	13	306	319	4.963	16.951	286.095	16.500
110	389	SINIMBU	18	5	291	314	2.749	10.210	63.606	6.320
111	386	GRAMADO	15	10	289	314	8.853	28.593	221.767	7.459
112	55	ARROIO DO TIGRE	58	4	249	311	3.207	12.216	90.429	7.364
113	198	TAPES	22	6	283	311	5.088	16.291	96.559	5.786
114	475	ROLANTE	37	-	274	311	5.442	17.851	104.652	5.618
115	54	ESPUMOSO	17	-	291	308	4.898	16.185	105.277	6.972
116	224	TRES PASSOS	22	15	266	303	7.797	24.656	256.396	10.551
117	107	SAO FRANCISCO DE PAULA	27	9	260	296	5.964	19.725	122.086	6.163
118	223	SAO SEBASTIAO DO CAI	0	61	234	295	6.007	19.700	185.841	9.159
119	128	SANTO CRISTO	6	-	288	294	4.237	14.890	139.232	9.348
120	272	VALE DO SOL	11	-	273	284	3.013	10.558	71.707	6.779
121	141	CARLOS BARBOSA	18	-	263	281	6.101	20.519	345.745	16.269
122	281	NOVA SANTA RITA	28	6	243	277	4.572	15.750	168.921	10.067
123	305	CATUIPE	39	6	225	270	3.006	10.198	67.575	6.710
124	407	IMBE	17	-	253	270	3.718	12.242	77.354	5.905
125	78	RONDA ALTA	15	-	254	269	2.722	10.051	68.681	6.931
126	154	ANTA GORDA	8	5	251	264	1.701	6.327	61.600	9.790
127	416	IVOTI	6	13	245	264	4.437	15.318	249.100	15.526
128	231	CRUZEIRO DO SUL	32	5	226	263	3.545	11.664	82.012	6.924
129	372	SAO MARCOS	17	9	237	263	5.613	18.958	177.684	9.111
130	158	ANTONIO PRADO	0	4	258	262	3.667	12.918	144.857	10.928
131	251	SAO SEPE	19	19	223	261	7.676	24.621	172.193	6.987
132	60	CERRO LARGO	12	9	238	259	3.747	12.665	97.874	7.794
133	452	NOVA BASSANO	0	6	252	258	2.083	7.836	187.808	23.406
134	349	GETULIO VARGAS	0	-	256	256	4.911	16.509	106.405	6.484
135	353	HERVAL	101	17	134	252	2.865	8.487	36.553	5.195
136	359	TAPERA	10	7	233	250	3.127	10.564	82.227	7.687
137	406	NOVA HARTZ	21	19	208	248	4.392	15.071	200.811	12.555
138	314	TRIUNFO	32	22	194	248	6.805	22.166	2.892.568	126.258
139	204	NONOAI	28	34	185	247	3.554	12.822	77.259	6.010
140	354	TENENTE PORTELA	8	10	225	243	4.055	14.343	63.556	4.505
141	454	SANTO AUGUSTO	18	10	208	236	4.275	14.426	108.740	7.611
142	127	TUPARENDI	3	-	232	235	2.871	9.542	61.820	6.520
143	247	SAO PEDRO DO SUL	8	-	226	234	5.387	16.989	99.165	5.846
144	379	SANTO ANTONIO DAS MISSO	7	-	224	231	3.739	12.691	78.342	6.196
145	66	RONDINHA	0	-	226	226	1.579	6.107	38.297	6.460
146	295	SANTA BARBARA DO SUL	22	-	203	225	2.954	10.003	115.279	11.512
147	137	PLANALTO	25	-	200	225	3.134	11.302	55.071	4.951
148	170	ARROIO DOS RATOS	10	-	214	224	4.098	13.335	55.097	4.051
149	399	SANANDUVA	16	-	208	224	4.398	14.744	125.032	8.450
150	328	CRISIIUMAL	0	10	208	218	4.586	15.180	92.592	6.280
151	302	CASCA	19	19	179	217	2.358	8.440	75.333	8.839
152	450	NAO-ME-TOQUE	35	10	172	217	4.445	14.413	213.181	14.588
153	31	BOSSOROCA	81	-	134	215	2.261	7.757	64.290	8.321
154	369	FELIZ	16	-	197	213	3.369	11.316	81.533	6.963
155	422	JAGUARI	5	4	204	213	3.749	12.488	63.745	5.123
156	429	SEGREDO	10	-	197	207	1.851	6.911	39.608	5.737
157	115	BARRA DO RIBEIRO	33	-	172	205	3.714	11.845	61.419	5.103
158	57	SOBRADINHO	16	-	187	203	4.829	16.328	58.620	4.183
159	136	ALPESTRE	21	-	181	202	2.761	10.266	54.575	5.634
160	185	BALNEARIO PINHAL	45	13	143	201	2.283	7.452	38.588	4.778

Continua

Ordem	Codigo	Município	Quantitativo de Imóveis em Unidades					População	Pib Total	Pib Per capita
			Improvistos	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
161	9	CHAPADA	1	10	190	201	2.956	9.746	101.204	10.470
162	4	HULHA NEGRA	178	-	22	200	1.631	5.359	54.242	10.833
163	183	VIADUTOS	0	-	199	199	1.675	6.087	34.203	5.691
164	164	ARATIBA	11	-	183	194	1.944	7.116	212.911	30.542
165	476	SÃO PAULO DAS MISSOES	10	-	184	194	1.979	7.187	43.451	6.249
166	155	ARVOREZINHA	0	10	184	194	2.783	10.262	60.718	5.871
167	89	LAVRAS DO SUL	20	12	161	193	2.519	8.109	56.567	7.086
168	39	ROCA SALES	0	-	192	192	2.913	9.284	140.975	15.160
169	62	GUARAMI DAS MISSOES	22	-	169	191	2.591	8.990	71.153	8.015
170	125	ALECRIM	10	6	174	190	2.444	8.487	39.801	4.853
171	70	BARÃO DE COTEGIPE	11	-	178	189	1.889	6.927	48.153	7.355
172	72	PINHEIRO MACHADO	12	10	167	189	4.869	14.594	95.628	6.874
173	463	PARAÍSO DO SUL	12	4	172	188	2.145	7.212	45.509	6.213
174	138	IRAI	32	13	143	188	2.679	9.250	46.692	5.198
175	469	PORTO XAVIER	25	27	136	188	3.380	11.190	56.880	5.063
176	157	IPE	0	-	187	187	1.555	5.456	49.946	9.232
177	400	IBIRAIARAS	7	3	175	185	1.890	7.163	64.979	9.120
178	467	TURUCU	36	-	147	183	987	3.710	47.362	12.560
179	458	PALMARES DO SUL	34	5	144	183	3.355	10.854	83.260	7.429
180	263	CAMPINA DAS MISSOES	2	-	180	182	2.009	7.014	44.772	6.508
181	237	REDENTORA	16	5	160	181	2.179	8.846	36.639	4.169
182	210	COTIPORA	5	4	167	176	1.108	4.093	38.814	9.511
183	213	ERVAL SECO	5	-	170	175	2.549	9.177	46.439	5.162
184	14	AUGUSTO PESTANA	8	-	166	174	2.491	8.173	55.849	7.175
185	437	MARCELINO RAMOS	18	-	153	171	1.805	6.108	38.324	6.454
186	148	D. FELICIANO	25	-	146	171	3.775	13.297	75.571	5.590
187	324	ENTRE-IJUIS	5	-	165	170	2.903	9.702	67.774	7.017
188	101	VICENTE DUTRA	14	-	155	169	1.707	6.128	31.979	5.294
189	280	CERRITO	4	13	147	164	2.275	6.925	26.454	3.820
190	489	SERTÃO	32	4	126	162	2.181	7.466	60.498	8.264
191	23	AJURICABA	24	13	125	162	2.336	7.709	53.530	7.006
192	35	PUTINGA	9	-	150	159	1.292	4.629	35.343	7.818
193	373	FONTOURA XAVIER	0	5	154	159	3.067	11.473	54.296	4.778
194	334	ROQUE GONZALES	24	-	134	158	2.277	7.799	50.831	6.669
195	393	PARAI	0	-	154	154	1.623	6.020	62.998	10.194
196	375	FORMIGUEIRO	4	-	150	154	2.196	7.598	48.931	6.454
197	466	PAVERAMA	0	14	139	153	2.461	7.744	41.261	5.264
198	175	PEDRO OSORIO	0	12	141	153	2.617	8.107	38.462	4.727
199	358	TIRADENTES DO SUL	2	9	139	150	-	-	32.037	4.434
200	37	IMIGRANTE	0	-	150	150	1.123	3.850	35.188	11.832
201	387	SANTA MARIA DO HERVAL	0	8	142	150	1.656	5.891	58.963	9.778
202	304	INDEPENDENCIA	16	-	134	150	2.152	7.308	48.399	6.652
203	12	JOIA	9	6	134	149	2.368	8.284	91.137	10.824
204	182	GAURAMA	8	-	140	148	1.846	6.391	55.821	8.760
205	367	FAXINAL DO SOTURNO	10	4	134	148	1.913	6.841	42.125	6.124
206	121	NOVA PALMA	9	10	128	147	1.612	6.312	47.806	7.546
207	497	TERRA DE AREIA	22	-	125	147	3.398	11.453	38.749	4.428
208	218	BOM JESUS	0	-	143	143	3.572	12.014	91.426	7.754
209	265	CAMPINAS DO SUL	0	-	142	142	2.355	8.258	45.603	8.039
210	362	ESTRELA VELHA	36	-	105	141	998	3.691	30.825	8.365
211	277	CRISTAL	23	-	116	139	1.917	6.632	36.361	5.403
212	417	MORRO REUTER	0	-	138	138	1.439	4.984	50.596	9.886
213	262	PORTO LUCENA	12	11	114	137	1.983	6.398	30.819	4.912
214	321	CONDOR	0	-	136	136	1.850	6.491	76.418	11.751
215	240	MINAS DO LEAO	0	-	136	136	2.134	7.321	39.628	5.350
216	49	TRES CACHOEIRAS	0	6	128	134	2.826	9.523	48.537	4.958
217	264	CANDIDO GODOI	0	-	133	133	2.057	7.092	51.529	7.407
218	315	CHARRUA	0	-	132	132	913	3.783	24.182	6.418
219	94	SALVADOR DO SUL	9	5	117	131	1.937	6.913	88.479	15.242
220	214	SEBERI	8	-	123	131	3.355	11.349	63.147	5.693
221	160	VILA FLORES	0	1	129	130	788	3.086	34.167	10.805
222	259	VILA MARIA	0	2	127	129	1.154	4.173	48.030	11.455
223	123	IBARAMA	4	-	124	128	1.213	4.454	30.561	7.043
224	246	SANTANA DA BOA VISTA	20	-	108	128	2.702	8.621	40.928	4.727
225	333	DAVID CANABARRO	0	-	127	127	1.255	4.740	38.733	8.149
226	288	CAPELA DE SANTANA	12	-	115	127	3.024	10.032	51.078	4.874
227	134	SÃO MARTINHO	0	-	126	126	1.887	6.321	38.636	6.286
228	257	PAIM FILHO	6	-	119	125	1.323	4.831	31.726	6.705
229	113	MOSTARDAS	26	-	99	125	3.594	11.658	113.713	9.392
230	71	CANDIOTA	30	6	87	123	2.322	8.065	128.784	15.160
231	207	ERVAL GRANDE	0	-	122	122	1.514	5.647	26.029	4.854
232	83	CAIBATE	2	-	120	122	2.156	7.243	43.938	8.538
233	203	BARROS CASSAL	30	6	86	122	3.166	11.347	51.091	4.571
234	366	NOVA ROMA DO SUL	0	-	121	121	816	3.032	28.743	9.439
235	215	HUMAITA	0	-	121	121	1.607	5.228	41.886	8.221
236	432	LIBERATO SALZANO	0	-	121	121	1.799	6.574	29.978	4.829
237	192	CERRO GRANDE DO SUL	33	-	87	120	2.407	8.273	43.481	5.170
238	438	SEVERIANO DE ALMEIDA	6	4	108	118	1.128	4.153	31.891	7.771
239	103	CAICARA	0	-	118	118	1.496	5.580	38.209	6.984
240	255	SÃO JOÃO DA URTIGA	0	-	117	117	1.386	4.929	28.275	5.795

Continua

Ordem	Codigo	Município	Quantitativo de Imóveis em Unidades					População	Pib Total	Pib Per capita
			Improvistos	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
241	338	DOIS LAJEADOS	0	-	116	116	863	3.224	32.032	9.932
242	150	AMETISTA DO SUL	0	-	115	115	2.020	7.414	28.246	3.722
243	32	SAO MIGUEL DAS MISSOES	3	4	108	115	2.190	7.682	77.120	10.465
244	228	BOM RETIRO DO SUL	8	-	107	115	3.361	10.788	97.075	8.765
245	279	MORRO REDONDO	0	6	105	111	1.917	5.998	54.299	9.072
246	26	PROGRESSO	0	4	107	111	1.767	6.497	43.953	7.138
247	222	BOM PRINCIPIO	4	20	87	111	2.729	9.494	107.653	10.930
248	69	PONTE PRETA	21	-	89	110	549	2.153	13.938	6.924
249	492	TUCUNDUVA	0	-	110	110	1.933	6.305	43.706	7.013
250	325	FAGUNDES VARELA	0	-	109	109	659	2.471	23.052	9.382
251	258	CHUVISCA	24	-	85	109	1.226	4.502	29.254	6.451
252	284	MAQUINE	0	-	109	109	2.181	7.304	27.411	3.709
253	425	SAO VICENTE DO SUL	3	3	103	109	2.488	8.336	55.832	6.592
254	453	PICADA CAFE	0	20	87	107	1.361	4.673	76.043	15.595
255	360	ESTACAO	0	-	107	107	1.818	6.228	59.386	9.352
256	243	GENERAL CAMARA	0	-	107	107	2.803	8.737	37.449	4.300
257	451	RIO DOS INDIOS	7	19	80	106	1.270	4.702	23.764	5.238
258	256	CACIQUE DOBLE	9	-	97	106	1.275	4.770	25.514	5.396
259	286	CIDREIRA	0	5	101	106	2.776	8.882	48.650	5.086
260	186	BARAO	6	14	84	104	1.499	5.397	34.116	6.347
261	330	DOUTOR MAURICIO CARDOS	0	-	104	104	1.901	6.329	38.365	6.213
262	195	SAO JOSE DO OURO	0	5	99	104	2.040	7.051	45.920	6.519
263	309	JABOTICABA	0	-	102	102	1.262	4.536	25.634	5.770
264	132	BOA VISTA DO BURICA	0	-	101	101	1.883	6.587	55.636	8.420
265	484	TAQUARUCU DO SUL	10	4	85	99	769	2.921	24.850	8.578
266	424	MATA	0	4	95	99	1.712	5.575	26.010	4.666
267	402	IBIRAPUITA	15	5	78	98	1.501	5.170	25.447	6.151
268	377	SAO NICOLAU	20	-	78	98	1.936	6.406	28.806	4.555
269	427	NOVA ESPERANCA DO SUL	0	-	97	97	1.159	4.010	72.064	17.646
270	79	JACUTINGA	0	-	97	97	1.188	4.248	30.427	7.997
271	343	NOVO MACHADO	0	-	96	96	1.449	4.718	28.312	6.169
272	294	SALDANHA MARINHO	14	-	81	95	960	3.195	31.748	10.012
273	479	SAO VALERIO DO SUL	19	8	67	94	684	2.625	13.143	5.017
274	495	VISTA ALEGRE	14	2	78	94	778	2.996	17.989	6.059
275	239	BROCHIER	15	-	79	94	1.386	4.372	26.493	5.983
276	290	NOVA BRESCIA	6	-	88	94	1.334	4.564	43.714	14.207
277	434	TRINDADE DO SUL	11	-	83	94	1.647	5.922	31.815	5.537
278	419	LINDOLFO COLLOR	21	-	72	93	1.259	4.414	74.930	16.149
279	465	PASSO DO SOBRADO	5	-	88	93	1.742	5.566	43.005	7.673
280	283	XANGRI-LA	9	-	84	93	2.335	8.197	58.283	6.693
281	126	PORTO MAUA	9	-	83	92	783	2.802	14.040	5.059
282	442	MONTAURI	0	-	91	91	423	1.684	21.669	13.006
283	261	CAMPESTRE DA SERRA	26	-	65	91	949	3.170	35.931	11.264
284	335	DEZESEIS DE NOVEMBRO	14	6	71	91	994	3.444	13.815	4.124
285	201	NOVO BARREIRO	9	-	82	91	1.052	3.867	18.376	4.785
286	317	CHUI	59	-	32	91	1.553	5.167	43.186	7.841
287	356	ESMERALDA	24	-	67	91	1.735	5.521	36.515	11.806
288	234	CORONEL BICACO	18	-	73	91	2.509	8.435	54.313	6.599
289	27	MUITOS CAPOES	29	-	61	90	883	2.867	74.456	25.490
290	191	SERTA0 SANTANA	19	5	66	90	1.606	5.272	41.824	7.826
291	436	MACHADINHO	6	-	84	90	1.654	5.728	35.306	6.483
292	441	SANTA CLARA DO SUL	0	6	83	89	1.370	4.806	70.586	14.318
293	208	SAO VALENTIM	0	-	88	88	1.127	4.109	27.618	6.870
294	363	PINHAL GRANDE	9	-	78	87	-	-	76.813	15.903
295	392	NOVA ARACA	6	-	81	87	912	3.236	41.391	12.539
296	99	VICTOR GRAEFF	19	-	68	87	1.188	3.924	40.724	12.341
297	443	MONTE BELO DO SUL	4	-	82	86	791	2.880	32.522	11.320
298	381	TRES ARROIOS	0	-	86	86	860	3.144	24.572	7.878
299	423	JARI	0	-	86	86	1.091	3.751	33.632	9.022
300	50	ARROIO DO SAL	26	-	60	86	1.668	5.273	31.257	5.517
301	300	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	0	5	81	86	1.592	5.651	31.857	5.814
302	390	LAGOAO	8	-	78	86	1.689	6.098	22.933	3.754
303	296	CARAA	3	-	83	86	1.986	6.403	21.433	3.310
304	235	BRAGA	5	-	80	85	1.230	4.198	18.980	4.662
305	22	FORTALEZA DOS VALOS	0	-	85	85	1.479	5.079	56.767	11.225
306	102	DERRUBADAS	0	-	84	84	1.044	3.715	24.189	6.753
307	46	MARQUES DE SOUZA	9	-	75	84	1.329	4.241	29.479	6.852
308	189	ITATIBA DO SUL	5	-	79	84	1.373	5.252	23.253	4.645
309	355	PALMITINHO	3	-	81	84	1.959	6.943	46.573	6.685
310	322	NOVA RAMADA	45	-	38	83	811	2.723	23.548	8.780
311	147	AMARAL FERRADOR	3	5	75	83	1.676	5.740	26.624	4.664
312	447	VESPASIANO CORREA	7	-	75	82	596	2.209	18.453	8.391
313	187	SAO PEDRO DA SERRA	18	-	63	81	776	2.843	21.850	7.349
314	329	NOVA CANDELARIA	6	-	75	81	795	2.883	25.657	9.037
315	197	BARRA DO QUARAI	24	9	48	81	1.055	3.884	67.260	16.853
316	104	PINHEIRINHO DO VALE	15	-	65	80	1.157	4.184	30.771	7.570
317	114	TAVARES	0	4	76	80	1.741	5.342	37.370	6.935
318	24	BOQUEIRAO DO LEO	0	-	80	80	2.124	7.825	41.495	5.248
319	5	NOVA BOA VISTA	9	-	70	79	636	2.222	18.160	8.281
320	181	AUREA	0	-	79	79	1.088	3.889	23.337	6.062

Continua

Ordem	Codigo	Município	Quantitativo de Imóveis em Unidades					População	Pib Total	Pib Per capita
			Improvistos	Cedidos	Conviventes	Deficit	Existentes			
241	338	DOIS LAJEADOS	0	-	116	116	863	3.224	32.032	9.932
242	150	AMETISTA DO SUL	0	-	115	115	2.020	7.414	28.246	3.722
243	32	SAO MIGUEL DAS MISSOES	3	4	108	115	2.190	7.682	77.120	10.465
244	228	BOM RETIRO DO SUL	8	-	107	115	3.361	10.788	97.075	8.765
245	279	MORRO REDONDO	0	6	105	111	1.917	5.998	54.299	9.072
246	26	PROGRESSO	0	4	107	111	1.767	6.497	43.953	7.138
247	222	BOM PRINCIPIO	4	20	87	111	2.729	9.494	107.653	10.930
248	69	PONTE PRETA	21	-	89	110	549	2.153	13.938	6.924
249	492	TUCUNDUVA	0	-	110	110	1.933	6.305	43.706	7.013
250	325	FAGUNDES VARELA	0	-	109	109	659	2.471	23.052	9.382
251	258	CHUVISCA	24	-	85	109	1.226	4.502	29.254	6.451
252	284	MAQUINE	0	-	109	109	2.181	7.304	27.411	3.709
253	425	SAO VICENTE DO SUL	3	3	103	109	2.488	8.336	55.832	6.592
254	453	PICADA CAFE	0	20	87	107	1.361	4.673	76.043	15.595
255	360	ESTACAO	0	-	107	107	1.818	6.228	59.386	9.352
256	243	GENERAL CAMARA	0	-	107	107	2.803	8.737	37.449	4.300
257	451	RIO DOS INDIOS	7	19	80	106	1.270	4.702	23.764	5.238
258	256	CACIQUE DOBLE	9	-	97	106	1.275	4.770	25.514	5.396
259	286	CIDREIRA	0	5	101	106	2.776	8.882	48.650	5.086
260	186	BARAO	6	14	84	104	1.499	5.397	34.116	6.347
261	330	DOUTOR MAURICIO CARDOS	0	-	104	104	1.901	6.329	38.365	6.213
262	195	SAO JOSE DO OURO	0	5	99	104	2.040	7.051	45.920	6.519
263	309	JABOTICABA	0	-	102	102	1.262	4.536	25.634	5.770
264	132	BOA VISTA DO BURICA	0	-	101	101	1.883	6.587	55.636	8.420
265	484	TAQUARUCU DO SUL	10	4	85	99	769	2.921	24.850	8.578
266	424	MATA	0	4	95	99	1.712	5.575	26.010	4.666
267	402	IBIRAPUITA	15	5	78	98	1.501	5.170	25.447	6.151
268	377	SAO NICOLAU	20	-	78	98	1.936	6.406	28.806	4.555
269	427	NOVA ESPERANCA DO SUL	0	-	97	97	1.159	4.010	72.064	17.646
270	79	JACUTINGA	0	-	97	97	1.188	4.248	30.427	7.997
271	343	NOVO MACHADO	0	-	96	96	1.449	4.718	28.312	6.169
272	294	SALDANHA MARINHO	14	-	81	95	960	3.195	31.748	10.012
273	479	SAO VALERIO DO SUL	19	8	67	94	684	2.625	13.143	5.017
274	495	VISTA ALEGRE	14	2	78	94	778	2.996	17.989	6.059
275	239	BROCHIER	15	-	79	94	1.386	4.372	26.493	5.983
276	290	NOVA BRESCIA	6	-	88	94	1.334	4.564	43.714	14.207
277	434	TRINDADE DO SUL	11	-	83	94	1.647	5.922	31.815	5.537
278	419	LINDOLFO COLLOR	21	-	72	93	1.259	4.414	74.930	16.149
279	465	PASSO DO SOBRADO	5	-	88	93	1.742	5.566	43.005	7.673
280	283	XANGRI-LA	9	-	84	93	2.335	8.197	58.283	6.693
281	126	PORTO MAUA	9	-	83	92	783	2.802	14.040	5.059
282	442	MONTAURI	0	-	91	91	423	1.684	21.669	13.006
283	261	CAMPESTRE DA SERRA	26	-	65	91	949	3.170	35.931	11.264
284	335	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	14	6	71	91	994	3.444	13.815	4.124
285	201	NOVO BARREIRO	9	-	82	91	1.052	3.867	18.376	4.785
286	317	CHUI	59	-	32	91	1.553	5.167	43.186	7.841
287	356	ESMERALDA	24	-	67	91	1.735	5.521	36.515	11.806
288	234	CORONEL BICACO	18	-	73	91	2.509	8.435	54.313	6.599
289	27	MUITOS CAPOES	29	-	61	90	883	2.867	74.456	25.490
290	191	SERTA0 SANTANA	19	5	66	90	1.606	5.272	41.824	7.826
291	436	MACHADINHO	6	-	84	90	1.654	5.728	35.306	6.483
292	441	SANTA CLARA DO SUL	0	6	83	89	1.370	4.806	70.586	14.318
293	208	SAO VALENTIM	0	-	88	88	1.127	4.109	27.618	6.870
294	363	PINHAL GRANDE	9	-	78	87	-	-	76.813	15.903
295	392	NOVA ARACA	6	-	81	87	912	3.236	41.391	12.539
296	99	VICTOR GRAEFF	19	-	68	87	1.188	3.924	40.724	12.341
297	443	MUNTE BELO DO SUL	4	-	82	86	791	2.880	32.522	11.320
298	381	TRES ARROIOS	0	-	86	86	860	3.144	24.572	7.878
299	423	JARI	0	-	86	86	1.091	3.751	33.632	9.022
300	50	ARROIO DO SAL	26	-	60	86	1.668	5.273	31.257	5.517
301	300	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	0	5	81	86	1.592	5.651	31.857	5.814
302	390	LAGOAO	8	-	78	86	1.689	6.098	22.933	3.754
303	296	CARAA	3	-	83	86	1.986	6.403	21.433	3.310
304	235	BRAGA	5	-	80	85	1.230	4.198	18.980	4.662
305	22	FORTALEZA DOS VALOS	0	-	85	85	1.479	5.079	56.767	11.225
306	102	DERRUBADAS	0	-	84	84	1.044	3.715	24.189	6.753
307	46	MARQUES DE SOUZA	9	-	75	84	1.329	4.241	29.479	6.852
308	189	ITATIBA DO SUL	5	-	79	84	1.373	5.252	23.253	4.645
309	355	PALMITINHO	3	-	81	84	1.959	6.943	46.573	6.685
310	322	NOVA RAMADA	45	-	38	83	811	2.723	23.548	8.780
311	147	AMARAL FERRADOR	3	5	75	83	1.676	5.740	26.624	4.664
312	447	VESPASIANO CORREA	7	-	75	82	596	2.209	18.453	8.391
313	187	SAO PEDRO DA SERRA	18	-	63	81	776	2.843	21.850	7.349
314	329	NOVA CANDELARIA	6	-	75	81	795	2.883	25.657	9.037
315	197	BARRA DO QUARAI	24	9	48	81	1.055	3.884	67.260	16.853
316	104	PINHEIRINHO DO VALE	15	-	65	80	1.157	4.184	30.771	7.570
317	114	TAVARES	0	4	76	80	1.741	5.342	37.370	6.935
318	24	BOQUEIRAO DO LEO	0	-	80	80	2.124	7.825	41.495	5.248
319	5	NOVA BOA VISTA	9	-	70	79	636	2.222	18.160	8.281
320	181	AUREA	0	-	79	79	1.088	3.889	23.337	6.062

Continua

Ordem	Codigo	Município	Quantitativo de Imóveis em Unidades				População	Pib Total	Pib Percapita	
			Improvistos	Cedidos	Conviventes	Deficit				Existentes
401	202	BARRA FUNDA	0	-	51	51	581	2.231	26.718	11.739
402	260	CAMARGO	8	-	43	51	698	2.498	40.231	16.138
403	42	BOA VISTA DO SUL	0	-	51	51	804	2.840	37.440	13.109
404	428	TOROPI	7	-	44	51	983	3.196	19.701	6.180
405	163	ARARICA	17	-	34	51	1.225	4.032	18.693	4.431
406	33	POUSO NOVO	2	-	48	50	606	2.195	21.552	9.837
407	374	SAO JOSE DO HERVAL	21	-	29	50	698	2.530	15.064	5.924
408	292	COLORADO	11	-	39	50	1.233	4.072	51.073	12.721
409	59	PASSA SETE	1	-	49	50	1.300	4.644	29.360	6.351
410	486	SETE DE SETEMBRO	0	-	49	49	683	2.357	15.932	6.903
411	308	FLORIANO PEIXOTO	2	-	47	49	645	2.361	15.359	6.620
412	179	UNIAO DA SERRA	0	-	48	48	497	1.908	23.068	12.773
413	468	PIRAPO	0	-	48	48	976	3.349	17.362	5.315
414	220	MONTE ALEGRE DOS CAMPO	0	-	47	47	843	3.040	22.050	7.111
415	151	PROTASIO ALVES	0	-	46	46	562	2.112	14.083	6.797
416	205	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	0	-	46	46	623	2.727	10.758	4.040
417	43	ENTRE RIOS DO SUL	7	-	39	46	994	3.491	43.923	12.937
418	8	COQUEIROS DO SUL	11	-	34	45	-	-	22.862	8.592
419	88	CASEIROS	19	-	26	45	837	2.899	17.476	6.096
420	180	CORONEL BARROS	5	-	39	44	756	2.454	19.146	7.789
421	488	SERIO	5	-	39	44	778	2.706	20.857	7.876
422	310	CERRO GRANDE	9	9	25	43	735	2.601	11.275	4.441
423	490	VILA LANGARO	0	-	42	42	637	2.277	20.459	8.977
424	414	IVORA	0	-	41	41	655	2.495	16.592	6.682
425	271	CERRO BRANCO	9	-	32	41	1.375	4.297	28.351	6.592
426	219	JAUQUIRANA	5	5	31	41	1.400	4.814	23.691	4.789
427	236	MIRAGUAI	2	6	33	41	1.463	5.034	17.756	3.650
428	48	TRES FORQUILHAS	8	-	32	40	991	3.239	13.610	4.206
429	433	GRAMADO DOS LOUREIROS	0	-	39	39	653	2.543	14.017	5.556
430	480	UNISTALDA	5	-	34	39	758	2.644	16.782	6.302
431	80	SAO PEDRO DO BUTIA	0	-	39	39	816	2.862	25.644	8.954
432	462	VANINI	0	-	38	38	517	1.887	17.066	8.991
433	323	ENGENHO VELHO	0	-	38	38	538	2.134	14.783	7.300
434	120	MATO CASTELHANO	5	-	33	38	699	2.454	30.463	12.205
435	232	GRAMADO XAVIER	2	4	32	38	982	3.666	19.748	5.363
436	449	MULITERNO	0	-	37	37	453	1.768	15.281	8.752
437	493	TUPANDI	7	-	30	37	811	2.958	43.557	14.193
438	301	CENTENARIO	5	-	32	37	859	3.127	19.495	6.299
439	109	MAMPITUBA	26	-	9	35	924	3.106	24.923	7.983
440	52	CAMPOS BORGES	0	-	35	35	1.120	3.785	23.446	6.219
441	491	TABAI	0	-	34	34	1.141	3.563	12.118	3.286
442	445	MORRINHOS DO SUL	5	-	28	33	1.084	3.533	18.468	5.226
443	196	BARRA DO GUARITA	0	-	32	32	832	2.987	15.525	5.364
444	75	IPIRANGA DO SUL	0	-	31	31	599	2.057	24.525	12.226
445	92	PARICI NOVO	0	-	31	31	990	3.242	20.877	6.283
446	403	NICOLAU VERGUEIRO	0	-	30	30	554	1.812	23.917	13.192
447	303	SANTO ANTONIO DO PALMA	2	-	28	30	569	2.207	23.114	10.521
448	351	SANTO ANTONIO DO PLANAI	0	5	24	29	578	2.001	29.924	14.962
449	316	INHACORA	2	-	27	29	699	2.378	15.105	6.339
450	409	ITAARA	0	-	29	29	1.355	4.578	21.244	4.491
451	227	FAZENDA VILANOVA	0	-	27	27	867	2.833	23.078	7.895
452	346	EUGENIO DE CASTRO	5	-	21	26	1.033	3.313	34.110	10.422
453	415	PRESIDENTE LUCENA	2	-	23	25	584	2.069	19.776	9.444
454	397	HERVEIRAS	16	-	8	24	792	2.957	15.568	5.240
455	212	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	1	-	21	22	650	2.365	22.063	9.651
456	444	MORMACO	0	-	20	20	692	2.435	18.355	7.526
457	173	MARIANA PIMENTEL	0	3	17	20	1.238	3.733	20.259	5.261
458	143	SAO VENDELINO	0	-	17	17	486	1.682	12.413	7.213
459	430	LAGOA DOS TRES CANTOS	0	-	14	14	496	1.627	21.329	13.314
460	96	LAJEADO DO BUGRE	4	-	10	14	717	2.463	12.972	5.321
461	431	SANTO EXPEDITO DO SUL	0	-	13	13	789	2.683	15.619	5.946
462	470	PORTO VERA CRUZ	0	-	12	12	764	2.464	14.269	5.956
463	459	VISTA GAUCHA	3	-	8	11	778	2.725	23.846	8.764
464	472	QUEVEDOS	9	-	1	10	800	2.691	26.636	9.950
465	188	POCO DAS ANTAS	0	-	7	7	573	1.946	15.410	8.034
466	152	ANDRE DA ROCHA	0	-	6	6	340	1.113	24.298	21.598
467	194	TUPANCI DO SUL	0	-	6	6	507	1.728	13.717	8.219
468	2	ACEGUA	0	-	-	-	-	-	53.861	13.499
469	6	ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL	0	-	-	-	-	-	33.617	14.744
470	11	ARROIO DO PADRE	0	-	-	-	-	-	11.938	4.569
471	13	BOA VISTA DO CADEADO	0	-	-	-	-	-	35.111	14.123
472	20	BOA VISTA DO INCRA	0	-	-	-	-	-	37.448	16.289
473	16	BOZANO	0	-	-	-	-	-	20.027	8.440
474	25	CANUDOS DO VALE	0	-	-	-	-	-	12.950	6.449
475	28	CAPAO BONITO DO SUL	0	-	-	-	-	-	20.754	10.748
476	30	CAPAO DO CIPO	0	-	-	-	-	-	33.357	12.929
477	38	CORONEL PILAR	0	-	-	-	-	-	24.050	12.409
478	44	CRUZALTENSE	0	-	-	-	-	-	16.937	6.686
479	47	FORQUETINHA	0	-	-	-	-	-	19.983	7.398
480	496	ITATI	0	-	-	-	-	-	8.862	3.072
481	53	JACUIZINHO	0	-	-	-	-	-	16.489	6.891
482	58	LAGOA BONITA DO SUL	0	-	-	-	-	-	17.886	7.209
483	61	MATO QUEIMADO	0	-	-	-	-	-	16.807	8.429
484	64	NOVO XINGU	0	-	-	-	-	-	11.560	6.324
485	68	PAULO BENTO	0	-	-	-	-	-	19.012	8.689
486	1	PEDRAS ALTAS	0	-	-	-	-	-	21.544	8.302
487	76	QUATRO IRMAOS	0	-	-	-	-	-	28.208	15.671
488	81	ROLADOR	0	-	-	-	-	-	23.140	8.142
489	85	SANTA CECILIA DO SUL	0	-	-	-	-	-	17.268	9.959
490	90	SANTA MARGARIDA DO SUL	0	-	-	-	-	-	33.936	15.460
491	93	SAO JOSE DO SUL	0	-	-	-	-	-	14.373	8.043
492	97	SAO PEDRO DAS MISSOES	0	-	-	-	-	-	8.711	4.872
493	216	WESTFALIA	0	-	-	-	-	-	45.452	16.960
494	34	COQUEIRO BAIXO	0	-	-	-	845	2.695	18.451	11.612
495	74	PINHAL DA SERRA	0	-	-	-	1.221	4.725	15.671	6.576
496	100	TIO HUGO	0	-	-	-	2.205	7.497	22.157	9.115
			10.670	7.020	176.162	193.852	3.053.601	10.187.842	94.084.498	9.235

Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE

Os municípios a seguir foram instalados após o Censo Demográfico de 2000: Aceguá, Almirante Tamandaré do Sul, Arroio do Padre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bozano, Canudos do Vale, Capão Bonito do Sul, Capão do Cipó, Coqueiro Baixo, Coronel Pilar, Cruzaltense, Forquetinha, Itati, Jacuízinho, Lagoa Bonita do Sul, Mato Queimado, Novo Xingu, Paulo Bento, Pedras Altas, Pinhal da Serra, Pinto Bandeira, Quatro Irmãos, Rolador, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, São José do Sul, São Pedro das Missões, Tio Hugo, Westfália.